

# PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Paraíso do Tocantins

*Curso Superior de Tecnologia  
em Gestão do Agronegócio*

**TOCANTINS**  
GOVERNO DO ESTADO



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS – UNITINS**

**Reitor da Unitins**

Augusto de Rezende Campos

**Vice-Reitora da Unitins**

Darlene Teixeira Castro

**Pró-Reitora de Graduação**

Alessandra Ruita Santos Czapsk

**Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação**

Ana Flávia Gouveia de Faria

**Pró-Reitora de Extensão**

Kyldes Batista Vicente

**Diretora de Ensino**

Jeany Castro dos Santos

**Diretora de Administração Acadêmica**

Leomara Maurício Lustosa

**Coordenadora Pedagógica Geral**

Tais Bogo Monteiro da Silva

**Diretora do Campus**

Kênia Paulino de Queiroz Souza

**Coordenador do Curso**

Adriano Sérgio Bernardo Queiroz

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>2. CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL</b>	<b>6</b>
2.1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	6
2.2. IDENTIFICAÇÃO DO CÂMPUS	6
2.3. HISTÓRICO INSTITUCIONAL	7
2.4. MISSÃO DA INSTITUIÇÃO	10
2.5. PRINCÍPIOS E VALORES	10
2.6. BASE LEGAL DA INSTITUIÇÃO	11
<b>3. CONTEXTO DA REGIÃO</b>	<b>11</b>
3.1. ÁREA DE INFLUÊNCIA	11
3.2. MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO TOCANTINS	12
<b>4. CENÁRIO SOCIOECONÔMICO</b>	<b>13</b>
4.1. CENÁRIO DA INFRAESTRUTURA	13
4.2. CENÁRIO EDUCACIONAL	15
4.3. EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	17
<b>5. CONTEXTO DO CURSO</b>	<b>18</b>
5.1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	18
<b>6. OBJETIVOS DO CURSO</b>	<b>19</b>
6.1. OBJETIVO GERAL	19
6.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	20
6.3. ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO	20
6.4. COORDENAÇÃO DE CURSO E IDENTIFICAÇÃO DO COORDENADOR DE CURSO	21
6.5. CARACTERÍSTICA DO CURSO	22
6.6. LEGISLAÇÃO QUE REGULAMENTA A PROFISSÃO	22
6.7. ATOS LEGAIS DO CURSO	23
6.8. FORMA DE ACESSO AO CURSO E CONDIÇÕES DE OFERTA	24
6.9. INFORMAÇÕES RELACIONADAS AO QUANTITATIVO DO CORPO DISCENTE	25
<b>7. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA</b>	<b>26</b>
7.1. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	27
7.2. DIFERENCIAIS COMPETITIVOS DO CURSO	28
7.3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E SUA CORRELAÇÃO COM O CURSO	29
7.4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	29
7.5. ESTRUTURA CURRICULAR	30
7.6. ENSINO À DISTÂNCIA	34
7.6.1. Metodologia	34
7.6.2. A equipe multidisciplinar	34
7.6.3. Aulas no ambiente virtual de aprendizagem Educ@	35
7.6.4. Critérios de avaliação	37
7.6.5. Tecnologias de Informação e Comunicação – TICS	38
7.7. CONTEÚDOS CURRICULARES	41
7.8. INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	78
7.9. QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS DE DISCIPLINAS	82
7.10. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	86
7.11. COOPERAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA	89
<b>8. PROPOSTA PEDAGÓGICA</b>	<b>90</b>
8.1. METODOLOGIA DE ENSINO	91
8.2. PRINCÍPIOS ESTRUTURADORES	93
8.3. COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM A PROPOSTA PEDAGÓGICA	94
<b>9. ATIVIDADES ARTICULADAS AO ENSINO GERAL</b>	<b>94</b>
9.1. ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO	94
9.2. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	95

9.3.	PROJETO INTEGRADOR	96
9.4.	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	97
9.5.	PROGRAMAS OU PROJETOS DE EXTENSÃO	98
<b>10.</b>	<b>SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO</b>	<b>98</b>
10.1.	AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	98
10.2.	SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO	99
10.3.	AVALIAÇÕES OFICIAIS DO CURSO	100
10.4.	COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO CPA	100
10.5.	EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES	104
<b>11.</b>	<b>CORPO DISCENTE</b>	<b>105</b>
11.1.	ATENÇÃO AOS DISCENTES	105
11.2.	PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO	106
11.3.	INCLUSÃO E CIDADANIA	108
11.4.	ASSISTÊNCIA PRIORITÁRIA	110
11.5.	PROMOÇÃO E PREVENÇÃO	110
11.6.	NÚCLEO DE APOIO PSICOSSOCIAL E EDUCACIONAL - NAPE	110
11.7.	NÚCLEO DE ESTUDOS EM DIREITOS HUMANOS (NEDIH)	113
11.9.	OUVIDORIA	114
11.10.	ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	114
11.11.	REGISTROS ACADÊMICOS	116
11.12.	ACESSO DOS ALUNOS A TIC	116
11.13.	NÚCLEOS ACADÊMICOS	117
	<i>DCE – Diretório central dos estudantes</i>	117
	<i>DA – Diretório Acadêmico</i>	117
	<i>CA – Centro Acadêmico</i>	118
<b>12.</b>	<b>GESTÃO DO CURSO</b>	<b>119</b>
12.1.	QUADRO DE DOCENTES	119
12.2.	TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE	123
12.3.	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	123
<b>13.</b>	<b>INFRAESTRUTURA</b>	<b>125</b>
13.1.	ESPAÇOS FÍSICOS UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DO CURSO	125
13.2.	ESTRUTURA GERAL DO CÂMPUS	125
13.3.	INSTALAÇÕES FÍSICAS	125
13.4.	EQUIPAMENTOS	126
13.5.	BIBLIOTECA	127
13.6.	FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ACERVO	127
13.7.	ESTRUTURA FÍSICA	128
13.8.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	128
13.9.	EQUIPE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA	129
13.10.	SECRETARIA ACADÊMICA	129
13.11.	REGISTROS ACADÊMICOS	129
13.12.	ORGANIZAÇÃO DO CONTROLE ACADÊMICO	129
13.13.	LABORATÓRIOS PARA O CURSO	130
13.14.	COMPLEXO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS – CCA	131
<b>14.</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>132</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

A história da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) passa pela demanda populacional das regiões do estado, destacando-se a região do Vale do Araguaia pela sua importância comercial, agropecuária e ambiental que anseia por uma Universidade

Pública. Frente a isso, as bases originais intelectuais da Unitins e sociedade regional articularam-se para a implantação de Centros de Extensão em diversos municípios, dentre eles, Paraíso do Tocantins.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio reflete a identidade das ações educativas e as características necessárias para a formação do profissional, Tecnólogo em agronegócios. No PPC explicita-se tanto a organização do curso quanto o trabalho pedagógico na sua globalidade.

A elaboração do PPC resultou da participação de professores experientes nas áreas do curso, os quais articularam as bases legais à concepção de formação profissional a fim de proporcionar ao estudante, o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao exercício da capacidade de observação; criticidade e questionamento, sintonizado à dinâmica da sociedade nas suas demandas locais, regionais e nacionais e aos avanços científicos e tecnológicos.

Coerente com o que é preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (CNE/CES nº 436/2001; CNE/CP nº 29/2002; CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002; Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006; Portaria nº 10, de 28 de julho de 2006; Portaria nº 12, de 14 de agosto de 2006; Parecer CNE/CES 277/2006) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o PPC, apresenta as diretrizes organizacionais e operacionais tais como: objetivos, perfil do egresso, metodologia, estrutura curricular, programas de aprendizagem, sistema de avaliação, estrutura física a ser utilizada pelo curso, dentre outros aspectos.

Cônsua de sua responsabilidade com a sociedade e com o desenvolvimento regional, a Unitins enfatiza a importância da construção dos conhecimentos mediante políticas e planejamentos educacionais, capazes de garantir o padrão de qualidade no ensino, flexibilizando a ação educativa, valorizando a experiência do aluno, respeitando o pluralismo de ideias e princípios básicos da democracia.

Desse modo, o curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio apresenta um currículo inovador que sistematiza teorias, reflexões e práticas acerca do processo de formação profissional, além de traduzir a filosofia organizacional e pedagógica da unidade acadêmica, as diretrizes e estratégias de seu desenvolvimento e atuação a curto, médio e longo prazo.

A Unitins em Paraíso do Tocantins ressurgiu em 2020 atendendo à necessidade da população das regiões Sul-Oeste tocantinense por uma Universidade pública para a região, também conhecida como Serras Gerais. Assim, a implantação do Campus de Paraíso do Tocantins se compromete com a oferta de um curso de relevância social, econômica e ambiental que assegura a qualidade na formação acadêmica, vistas a

atender as necessidades de formação considerando o binômio da educação como pilares essenciais para a construção da cidadania.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL

### 2.1. Identificação da Instituição

DADOS DA MANTENEDORA	
Razão Social:	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS – UNITINS
CNPJ:	01.637.536/0001-85
Categoria Administrativa:	Pessoa Jurídica de Direito Público Estadual
Endereço:	Quadra 108 Sul, Alameda 11, lote 03, Centro. Palmas – TO. CEP: 77.020-122
Telefone(s):	(63) 218-2941
E-mail:	<a href="mailto:reitoria@unitins.br">reitoria@unitins.br</a>
Sítio eletrônico:	<a href="http://www.unitins.br">www.unitins.br</a>
Norma de Criação:	Lei nº 3.124, de 14 /07/2016.
Recredenciamento:	Decreto nº. 6.482, de 14/07/2022, publicado no Diário Oficial Nº 6.128, de 14/07/2022.
REPRESENTANTE LEGAL	
Nome:	Augusto de Rezende Campos
CPF:	793.465.701-30
RG:	016.504 (2ª Via) /SSP/TO
Telefone:	(63) 32182940 Fax: (63)32182942
E-mail:	<a href="mailto:reitoria@unitins.br">reitoria@unitins.br</a>

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/2020

### 2.2. Identificação do Câmpus

Localizado na região do Vale do Araguaia, a 63 km de Palmas, o município de Paraíso do Tocantins possui, aproximadamente, 52 mil habitantes. O Câmpus da Unitins foi autorizado pelo Conselho Universitário (Consuni) e pelo Governo do Estado no final de 2019. Em fevereiro de 2020, iniciaram as aulas na unidade de ensino.

A Unitins, Câmpus Paraíso, desempenha um papel estratégico no crescimento socioeconômico do Tocantins e do Brasil. Exerce, com compromisso, a democratização do conhecimento, levando aos municípios e regiões a oportunidade de pessoas cursarem uma graduação. O Câmpus de Paraíso atende os municípios circunvizinhos de Monte Santo do Tocantins, Pugmil, Barrolândia, Divinópolis, Cristalândia, Nova Rosalândia, Pium, Chapada da Areia, Dois Irmãos do Tocantins, Araguacema, Abreulândia, Caseara, Lagoa da Confusão, Fátima, Oliveira de Fátima e Marianópolis do Tocantins.

Para o funcionamento da Sede Administrativa da Unitins foi cedido pela

Secretaria de Estado da Educação, uma escola da rede estadual de ensino localizado no endereço: Rua Bernardino Maciel nº 392 – Centro – Paraíso do TO - CEP 77.600.000, Paraíso do TO.

### **2.3. Histórico institucional**

A Universidade Estadual do Tocantins – Unitins tem uma trajetória de 30 anos, criada em 1990, por meio do Decreto Estadual nº 252, de 21 de fevereiro de 1990, período que coincide com a própria implantação do Estado do Tocantins, sendo autorizada a funcionar em dezembro daquele mesmo ano por meio do Decreto Estadual nº 2.021/90. Foi instituída na perspectiva de integrar o projeto de emancipação da antiga região do norte goiano, tendo sido organizada num modelo multicampi.

Em outubro de 1991, através da Lei 326/91 a Unitins foi transformada em Autarquia, passando a integrar o Sistema Estadual de Ensino. E, fruto de intenso processo de expansão de sua estrutura, no ano de 1992, inúmeros cursos e núcleos foram criados nos municípios de Araguaína, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Miracema e Palmas.

Em novembro de 1996, a sua natureza autárquica foi extinta pela Lei 872/96, e, no mesmo ano, pela Lei 874/96, de novembro de 1996, foi autorizada a criação da então Fundação Universidade do Tocantins – Unitins, como uma Fundação Pública de Direito Privado, mantida por entidades públicas e particulares, com apoio do Governo do Estado, tendo sede e foro em Palmas, capital do Estado.

Para um melhor atendimento da população do Estado, a Unitins se articulou para implantação de centros de extensão nos municípios de Arraias, Guaraí e Tocantinópolis, incorporando as faculdades de Araguaína e Porto Nacional e, com o tempo, estabeleceu, em seu sistema multicampi, os Centros Universitários de Arraias, Araguaína, Colinas, Guaraí, Miracema do Tocantins, Paraíso, Palmas, Tocantinópolis e Porto Nacional, destacando-se como instituição de ensino superior no âmbito regional.

Em 2000, a Unitins iniciou novo processo de adequação com a criação da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT. Novamente foi necessário alterar legalmente a estrutura da Unitins, e assim foi editada a Lei 1.160/2000, de 21 de junho de 2000.

Com a transferência de parte de seu patrimônio à UFT, além de seus alunos e cursos regulares, a Unitins assumiu uma nova realidade acadêmica e física. Para tanto, com o Decreto 1.672/2002, em 27 de dezembro de 2002.

No período de 2001 a 2002, a Instituição ofertou cursos telepresenciais de Licenciaturas em Letras, Matemática, História, Ciências Contábeis, Normal Superior e

Pedagogia, visando a atender a formação de aproximadamente 12.000 professores das redes estadual e municipais de ensino.

Em 2003, a Unitins estruturou o Núcleo Tocantinense de Arqueologia – NUTA e, no mesmo período, o Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio da Secretaria de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento. Neste mesmo ano inseriu o Núcleo Estadual de Meteorologia e Recursos Hídricos – NEMET-RH da Unitins no Programa do MCT de Implantação e Modernização de Centros Estaduais de Monitoramento de Tempo, Clima e Recursos Hídricos – PMTCRH, uma parceria com o estado do Tocantins.

No ano seguinte, foi inaugurado o Complexo de Ciências Agrárias – CCA por meio de um acordo de cooperação entre a Secretaria Estadual da Agricultura e a Unitins, visando à cooperação mútua para coordenar a pesquisa agropecuária do Estado do Tocantins e atividades afins. Ainda em 2004, a Unitins assumiu também a função de Organização Estadual de Pesquisa Agropecuária – OEPA, por meio da Lei n. 1.478/2004, de 25 de junho de 2004, com o objetivo de desenvolver pesquisa agropecuária, gerar tecnologias e inovações que propiciassem soluções competitivas para o desenvolvimento rural e territorial sustentável do Tocantins, em benefício da sociedade.

Também em 2004, ocorreu o processo de credenciamento e autorização de funcionamento da Instituição na modalidade à distância pela Portaria MEC nº 2.145, publicada no Diário Oficial da União nº 138, de 20 de julho de 2004. O curso Normal Superior, em funcionamento, passaria a ser oferecido nacionalmente.

Em 2005, foi autorizada a oferta dos cursos de Administração e Ciências Contábeis, abrangendo 17 Estados e o Distrito Federal. No período de 2005/2, foi implantado o curso sequencial em nível superior de Fundamentos e Práticas Judiciárias, somente no Estado do Tocantins, a fim de qualificar os serventuários da Justiça e outros interessados na área de conhecimento.

Em 2006, foram oferecidas mais vagas para os cursos de Administração e Ciências Contábeis e implantados dois outros cursos, Pedagogia e Serviço Social, ampliando-se para 25 unidades federativas e o Distrito Federal.

Em 2007, além da continuidade dos cursos mencionados, foram implantadas as licenciaturas em Letras e Matemática e o curso Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, novo processo seletivo para o curso de Pedagogia e, por meio da condução de parcerias interinstitucionais, iniciaram-se novas turmas para os cursos de Ciências Contábeis, Administração e Serviço Social.

No segundo semestre de 2007, por meio de edital, foram ofertadas 80 vagas

para os cursos presenciais e gratuitos de Tecnologia em Mineração e Tecnologia em Agronegócio, focados na vocação do Estado. A Unitins, desde 2007, executa Programas de Mitigação e Compensação de Impactos Ambientais na área de influência do Aproveitamento Hidrelétrico Estreito.

Dentre os programas ambientais desenvolvidos pela Unitins destacam-se os Programas de Educação Ambiental, Avaliação da Qualidade da Água, Hidrossedimentológico, Educação Patrimonial e Resgate Arqueológico. Os trabalhos de Capacitação e Formação desenvolvidos por esses Programas envolveram diretamente 40 mil pessoas entre estudantes, professores, gestores públicos, lideranças comunitárias e cidadãos engajados dos 12 municípios da área de influência do AHE Estreito, localizados nos Estados do Tocantins e Maranhão.

No período de 2008 a 2009, o MEC desautorizou a oferta de novos cursos e abertura de novas vagas para os cursos em andamento na modalidade EaD. Assim, a comunidade acadêmica se mobilizou junto à sociedade civil para traçar novos caminhos para a Universidade por meio de novos cursos presenciais. Ainda, em 2009 foi instituída a Comissão Multilateral de Estudos Destinados à Reformulação e Reestruturação da Fundação Universidade do Tocantins – Unitins.

Em 2010, com o suporte da Comissão Multilateral composta por membros de órgãos do Estado (Unitins, Tribunal de Contas, Procuradoria Geral, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Gabinete do Governador e Assembleia Legislativa), a Instituição foi autorizada a ofertar cursos presenciais. Os conselhos (CONSEPE e CONSUNI) foram rearticulados, os regimentos institucionais foram revisados, novas políticas e planos de ação das pró-reitorias foram realinhadas. O plano de Empregos, Carreiras e Salários da Fundação Universidade do Tocantins – Lei nº 2.317 – foi aprovado pela Assembleia Legislativa Estadual, de 30 de março de 2010 e publicado no Diário Oficial nº 3.107, de 31 de março de 2010.

Por aprovação unânime nas instâncias do CONSEPE, do CONSUNI e do Conselho Curador (Resolução nº 003/2010/Conselho Curador), concretizou-se o primeiro concurso vestibular em julho de 2010 para os cursos presenciais em Engenharia Agrônoma, Direito, Sistemas de Informação e Serviço Social.

Ainda em 2010, a Unitins foi credenciada junto ao Sistema UAB por meio da Portaria MEC nº 837 de 24 de junho de 2010, para oferta dos cursos de licenciaturas em Letras e Pedagogia, a partir de 2011. Nesse mesmo ano, ações, como o Programa de Correção de Fluxo e o Projeto de Reingresso, foram implementadas para finalização dos oito cursos de graduação na modalidade EaD Associados (Administração, Ciências Contábeis, Fundamentos e Práticas Jurídicas, Letras Português-Espanhol, Matemática,

Pedagogia, Serviço Social, Tecnologia e Análise de Sistemas).

Por meio da Lei Estadual 2.829 de 27 de março 2014, foram criados na estrutura operacional da Unitins, os câmpus universitários dos municípios de Araguatins, Augustinópolis e Dianópolis.

Diante dessa realidade, o Governo do Estado do Tocantins efetivou interesse em criar as condições técnicas, financeiras e jurídicas necessárias à transformação da Fundação Universidade do Tocantins – Unitins em autarquia, o que foi possível graças às reivindicações e movimentos sociais.

Em 2016, por meio da Lei Estadual nº 3.124/2016, publicada no D.O.E. Nº 4.662, em 14/07/2016, a Fundação é novamente transformada em autarquia estadual de regime especial, passando a ser denominada Universidade Estadual do Tocantins – Unitins.

Nesta mesma lei, institui-se a criação dos campi universitários nos municípios de Paraíso do Tocantins, Guaraí, Taguatinga e Formoso do Araguaia vinculados à estrutura operacional da Unitins, sendo a implantação dos campi viabilizada por comissão específica de estudos.

Outras mudanças decorrem desta Lei, dentre elas a eleição para reitor e vice-reitor, a partir de 2020, com mandato de três anos, e a reserva de 50% das vagas na Universidade para alunos provenientes da rede pública. Destaca-se que, neste mesmo ano, no dia 18 de maio, foi inaugurado o Câmpus Graciosa, marcando uma nova fase de reorganização da Universidade.

Em 25 de outubro de 2019, o governo do Estado do Tocantins, autorizou a implantação, no Câmpus da Unitins, em Paraíso do Tocantins, a implantação dos cursos de Direito, Ciências Contábeis e Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio.

#### **2.4. Missão da instituição**

Promover o ensino, a pesquisa e a extensão com qualidade e inovação, e contribuir para a formação profissional e cidadã, priorizando o desenvolvimento social, econômico, cultural, político e sustentável do estado do Tocantins.

#### **2.5. Princípios e valores**

Os pilares conceituais da responsabilidade social:

- respeito aos diversos sujeitos envolvidos (colaboradores internos, acadêmicos, fornecedores e parceiros institucionais);
- responsabilidade ambiental; e
- cooperação para a minimização dos impactos sociais trazidos pela atividade

humana.

Sob o olhar da ética, a Universidade oferece uma educação de qualidade, voltada para o avanço da ciência e da tecnologia, promovendo a inclusão através das modalidades presencial e à distância, permitindo que todo cidadão tenha acesso à uma graduação.

**Os valores da instituição são:**

- Ética;
- Transparência;
- Democracia participativa;
- Comprometimento e envolvimento;
- Integração social;
- Inovação;
- Respeito à dignidade humana;
- Sustentabilidade ambiental.

## **2.6. Base legal da instituição**

A Universidade Estadual do Tocantins, criada através da Lei nº 3.124, de 14/07/2016 e Recredenciada pelo Decreto nº. 6.482, de 14/07/2022, publicado no Diário Oficial Nº 6.128, de 14/07/2022, com base no princípio e na função social, a Unitins sistematiza suas diretrizes e desenvolve suas ações de acordo com:

- A Constituição da República Federativa do Brasil (1988, Art. 207);
- O Plano Nacional de Educação Lei Nº 13.005/2014;
- A Resolução Conselho Estadual de Educação (CEE/TO) Nº 155, de 17 de junho de 2020; e
- Seu estatuto, entre outras.

## **3. CONTEXTO DA REGIÃO**

### **3.1. Área de influência**

A Região Vale do Araguaia é formada por 17 Municípios com população de 120 mil habitantes, 91.304 eleitores, e área de 41.844,016 km<sup>2</sup>, onde se encontram a Ilha do Bananal, o Parque Nacional do Araguaia, o Parque Estadual do Cantão e a ocorrência de três ecótonos (Biomos Cerrado, Amazônico e Pantanal), localizada entre a Rodovia BR 153 e o Rio Araguaia. Tendo como Cidade Polo - sede Administrativa do Estado, Paraíso do Tocantins, com 50 mil habitantes, sendo a quinta cidade mais populosa e a quarta economia do Estado.

### **3.2. Município de Paraíso do Tocantins**

A história de Paraíso do Tocantins está ligada à construção da Rodovia BR-14 (atual BR-153 ou Belém-Brasília). Descoberta por trabalhadores da Companhia Nacional, uma das empreiteiras responsáveis pela construção da Rodovia, em 1958, o povoado que daria origem à cidade, iniciou-se a partir do estabelecimento de acampamentos formados em uma área com excelentes condições: córregos com água de qualidade, árvores com boa sombra e clima agradável, requisitos fundamentais para um bom acampamento.

À procura de recursos para manter seus acampamentos, estes trabalhadores passaram a visitar cidades vizinhas como Pium e Cristalândia, de onde trouxeram os primeiros comércios para o acampamento.

Com a construção da Belém-Brasília (BR-153), cujo desmatamento vinha se processando na região, entre os córregos Coco do Meio e Pernarda, nasceu o povoado, que recebeu o nome de Paraíso do Norte, pela beleza da paisagem.

No final de 1958, José Ribeiro Torres instalou uma pensão, próxima ao acampamento da Companhia Nacional, atraindo grande número de moradores. Atraídas pela possibilidade de “meios de vida” logo se estabeleceram ao longo do desmatamento da estrada, num trecho compreendido entre os córregos Buriti e Pernada, onde rapidamente se formava uma linha de casas de um lado e de outro da picada. Algum tempo depois esta via ganhou o nome de Avenida Bernardo Sayão, também conhecida pela alcunha de “Federal” nos primeiros anos do povoado.

O povoado de Paraíso do Norte passou a Distrito, em 1963; e, dado ao seu progresso, obteve a emancipação político-administrativa, no mesmo ano, com o topônimo alterado para Paraíso do Norte de Goiás. Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Paraíso do Norte de Goiás, pela lei estadual Nº 4716, de 23 de outubro de 1963, desmembrado do município de Pium. Sede no atual distrito de Paraíso do Norte de Goiás (ex-povoado de Paraíso do Norte).

Em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1968, o município é constituído do distrito sede. Com a criação e implantação do Estado do Tocantins, o decreto legislativo Nº 1, de 01 de janeiro de 1989, art. 4º, alterou o nome de Paraíso do Norte de Goiás para Paraíso do Tocantins, alterado pelo decreto legislativo Nº 1, de 01 de janeiro de 1989, art. 4º.

## **4. CENÁRIO SOCIOECONÔMICO**

### **4.1. Cenário da infraestrutura**

No início do povoado a economia girava quase que exclusivamente em torno do comércio, mas aos poucos a agricultura e pecuária passaram a ocupar um lugar de destaque na economia municipal, principalmente quando a partir de 1971, foi instalado em Paraíso o escritório da ACAR-GO (Associação de Crédito e Assistência Rural de Goiás), atual Ruraltins.

O Agrônomo Dr. Laírson Lopes iniciou todo o processo de modernização destas atividades no município, oferecendo cursos, orientando os produtores rurais, onde alguns anos depois já era possível notar mudanças na mentalidade dos agricultores. Paralelo a isto, os administradores municipais passaram a dedicar melhorias das condições para o escoamento da produção rural. Construíram dezenas de quilômetros de estradas vicinais e pontes de madeira, criando uma verdadeira malha viária na zona rural.

Em seguida, foram fundadas algumas entidades que ajudaram na consolidação da agricultura e pecuária de Paraíso do Tocantins: Sindicato Rural (1969) / Exposições Agropecuárias (a primeira aconteceu em 1975); Agências Bancárias (Banco do Brasil e o BEG, inaugurados em abril de 1974), Coopernorte (1979) e a Credipar (1991).

Com isso, a agricultura e pecuária se desenvolviam de forma exponencial juntamente com o comércio, marcados pelas diversas obras de infraestrutura realizadas entre 1970-1973. Assim, destaca-se o mercado municipal, inaugurado em maio de 1972, representou um grande impulso no comércio local, pois a partir desta época tornou-se o principal centro comercial da cidade e ponto de convergência dos produtos vindos da zona rural.

Outros fatores foram fundamentais para a consolidação da vocação comercial de Paraíso do Tocantins: implantação da rede de energia elétrica, telefonia e água tratada (1972), fundação da ACIP (1978), pavimentação asfáltica (período de 1985 a 1988 e a pavimentação da Av. Bernardo Sayão, em 1996) e a implantação e consolidação do Parque Industrial de Paraíso do Tocantins.

A partir do ano 2000 o comércio do centro de Paraíso passou por uma modificação profunda, principalmente pela intensa modernização dos estabelecimentos nestes períodos.

Atualmente o município exerce influência comercial numa região que congrega cerca de 15 municípios tocantinenses, além de influência indireta em municípios até de outros estados. A cidade é considerada um grande entroncamento, pois está localizada

em posição estratégica no Estado do Tocantins, razão pela qual diversas empresas distribuidoras de produtos têm se instalado nos últimos anos em Paraíso do Tocantins. Outra área em plena expansão no município é o setor de prestação de serviços, que tem crescido muito nos últimos dez anos e promete disputar em pé de igualdade a hegemonia da economia municipal.

Geograficamente localizado em região estratégica, Paraíso do Tocantins é considerado referência comercial do Vale do Araguaia, devido ao polo comercial e industrial em pleno desenvolvimento. Possui atualmente o Parque Agroindustrial (PAIP) e o Parque Industrial Álvaro Milhomem (PIAM) repleto de empresas que ajudam a fomentar e desenvolver a economia local.

A região é movimentada pela agropecuária, com áreas de pastagem e grãos em expansão, possibilitando o fortalecimento das agroindústrias e o desenvolvimento regional, evidenciando assim sua influência e vocação para:

- Grandes projetos agrícolas em andamento na região, a exemplo do projeto de irrigação da Lagoa da Confusão;
- Negócios voltados para a pesca e turismo;
- Inserido na maior ilha fluvial do mundo (Ilha do Bananal);
- A cidade de Paraíso é o centro logístico da região do Vale do Araguaia;
- Inexistência de outra instituição na região que ofereça o curso;
- Há demanda de pessoas interessadas em iniciar curso profissional;
- Mundo atual caracterizado por mudanças cada vez mais rápidas exigindo a constante atualização dos profissionais;
- A necessidade de vincular educação e trabalho, fixando o jovem em seu meio;
- Facilidade de acesso, pois os municípios de abrangência são bastante próximos de Paraíso do Tocantins.

A região de Paraíso e do Vale do Araguaia se configura como mais um ponto estratégico para ação de agentes que promovem a expansão do agronegócio, que se instalam nessas regiões. Como para o capital é necessária à ampliação de terras agricultáveis, visto o que vem ocorrendo com as áreas de produção de soja na região do MATOPIBA, está sendo intensificado via produtores e empresas especializadas que migram para essas áreas. Empresas como:

- SLC Alimentos
- Frisia
- Agrex
- SICRED

- SICOOB
- Elo Agrícola
- Corteva
- Camil Alimentos
- Nucltramix
- Nutritins Agronegócio
- Plena Alimentos

Entre outras que estão se instalando no município e região fomentando o crescimento e desenvolvimentos econômico da região. Do ponto de vista produtivo, é irrefutável o potencial agrícola da região e dificilmente esse será limitado; pelo contrário, investimentos na região continuam a todo vapor, não somente na região mas em todo estado do Tocantins, Nesse sentido o curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio vem atuar para fomentar o alcance de mais etapas na cadeia de valor, promover mais mão de obra especializada que irá gerar maior apropriação de renda na região.

#### **4.2. Cenário educacional**

A ampliação da participação brasileira no mercado mundial, assim como o incremento do mercado interno dependem, fundamentalmente, de nossa capacitação tecnológica, ou seja, de perceber, compreender, criar, adaptar, organizar e produzir insumos, produtos e serviços.

Adicionalmente, é preciso entender que o progresso tecnológico causou alterações no modo de produção, na distribuição da força de trabalho e na sua qualificação. Dentro deste novo contexto insere-se a importância da Educação Profissional na amplitude de seus três níveis: Básico, Técnico e Tecnológico.

Responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros, o agronegócio é o setor mais importante da economia brasileira. Agronegócio, ou Agribusiness, significa o conjunto de empresas produtoras de insumos, propriedades rurais, indústrias de processamento, distribuição e comércio nacional e internacional de produtos agropecuários *in natura* ou processados. Portanto, todas as empresas produtoras de rações, defensivos agrícolas, fertilizantes, máquinas agrícolas, sementes, empresas agrícolas e pecuárias, além de armazéns, transportadoras, frigoríficos, moinhos, indústrias de sucos, exportadores, atacadistas, mercados e supermercados fazem parte do agronegócio.

Os grandes avanços de produtividade são impulsionados pela melhoria da gestão empresarial, assim como pelo progresso científico e tecnológico. E a utilização crescente do termo agronegócio demonstra as transformações por que passa a

produção e o processamento de produtos agropecuários. A abertura de mercado e o aumento das exigências dos consumidores nacionais e internacionais, principalmente de alimentos, impõem desafios crescentes às empresas do agronegócio, que precisam tornar-se cada dia mais eficientes.

Qualquer empresa ou organização do agronegócio que pretenda manter-se no mercado necessita, portanto, de profissionais capacitados e com ampla visão de toda a cadeia de produção. O mercado de trabalho é, portanto, bastante amplo e promissor e o futuro profissional deverá estar preparado para exercer funções de direção, análise e negociação em qualquer empresa ou organização do agronegócio.

Neste sentido, a agilidade e a qualidade na formação de graduados na educação profissional, ligados diretamente ao mundo do trabalho, viabilizarão o aporte de recursos humanos necessários à competitividade do setor produtivo, ao mesmo tempo em que ampliará as oportunidades de novos empreendimentos.

Os cursos superiores em tecnologia surgem como uma das principais respostas do setor educacional às necessidades e demandas da sociedade brasileira. Deste modo, a Unitins vislumbra ser fundamental o oferecimento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio por entender ser este um setor que permite que pequenas empresas possam lançar mão de profissionais qualificados, competentes e habilidosos e por acreditar na necessidade de se estimular o empreendedorismo, de forma a promover condições para que jovens conquistem o patamar de gestores e empreendedores competitivos.

Neste contexto histórico educacional, a Unitins através do Câmpus de Paraíso do Tocantins, está inserida com a responsabilidade de ministrar o curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio.

A Unitins tem como objetivo participar do desenvolvimento sustentável da região do Vale do Araguaia, por meio da produção do conhecimento e da formação de recursos humanos críticos, éticos, criativos e comprometidos com a responsabilidade social. Além de gerar empregos diretos, capacitando seus recursos humanos, trazendo mão de obra especializada e participando da construção e formação de novos conceitos e valores para a comunidade acadêmica, a partir de 2020.

Para manter o ritmo de desenvolvimento humano, o governo do Estado vem investindo em ações que beneficiam a população e garantem educação, longevidade e geração de emprego e renda. Na área da Educação, o Tocantins vem investindo significativamente na construção de Escolas de Tempo Integral (ETI) e em programas para manter os alunos na Escola. Segundo dados da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), a rede estadual de ensino conta com 550 escolas, sendo 48 de tempo integral

e outras 304 com jornada ampliada pelo programa Mais Educação. Além disso, já estão em fase de construção outras oito ETI que oferecem ensino de qualidade e atividades extracurriculares aos estudantes.

O IDEB de Tocantins subiu de 2,9 para 3,3 entre os anos de 2005 e 2015. No entanto, essa variação não foi totalmente linear: entre 2005 e 2011 o estado apresentou sucessivas melhoras em seu desempenho, chegando a superar o país em 2011.

Em Paraíso do Tocantins a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade 98,4% (IBGE, 2010), com 2.143 matrículas no ensino médio em 2018. Araguatins ocupa a posição 1440 no total de 4470 em todo Brasil; no estado a 30ª no total de 139 municípios. Segundo IBGE (2010), Paraíso do Tocantins ocupa o 2º lugar no estado, atrás da capital Palmas, no índice de Desenvolvimento da Educação Básica, Ensino fundamental, Anos iniciais.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio da Universidade Estadual do Tocantins – Unitins, no Câmpus de Paraíso do Tocantins, foi criado ao analisar o potencial econômico e financeiro da região e a necessidade de oportunizar Educação Superior às pessoas da região sudoeste do Estado do Tocantins.

#### **4.3. Empreendedorismo e inovação**

Disseminar a cultura do empreendedorismo constitui uma das funções precípua da Universidade no intuito de incentivar e apoiar a elaboração de projetos inovadores. Uma Universidade empreendedora desenvolve ações que estimulam a inovação, a proatividade, as parcerias e os riscos organizacionais.

O empreendedorismo proporciona uma mudança no ambiente acadêmico conservador no sentido de valorizar o conhecimento por meio de aplicações práticas de pesquisa e ensino, promovendo o desenvolvimento econômico, social e estimulando a inovação, a criatividade e protege a propriedade intelectual, a transferência de tecnologia, além de formar pessoas qualificadas para o mercado de trabalho.

A Universidade com o viés empreendedor fomenta a utilização dos benefícios da tecnologia para descentralizar o poder, redefinir valores, criar novas alianças e reformular o *status quo*, buscando disseminar o conhecimento entre Universidade/empresa: Universidade produzindo pesquisa e tecnologia e as empresas, apropriando-se dos conhecimentos, que os transfere para a sociedade, resultando em benefícios sociais, econômicos e ambientais.

As atividades de empreendedorismo entre os estudantes, por meio da pesquisa, são formas de disseminar a cultura empreendedora no meio acadêmico. O desenvolvimento das atividades acadêmicas, associadas às pesquisas, contribuem

para o atendimento das demandas do Estado do Tocantins no que se refere ao desenvolvimento econômico e social da comunidade, além de proporcionar à atual geração, um novo perfil profissional adaptado ao mercado.

Como Universidade empreendedora, Etzkowitz (2003), define como sendo aquela que é capaz de gerar uma direção estratégica, formulando objetivos acadêmicos claros e transformando o conhecimento gerado na Universidade em um valor econômico e social. Considera a Universidade um ambiente propício à inovação, pela concentração de conhecimento e de capital intelectual, onde os estudantes constituem uma fonte de potencial empreendedor.

A Unitins, ciente do seu papel na formação do cidadão empreendedor estabelece que cabe aos colegiados de cursos e seus respectivos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) definirem quais competências empreendedoras pretendem desenvolver e por meio de quais métodos. Para tanto, adotará as competências empreendedoras definidas pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2011), tais como: a busca de oportunidade, iniciativa, persistência, comprometimento, exigência de qualidade, eficiência, estabelecer metas, busca de informações, planejamento, monitoramento contínuo, persuasão, independência, autoconfiança, rede de contatos e o assumir riscos calculados.

O desenvolvimento das competências empreendedoras, a critério do NDE e Colegiado de Curso, poderá ocorrer por meio de disciplina específica, em que o objeto de estudo seja Empreendedorismo e Inovação, e/ou em outras disciplinas no decorrer do curso. Tais competências a serem trabalhadas deverão constar nos PPC's, através de disciplinas específicas (ementas e respectivas bibliografias) ou de forma transversal em outras disciplinas, de maneira a contemplar e contextualizar a área de atuação do referido curso.

## **5. CONTEXTO DO CURSO**

### **5.1. Identificação do curso**

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio da Unitins, no Campus de Paraíso do TO foi autorizado pela Resolução CONSUNI/Nº 003, de 03 de fevereiro de 2020. O curso de tecnólogo difere do bacharelado pela sua ênfase na formação e atuação profissional, pelo foco no conhecimento tecnológico e suas aplicações, e, principalmente, pelo objetivo de atender às demandas diretas do mercado e da sociedade no mundo do trabalho.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio é um curso de

graduação plena, que visa formar profissionais com o título de Tecnólogo em Agronegócios, com capacidade para atuar diretamente no mercado de trabalho, com suporte na área de produção, transformação e gestão de organizações, promovendo as mudanças capazes de alavancar e potencializar o desenvolvimento e, conseqüentemente, da sociedade de sua região de atuação e do país.

Para atingir o seu propósito, o curso apresenta um conteúdo de formação que integra, por um lado, conhecimentos técnicos, que visam o desenvolvimento e compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos da produção, transformação e gestão do agronegócio, desenvolvendo raciocínio abstrato, lógico e analítico, capacitando o futuro tecnólogo como tomador de decisões objetivas e racionais. Por outro lado, os conteúdos de formação humana visam o desenvolvimento de habilidades de negociação, postura empática e dialógica, facilitando o tratamento e o convívio, a motivação e a liderança do profissional.

Assim, tendo como referência o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o compromisso da Unitins com a formação profissional dos acadêmicos de graduação implica na apropriação dos conteúdos e habilidades mínimas referentes ao exercício da profissão, articulação dos conhecimentos com as demandas cotidianas da vida profissional e a capacidade de responder com competência, os desafios inerentes à prática profissional.

Todo esse esforço educativo visa contribuir para a formação de profissionais capazes de atuar como agentes de transformação e construção da sociedade, dotado de competências para, não só preservar o conhecimento acumulado historicamente, mas, também, construir novos conhecimentos por meio da pesquisa e da prática reflexiva, não se limitando ao ambiente da Universidade, tampouco aos conteúdos programáticos das disciplinas.

A Universidade, como o próprio nome sugere, deve propiciar uma universalidade de ideias, ações, posicionamentos, a fim de que o aluno forme sua convicção a respeito de determinados temas. Para tanto, a Unitins se coloca aberta para a comunidade na medida em que participa das discussões da sociedade, propõe projetos sociais, empresariais e comunitários, integrando conhecimento científico e popular de forma dialética.

## **6. OBJETIVOS DO CURSO**

### **6.1. Objetivo geral**

Preparar profissionais para o planejamento, organização e gerenciamento de

organizações agroindustriais, de forma a permitir uma visão sistêmica, capacitando-os para atuar nesse meio, sobretudo na pequena e média propriedade rural, maximizando os recursos locais e regionais, através da adoção otimizada de tecnologias que respeitem o homem e a natureza.

## **6.2. Objetivos específicos**

- Capacitar técnica e empresarialmente os egressos de nível médio, preparando-os para administrarem propriedades rurais, competitivamente e de maneira sustentável, garantindo níveis crescentes de renda para as famílias e fortalecendo a integração dos produtos gerados pelo setor agrícola com o setor industrial de alimentos da Região;
- Contribuir na geração de recursos humanos qualificados que dominem os conceitos e princípios básicos na Gestão do Agronegócio;
- Capacitar profissionais para compreender as organizações rurais sob o enfoque das cadeias de produção e do agronegócio e a interrelação entre os elos das cadeias produtivas;
- Dirigir e coordenar estudos e análises, bem como implementar programas de desenvolvimento da agricultura familiar;
- Dirigir programas de avaliação, políticas e planos, levando em consideração as características dos empreendimentos rurais, a pluriatividade, o associativismo e o cooperativismo no agronegócio;
- Fomentar a discussão do objeto e da prática da gestão rural;
- Desenvolver, além da capacidade analítica, executiva e decisória, condições de discutir novas alternativas de negócios no espaço rural;
- Capacitar profissionais para a prática do cooperativismo e o desenvolvimento de redes de produção;
- Capacitar profissionais para assessorar tecnicamente os segmentos do agronegócio para a utilização sustentável dos recursos ambientais.

## **6.3. Endereço de funcionamento**

O câmpus de Paraíso do Tocantins está sediado em um prédio cedido pela Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, onde funcionou a E. E. Trajano Coelho Neto, cujo endereço é: Rua Bernardino Maciel nº 392 – Centro – Paraíso do Tocantins – CEP 77.600.000.

#### **6.4. Coordenação de curso e identificação do coordenador de curso**

Atuar como coordenador de curso é ser mais que um simples mediador entre acadêmicos e docentes, é reconhecer as necessidades da área em que atua e tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade escolar, gerir e executar o projeto pedagógico do curso, operar novas tecnologias, avaliar o trabalho dos docentes, estar comprometido com a missão da instituição e estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade. Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente, colaborando no desenvolvimento dos alunos e no crescimento da instituição em que trabalha.

A gestão do curso vem sendo desenvolvida em parceria com o Núcleo Docente Estruturante e com o Colegiado do Curso, onde são discutidas as ações a serem implementadas.

A coordenação organiza encontros, sistemática e periodicamente, com os representantes de turma para acompanhamento das atividades discentes e docentes.

São atribuições do coordenador de curso:

- coordenar as atividades de ensino de graduação;
- estabelecer uma agenda semanal para atendimento dos alunos de graduação;
- estabelecer mecanismos de acompanhamento pedagógico dos alunos de graduação;
- estabelecer uma agenda semanal para atendimento dos docentes;
- estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação das atividades dos docentes;
- estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação das atividades de ensino de graduação;
- garantir a organicidade da matriz curricular do curso;
- articular teorias e práticas, principalmente no que diz respeito à integração básico-clínica;
- organizar e manter atualizado banco de dados contendo os programas das disciplinas do curso, incluindo semestre/ano de oferta, carga horária teórica, carga horária prática, ementa, programa, referências bibliográficas atualizadas, metodologia de ensino, critérios de avaliação e docente(s) responsável(eis);
- propor, no início de cada semestre letivo, à Pró Reitoria de Graduação (PROGRAD), o horário de aulas de cada período do curso, articulados com os demais cursos da IES;
- propor ações que visem a melhoria da qualidade do ensino de graduação,

incluindo práticas pedagógicas inovadoras;

- orientar o acadêmico na efetivação da matrícula no âmbito do curso, articulado com a secretaria acadêmica;
- exercer o poder disciplinar no âmbito de sua competência;
- cumprir prazos referentes a recursos e processos acadêmicos;
- propor à Direção Acadêmica convênios para viabilizar estágios curriculares ou extracurriculares do respectivo curso;
- supervisionar e notificar a PROGRAD e o Setor de Recursos Humanos e Departamento de Pessoal a frequência dos docentes integrantes do curso, nas diferentes atividades acadêmicas de responsabilidade dos mesmos;
- apresentar à PROGRAD propostas de projetos de ensino;
- apresentar à Coordenadoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação proposta de projetos de pesquisa, de extensão e de pós-graduação;
- apresentar à PROGRAD proposta de programas curriculares e extracurriculares que visem o crescimento acadêmico do aluno;
- exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas ou delegadas pelos Órgãos Superiores da Unitins; e
- representar a Unitins, por designação da PROGRAD, em eventos internos e externos relacionados à atividade de graduação.

#### 6.5. Característica do curso

- **Titulação:** Tecnólogo em Agronegócio;
- **Modalidade de ensino:** Presencial;
- **Turno de Funcionamento:** Noturno
- **Duração do curso (semestre/ano):** 06 Semestres / 03 anos;
- **Integralização Mínima :** 06 Semestres / 03 anos;
- **Integralização Máxima :** 09 Semestres / 4,5 anos
- **Regime de Matrícula:** Semestral;
- **Número de vagas:** 40 (quarenta) alunos por turma;

#### 6.6. Legislação que regulamenta a profissão

A profissão de tecnólogo baseia-se na Resolução nº 313 de 26 de setembro de 1986 que dispõe sobre o exercício profissional dos tecnólogos das áreas submetidas à regulamentação e fiscalização instituídas pela Lei Nº 5194 de 24 de dezembro de 1966.

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) no uso de suas atribuições que lhe confere letra “f” do Artigo 27 da Lei nº 554/68 de 24 de

dezembro de 1966, permitiu a criação de cursos superiores de curta duração visando ao exercício de atividades em áreas regulamentadas e fiscalizadas pelos Conselhos de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA).

A Resolução de Nº 1010, de 22 de agosto de 2005 dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais do Sistema CONFEA/CREA para efeito de fiscalização do exercício profissional, resolve estabelecer normas para a atribuição de títulos profissionais, atividades e competências no âmbito da atuação profissional. Para o diplomado em curso de graduação de Tecnologia em Gestão do Agronegócio será atribuída a titulação de Tecnólogo em Agronegócios.

A organização da educação profissional e tecnológica de graduação no Ministério da Educação, publicada no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia em 2016, orienta por meio de eixos tecnológicos os cursos superiores de tecnólogos. O curso de Superior Tecnologia em Gestão do Agronegócio está incluso no eixo tecnológico dos Recursos Naturais que compreende tecnologias relacionadas à produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira.

Abrange ações de prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo, e produção referente aos recursos naturais. Inclui, ainda, tecnologia de máquinas e implementos, estruturada e aplicada de forma sistemática para atender às necessidades de organização e produção de diversos segmentos envolvidos, visando à qualidade e à sustentabilidade econômica, ambiental e social.

Ressalta-se ainda, que o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio está pautado na observância aos dispositivos legais e dispositivos regimentares Institucionais, entre eles: LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394, de 20.12.1996); DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio (Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021); SINAES – Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior; (Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e a Lei 11.788 de 25/09/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes; Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018).

### **6.7. Atos legais do curso**

O curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio da Unitins alicerça-se na legislação em vigor, especificamente na Constituição da República Federativa do Brasil - CF/88, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96, no Plano

Nacional de Educação, Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, nos Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação, nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio ( Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021), bem como na Resolução Nº 155, de 17 de junho de 2020, que dispõe sobre as funções de regulação, avaliação e supervisão de Instituições de Educação Superior, e Cursos de Graduação e Pós-Graduação, no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins.

#### Autorização/reconhecimento/renovação de reconhecimento

A Lei Estadual Nº 3.124, de 05 de janeiro de 2016 (Diário Oficial nº 4.693, de 26 de agosto de 2016) transforma em autarquia a fundação que especifica, e adota outras providências.

A resolução do Conselho Universitário – CONSUNI – 002, de 03 de fevereiro de 2020 aprova a instalação de Câmpus da Unitins em Paraíso do Tocantins consubstanciado no processo administrativo 2018/20321/1020 e a resolução CONSUNI – 003, de 03 de fevereiro de 2020 autoriza a oferta de cursos de bacharelado em Ciências Contábeis, Direito e Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio.

Autorização de curso: PARECERTO/CES Nº 194/2022, publicado no D.O.E. Nº. 6182 no dia 30 de setembro de 2022.

#### **6.8. Forma de acesso ao curso e condições de oferta**

O ingresso nos cursos de graduação da Unitins dar-se-á nas seguintes modalidades:

- I. vestibular;
- II. transferência interna;
- III. mudança de turno;
- IV. reingresso;
- V. transferência externa, nas seguintes formas:
  - a. transferência facultativa;
  - b. transferência ex-officio;
- VI. admissão de portador de diploma;
- VII. admissão de acadêmicos estrangeiros;
- VIII. outras modalidades de ingresso aprovadas pelo CONSEPE, ou emanadas de legislação superior, homologadas pelo CONSUNI.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio está previsto para funcionar com turmas de 40 alunos por semestre e funcionará no período noturno.

#### **6.9. Informações relacionadas ao quantitativo do corpo discente**

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio conta atualmente (2022/2) com um total de 63 discentes matriculados, contemplando 20,6% dos 314 acadêmicos matriculados nos cursos oferecidos no Câmpus de Paraíso - TO.

Esses acadêmicos são originários em sua grande maioria da região do Vale do Araguaia. Predominantemente oriundos de classe média-baixa e baixa e estudantes de escola pública. A maioria é do sexo feminino totalizando 55,5%.

Considerando o nível socioeconômico desses acadêmicos, a maioria dos utilizam veículo (moto) próprio para o deslocamento até a universidade.

**Quadro 1: Quantitativo de alunos ingressantes por vestibular.**

<b>CAMPUS</b>	<b>CURSO</b>	<b>Alunos Ingressantes em 2020/1</b>	<b>Alunos Ingressantes em 2020/2</b>	<b>Alunos Ingressantes em 2021/1</b>	<b>Alunos Ingressantes em 2022/1</b>	<b>Alunos Ingressantes em 2023/1</b>
Câmpus Paraíso	Tecnologia em Gestão do Agronegócio	40	10	15	36	37

Tal baixa na entrada de alunos nos semestres de 2020/2 e 2021/1 foi devido a pandemia. Com o retorno presencialmente em 2022/1 o quantitativo de alunos ingressante nos semestres 2022/1 e 2023/1 foram bem expressiva. Entrada essa que foi proporcionado devido a ações em colégios de ensino médio nos municípios do Vale do Araguaia mostrando a importância da qualificação profissional para atender a demanda de mão de obra na região.

O número de 40 vagas anuais para o Curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio, está fundamentado em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica e institucional, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino e extensão. A UNITINS disponibiliza espaço adequado, com salas de aula amplas, auditório, área de experimento, que contemplam o número e vagas ofertadas, com conforto e climatização para um bom desempenho das atividades acadêmicas.

O corpo docente do curso possui ampla experiência profissional tanto na

docência do ensino superior como fora dela nas seguintes áreas: manejo e conservação de solos, manejo de animais, consultoria agropecuária, consultoria de empresas, manejo vegetal de plantas.

O suporte tecnológico apresenta um amplo acesso em toda extensão do campus como à internet, a computadores e a plataformas virtuais de comunicação efetiva para os discentes, no ensino, pesquisa e extensão. Os estudos sobre oferta de vagas são realizados periodicamente, através do NDE e colegiado do curso conforme as avaliações internas e externa da CPA. O NDE também se baseia em informações e estudos sobre o mercado de trabalho e sua demanda na região do vale do Araguaia fortalecendo assim uma maior segurança no quantitativo de professores e vagas para alunos ingressantes na IES.

## **7. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

Toda a lógica de formação da nova educação profissional está centrada no modelo do currículo por competências. A necessidade de se garantir, nos processos formativos da educação profissional, a flexibilidade, interdisciplinaridade e a contextualização curricular estão continuamente reiteradas nos principais documentos normativos, desde o Parecer CNE/CP 29/02 até o Decreto 5.154/04 e Resolução CNE/CP 01/21.

A partir do perfil do profissional desejado no Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio foram desdobrados conjuntos de competências e habilidades correspondentes a componentes curriculares necessários para o exercício das funções que compõem essa atividade.

A metodologia de ensino-aprendizagem é baseada na “concepção programática de formação e desenvolvimento humano”. Está comprometida com a interdisciplinaridade, que por sua vez propicia o diálogo entre os vários campos do conhecimento e a integração do saber, visando a superar uma organização curricular tradicional, que coloca as disciplinas como realidades estanques, fragmentadas, isoladas e dificulta a apropriação do conhecimento pelo aluno. A interdisciplinaridade favorece visão contextualizada e percepção sistêmica da realidade, permitindo compreensão mais abrangente do saber.

A interdisciplinaridade integra o saber, propiciando a compreensão da relevância e do significado dos problemas estudados, favorecendo, conseqüentemente, os processos de intervenção e busca de soluções. Expressa ainda a necessidade de reconstruir o pensamento em novas bases, recuperando dimensões como a criatividade, a imaginação e a capacidade de lidar com a incerteza. A interdisciplinaridade não significa uma justaposição de saberes, nem implica uma comunicação reduzida entre

as disciplinas. Envolve a elaboração de um contexto mais geral, no qual as disciplinas em contato são modificadas, passando a depender claramente uma das outras. Promove, portanto, intercâmbios mútuos e recíprocas integrações entre as disciplinas.

O ensino baseado na interdisciplinaridade tem grande poder estruturador, pois as definições, os contextos e os procedimentos que são estudados pelos alunos são organizados em torno de unidades mais globais, que agregam estruturas de conceitos e metodologias compartilhadas por várias disciplinas, capacitando os alunos para enfrentar problemas que transcendem os limites de uma disciplina concreta e para detectar, analisar e solucionar novas questões. Além disso, a interdisciplinaridade favorece a realização de transferências das aprendizagens já adquiridas em outros contextos e amplia a motivação para aprender.

### **7.1. Perfil profissional do egresso**

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio forma um profissional capacitado na gestão do agronegócio, apto a analisar, diagnosticar, planejar, dirigir e controlar um empreendimento. O egresso apresenta habilidades para avaliar projetos de investimentos, implementar estratégias competitivas e cooperativas no setor, modelar e operacionalizar atividades de logística, analisar e tomar decisões em meio a um cenário complexo e de extrema competição.

O egresso desse curso pode atuar em diversos empreendimentos do agronegócio, tanto nas organizações de produção primária, quanto na indústria ou comércio, na gestão de cooperativas, agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos, logística, comercialização, em organizações comerciais do atacado e varejo, setor público, consultorias e assessorias.

Esse profissional tem amplo potencial de ação no fortalecimento e desenvolvimento rural ao participar na operação de projetos agropecuários e/ou agroindustriais, tais como:

- Planejar, projetar e executar empreendimentos voltados ao agronegócio, considerando indicadores e mercados estratégicos nacionais e internacionais;
- Interpretar fatores sociais, econômicos, ambientais e institucionais para propor políticas públicas voltadas ao agronegócio, promovendo a organização do setor com integrações, associações e cooperativas;
- Caracterizar e interpretar as diversas cadeias produtivas do agronegócio para a implantação de arranjos produtivos locais;
- Promover a gestão de negócios e coordenar a cadeia produtiva nas operações de produção, armazenamento, processamento, distribuição, marketing e

comercialização de produtos e derivados, com foco em desempenho e controle de qualidade;

- Prestar assistência técnica e assessoria em laudos, pareceres, relatórios, estudos de prospecção e projetos ligados ao agronegócio para implantação direta ou para obtenção de crédito rural e agroindustrial.

1.1.1. Para atuação como Tecnólogo em Gestão do Agronegócio, são fundamentais:

- Conhecimentos e habilidades relacionados à gestão do agronegócio, incluindo a produção, o armazenamento, o processamento, a distribuição, o marketing e a comercialização de produtos e derivados;
- Conhecimentos referentes a aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais;
- Conhecimentos e habilidades para realizar ações de assistência técnica e extensão rural relativas ao agronegócio voltadas ao desenvolvimento regional;
- Domínio de conceitos e procedimentos voltados às práticas econômicas alternativas, tais como associativismo, cooperativismo e empreendedorismo;
- Domínio de métodos e procedimentos voltados ao desenvolvimento de pesquisa aplicada em gestão do agronegócio com enfoque na sustentabilidade ambiental, social e econômica;
- Habilidades de comunicação e de gestão de conflitos e postura ética e colaborativa, nas relações interpessoais, para realizar trabalho em equipe;
- Iniciativa e pensamento analítico e crítico para a solução de problemas.

Enfim, o Tecnólogo em Gestão do Agronegócio viabiliza soluções tecnológicas competitivas para o desenvolvimento de negócios na agropecuária e agroindústria a partir do domínio dos processos de gestão da produção, transformação e comercialização nas diversas cadeias produtivas do setor.

Prospecção de novos mercados, análise de viabilidade econômica, identificação de alternativas de captação de recursos, beneficiamento, logística e comercialização são atividades gerenciadas por esse profissional que está atento às novas tecnologias do setor rural e agroindustrial, à qualidade e produtividade do negócio, definindo investimentos, insumos e serviços, visando à otimização da produção e o uso racional dos recursos.

## **7.2. Diferenciais competitivos do curso**

Considerando as potencialidades da agricultura familiar, o egresso poderá atuar enquanto consultor de empresas rurais, visto que atualmente as pequenas e médias

propriedades rurais são responsáveis pela movimentação do comércio local. Desta forma, o Tecnólogo em Gestão do Agronegócio poderá contribuir enquanto facilitador destas, objetivando perspectivas de um desenvolvimento cada vez mais sustentável para a região.

### **7.3. Políticas institucionais e sua correlação com o curso**

As políticas de ensino de graduação são efetivadas pela PROGRAD, que atua no desenvolvimento constante de mecanismos de acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico institucional e dos seus cursos, dos talentos humanos (docentes, discentes, técnico-administrativos) e da gestão acadêmica.

Essas ações são exercidas de forma colaborativa entre os diversos órgãos que a compõem e com as demais unidades administrativas da Unitins, com a finalidade de promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação – MEC.

As ações são pautadas nos princípios democráticos de responsabilidade e de inclusão voltados à promoção da cidadania, bem como na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de proporcionar aos alunos a inserção e comprometimento com as demandas locais e regionais, promovendo a melhoria da qualidade de vida em prol da coletividade.

### **7.4. Organização curricular**

Os professores não devem simplesmente repassar conteúdos previamente programados e massificados sem analisar sua importância e necessidade no contexto social em que os egressos estarão inseridos. Pelo contrário, a seleção e a organização dos conteúdos devem ser feitas a partir do pressuposto de que teoria e prática se constituem numa unidade.

Deve-se dar ao aluno a oportunidade de redescobrir o conhecimento existente a partir de sua exposição aos conteúdos selecionados.

A seleção de conteúdo, portanto, leva em consideração:

- a superação linear e hierarquizada dos saberes;
- enfoques multirreferencializados com a ciência e a tecnologia;
- respeito aos conhecimentos prévios de todos os alunos e articulação com novos conhecimentos construídos no processo de formação;
- busca de interfaces entre ensino, pesquisa e extensão;
- sinalizações teóricas e práticas sobre os entrelaçamentos entre habilidades técnicas e humanísticas;

- predominância da formação sobre a informação e o comprometimento com os valores éticos e humanísticos.

### 7.5. Estrutura curricular

<b>Curso:</b> Tecnologia em Gestão do Agronegócio <b>Turno:</b> Noturno <b>Modalidade:</b> Presencial <b>Vigência:</b> 2023/2 <b>Duração mínima:</b> 6 semestres <b>Duração máxima:</b> 9 semestres				<b>Disciplina optativa:</b> Sim <b>Estágio:</b> Não obrigatório <b>Atividades complementares:</b> 120H <b>Carga horária total:</b> 2400 H <b>Total de créditos:</b> 152 créditos			
PRIMEIRO PERÍODO							
Cd.	Disciplina	Crédito	EAD	Exten.	Total	Hora Aula	Hora Relógio
T01	Introdução à Gestão do Agronegócio	4			60	75	60
T02	Contabilidade Rural	4			60	75	60
T03	Desenvolvimento Regional do Cerrado e Agronegócio	4			60	75	60
T04	Metodologia Científica	4	60		60	75	60
T05	Fundamentos de Produção Vegetal	4			60	75	60
T06	Fundamentos de Animal	4			60	75	60
<b>Subtotal</b>		<b>24</b>	<b>60</b>		<b>360</b>	<b>450</b>	<b>360</b>
SEGUNDO PERÍODO							
Cd.	Disciplina	Crédito	EAD	Exten.	Total	Hora Aula	Hora Relógio
T07	Cadeias Produtivas da Hortifruticultura	4		60	60	75	60
T08	Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável	4			60	75	60
T09	Administração e Planejamento Rural	4			60	75	60
T10	Sensoriamento Remoto e	4			60	75	60

	Geoprocessamento						
T11	Economia Rural	4	60		60	75	60
T12	Projeto Integrador	4			60	75	60
<b>Subtotal</b>		<b>24</b>	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>360</b>	<b>360</b>	<b>450</b>
<b>TERCEIRO PERÍODO</b>							
<b>Cd.</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Crédito</b>	<b>EAD</b>	<b>Exten.</b>	<b>Total</b>	<b>Hora Aula</b>	<b>Hora Relógio</b>
T13	Direito aplicado ao Agronegócio	4			60	75	60
T14	Gestão da Qualidade e Certificações	4			60	75	60
T15	Cadeias Produtivas da Carne, Leite e Derivados	4			60	75	60
T16	Cooperativismo e Associativismo Rural	4			60	75	60
T17	Políticas Públicas para o Agronegócio	4	60		60	75	60
T18	Estatística Básica	4			60	75	60
T19	Optativa	4	60		60	75	60
<b>Subtotal</b>		<b>28</b>	<b>120</b>		<b>420</b>	<b>525</b>	<b>420</b>
<b>QUARTO PERÍODO</b>							
<b>Cd.</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Crédito</b>	<b>EAD</b>	<b>Exten.</b>	<b>Total</b>	<b>Hora Aula</b>	<b>Hora Relógio</b>
T20	Negócios Florestais e Agronegócios Alternativos	4			60	75	60
T21	Cadeias Produtivas das Grandes Culturas I	4			60	75	60
T22	Empreendedorismo e Inovação no Agronegócio	4			60	75	60
T23	Administração de Suprimentos e Logística	4			60	75	60
T24	Sistema de Informação Gerencial em Agronegócio	4	60		60	75	60
T25	Projeto Integrador II	6		60	60	75	60
<b>Subtotal</b>		<b>24</b>	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>360</b>	<b>360</b>	<b>450</b>
<b>QUINTO PERÍODO</b>							

Cd.	Disciplina	Crédito	EAD	Exten.	Total	Hora Aula	Hora Relógio
T26	Manejo e Conservação do Solo e da Água	4			60	75	60
T27	Tecnologia de Produtos Alimentícios Agropecuários	4			60	75	60
T28	Higiene e Segurança do Trabalho	4	60		60	75	60
T29	Cadeias Produtivas das Grandes Culturas II	4			60	75	60
T30	Fitossanidade Aplicada ao Agronegócio	4			60	75	60
T31	Gestão da Produção em Piscicultura	4			60	75	60
<b>Subtotal</b>		<b>24</b>	<b>60</b>		<b>360</b>	<b>360</b>	<b>450</b>
<b>SEXTO PERÍODO</b>							
Cd.	Disciplina	Crédito	EAD	Exten.	Total	Hora Aula	Hora Relógio
T32	Gestão de Armazenagem e Beneficiamento	4			60	75	60
T33	Comercialização e Marketing no Agronegócio	4			60	75	60
T34	Assistência Técnica e Extensão Rural	4		60	60	75	60
T35	Planejamento e Gestão de Projetos	4	60		60	75	60
T36	Gestão de Pequenas e Médias Propriedades Rurais	4			60	75	60
T37	TCC	4			60	75	60
T38	Projeto Integrador III	4		60	60	75	60
<b>Subtotal</b>		<b>28</b>	<b>60</b>	<b>120</b>	<b>420</b>	<b>525</b>	<b>420</b>

Horas aula (3º, 6º) semestre (2 x 420): horas = **840 horas**

Horas aula (1º, 2º, 4º e 5º) semestre (4 x 360): horas = **1440 horas**

Hora aula de atividades complementares = **120 horas**

Carga horária Total – **2.400 horas**

**Obs:** Hora aula de curricularização de extensão: **240 horas**

<b>OPTATIVAS</b>							
Cd.	Disciplina	Crédito	EAD	Exten.	Total	Hora Aula	Hora Relógio

T39	Libras	4	60		60	75	60
T40	Inglês para fins acadêmicos	4	60		60	75	60
T41	Agrosistemas e Agroenergia	4	60		60	75	60
T42	Gestão de pessoas no agronegócio	4	60		60	75	60
T43	Diagnose Nutricional de Plantas e Interpretação de Análise Foliar	4	60		60	75	60

O curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio da Unitins obedece ao mínimo de carga horária definido para os cursos de Tecnologia na área de recursos naturais, que é de 2400h, conforme define o Catálogo Nacional de cursos Superiores de Tecnologia.

A carga horária dos componentes curriculares constantes na matriz curricular do curso está organizada em horas-relógio de 60 minutos (conforme RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2 DE JULHO DE 2007). Considerando que a Unitins adota a hora aula de 48 minutos, obtém-se a carga horária total do curso também em horas aula, por meio da seguinte fórmula:

**Cálculo do quantitativo de horas-aulas:**

$$HA = \frac{HR \times 60}{48}$$

Onde:

HA = Número de horas-aula;

HR = Número de horas-relógio.

**Conversão do número de horas-aula para hora-relógio:**

$$HR = \frac{HA \times 48}{60}$$

Onde:

HR = Carga horária do curso em horas-relógio;

HA = Número de horas-aula.

A RESOLUÇÃO/CONSUNI/Nº 06, de 06 de fevereiro de 2020, dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio, Câmpus Paraíso atendendo assim a RESOLUÇÃO CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de

2021 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

## **7.6. Ensino à distância**

Ensino à distância-EaD é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação entre estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

Essa modalidade é regulada pela legislação específica (PORTARIA Nº 2.177, 2019), que disciplina a oferta de componentes curriculares com metodologia à distância com o percentual de até o limite de 40% (quarenta por cento) da carga horária total.

Na matriz curricular do Curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio da UNITINS foi devidamente especificado os componentes curriculares nessa modalidade, totalizando um percentual de 17,5%. Os componentes curriculares ofertados em EaD, seguindo o recomendado no Decreto Nº 9.057/2017, art. 4º serão realizados momentos presenciais e momentos de tutoria.

Os métodos e práticas de ensino e aprendizagem incorporam o uso integrado de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para a realização dos objetivos pedagógicos, material didático, bem como a mediação de professores e profissionais da educação com formação na área do curso, qualificados em nível compatível ao previsto no PPC. Os objetos de aprendizagem são selecionados de modo que atendam a necessidade do meio tecnológico e a mediação entre docente e discente.

No Câmpus de Paraíso do Tocantins as atividades acadêmicas na modalidade à distância serão planejadas e realizadas por uma equipe multidisciplinar composta pela Assessoria Pedagógica, pelo Supervisor de Tecnologia da Informação, pelo Professor Titular e pelo Tutor. Esta equipe conta com o apoio da Coordenação Pedagógica Geral, do Professor Conteudista, da Diretoria de Tecnologia da Informação da Unitins, além de outros setores relacionados às atividades acadêmicas à distância.

### **7.6.1. Metodologia**

Para oferta dos componentes curriculares à distância, além das aulas no ambiente Educ@, poderão ser realizados encontros presenciais para aplicação das avaliações A1, A2 e Exame Final (quando couber) e mais um encontro presencial que pode ser: práticas de laboratório e defesa de trabalhos, totalizem até 3 (três) encontros presenciais conforme a programação/necessidade identificadas pelo professor da disciplina no Câmpus da Unitins ao qual o acadêmico esteja vinculado. Além disso,

poderão ser realizados alguns encontros pré-agendados, via Google Meet, que deverão ser gravados e postados no ambiente Educ@, para acesso em qualquer tempo pelos acadêmicos. Todas as aulas e seus conteúdos deverão ser disponibilizados em Rota de Aprendizagem no ambiente Educ@, onde serão distribuídos os materiais didáticos curados/elaborados pelo Professor Titular.

As aulas serão trabalhadas em ciclos semanais, em tempo e quantidade que atendam a carga horária e a ementa do componente curricular, distribuindo o conteúdo programático em cada semana, por meio dos materiais didáticos, das atividades e das avaliações. O número de ciclos semanais será conforme o Calendário Acadêmico Institucional, inclusive, seguindo os dias previstos para aplicação das avaliações A1, A2 e Exame Final (quando couber). O cômputo da frequência se dará com a participação nas atividades realizadas no ambiente de aprendizagem Educ@ (participações em fóruns, realização dos exercícios e atividades propostas), e ainda, na realização das atividades avaliativas e encontros presenciais.

O processo de planejamento é tratado com o mesmo rigor dos componentes ministrados presencialmente, tendo em vista que o professor nesse momento deve privilegiar a qualidade dos conteúdos, materiais disponíveis, a promoção do uso e apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o estímulo à inserção e interação dos alunos com o ambiente virtual de aprendizagem, além do acompanhamento do processo ensino-aprendizagem.

As aulas dos componentes curriculares ofertados em EaD devem ser planejadas com antecedência, sendo que no plano de ensino devem estar identificados os momentos presenciais e em EaD, e descritos os conteúdos a serem desenvolvidos, os materiais didáticos e atividades.

### **7.6.2. A equipe multidisciplinar**

O Câmpus conta com uma equipe multidisciplinar, composta pela Assessoria Pedagógica, pelo Supervisor de Tecnologia da Informação, pelo Professor Titular e pelo Tutor. Esta equipe é responsável pela organização administrativa, didático-pedagógica, de vinculação das disciplinas com a finalidade de integração e pelo desenvolvimento indissociável das atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma interdisciplinar.

A Coordenação do Tecnologia em Gestão do Agronegócio conta com o auxílio de Assessoria Pedagógica do Câmpus no acompanhamento do trabalho da equipe da disciplina, principalmente no que tange ao ambiente Educ@ e emissão de relatórios necessários. Deve ainda organizar junto com a coordenação do curso o acesso à infraestrutura e esclarecimentos de dúvidas técnicas sobre o ambiente de aprendizagem

e demais assuntos administrativos.

O Professor Titular é responsável pelo planejamento e pela organização didático-pedagógica da disciplina, por meio dos instrumentos Plano de Ensino, Plano de Aula e Roteiro Norteador (planejamento das aulas), prevendo a organização do material didático, em conformidade com a ementa da disciplina, tendo por referência o PPC do curso. Deve ainda estabelecer atividades acadêmicas; escolher recursos e objetos de aprendizagem; e, elaborar e corrigir as avaliações.

O Tutor é responsável pela configuração, organização e alimentação do ambiente virtual de aprendizagem e pela mediação nos fóruns, chats e outras atividades de interação que se fizerem necessárias; pelo acompanhamento da frequência e divulgação de notas; e, pela orientação sobre atividades e prazos de postagem. O Tutor atua em conjunto com o Professor Titular e a Coordenação do Curso no atendimento ao acadêmico.

Para atuar nas disciplinas EADs, os professores e tutores precisam alcançar competências comportamentais, atitudes que auxiliam no desenvolvimento de um bom trabalho, como por exemplo: ter organização e planejamento; ser proativo e criativo, capaz de trazer e sugerir soluções e ideias inovadoras na resolução de problemas; ter automotivação; ter capacidade para tratar as pessoas de acordo com suas reações emocionais e perceber as necessidades e especificidades dos acadêmicos; ter equilíbrio emocional; ser flexível, adaptando-se a variações na realização ou surgimento de novas atividades; ser assíduo e comprometido com suas atribuições. Também são necessárias competências da área técnica, como: conhecer as rotinas de trabalho na IES; ter conhecimento em informática básica e dominar o ambiente virtual de ensino-aprendizagem; ter conhecimento da disciplina ministrada; saber sobre as políticas, fundamentos e metodologias da educação a distância e sobre o curso que vai lecionar; o relacionamento interpessoal também é importante na administração e na criação de redes de contatos; ter boa comunicação oral e escrita; saber trabalhar em equipe. A fim de capacitar o seu quadro de docentes e tutores, a instituição planeja e executa seu Programa de Formação-Continuada.

O Supervisor de Tecnologia da Informação é responsável pela supervisão e pela manutenção dos laboratórios de informática e apoio às atividades acadêmicas do Câmpus. Deverá ainda atender usuários, orientando-os na utilização de hardware e software; receber e orientar os acadêmicos na correta utilização dos equipamentos e dos sistemas de informática; orientar e acompanhar os acadêmicos na utilização da plataforma; e, manter permanente contato e articulação com a Diretoria de Tecnologia da Informação e demais unidades responsáveis.

As equipes multidisciplinares dos Câmpus contam com o apoio da Coordenação Pedagógica, do Professor Conteudista, da Diretoria de Tecnologia da Informação da Unitins, além de outros setores relacionados às atividades acadêmicas à distância.

A Coordenação Pedagógica é responsável por coordenar e executar as atividades acadêmicas de ensino, auxiliando a equipe multidisciplinar em suas atividades. O Professor Conteudista é o docente responsável pela elaboração do material didático que será produzido em diferentes mídias, utilizando linguagem apropriada para a modalidade de ensino. A Diretoria de Tecnologia da Informação é responsável pela manutenção, suporte, segurança e pelo desenvolvimento de inovação tecnológica para o ambiente virtual de aprendizagem.

### **7.6.3. Aulas no ambiente virtual de aprendizagem Educ@**

No conteúdo de cada aula a ser disponibilizada no Educ@ deverá estar imbuído todo o planejamento elaborado anteriormente, constando os elementos mencionados, como período, recurso, conteúdo, objetivos, descrição, atividade, referência, critério da avaliação, nota.

O ambiente Educ@ da disciplina deverá conter:

a) Mensagem inicial: escrever uma mensagem de boas-vindas, contextualizando a disciplina, ressaltando sua relevância para o curso, o que os acadêmicos deverão esperar da disciplina e o que se esperará deles para a finalizem de forma exitosa. Incluir horários e meios da tutoria. Poderá ser inclusa uma imagem que remeta à disciplina.

b) Descrição do curso: incluir o Plano de Ensino.

c) Fórum Geral: deverá ser disponibilizado na página inicial do componente curricular no Educ@, a fim de esclarecimentos de dúvidas e troca de informações.

d) Fórum temático: poderão ser configurados e disponibilizados conforme a necessidade identificada pela equipe da disciplina, disponibilizados na Rota de Aprendizagem da aula.

e) Rota de Aprendizagem: deverá estar disponível, semanalmente, tendo em vista que os ciclos de aula são semanais. Disponibilizar uma Rota de Aprendizagem para cada aula, em que deverão ser configurados e postados os materiais base e complementares, as atividades e os fóruns temáticos.

f) Anúncio: essa ferramenta deverá ser utilizada para qualquer informação e/ou comunicação com os acadêmicos. Orienta-se que a cada aula seja encaminhado

um anúncio informando a disponibilização da aula e orientações.

#### **7.6.4. Critérios de avaliação**

Busca-se realizar um processo de avaliação contínua, com variados métodos e recursos possibilitados no EaD. Para cada aula há possibilidade de avaliação a partir da entrega e resposta dos alunos por meio dos recursos do ambiente virtual de aprendizagem Educ@, como por exemplo:

- O tempo dedicado ao acesso às leituras, exercícios e outros recursos do ambiente;
- O desempenho nos espaços de interação e resposta as atividades dentro dos prazos estipulados;
- A interação com o professor e participação durante o levantamento de questionamentos.

#### **7.6.5. Tecnologias de Informação e Comunicação – TICS**

A Unitins, por meio de formações continuadas, incentiva o corpo docente a incorporar novas tecnologias ao processo ensino e aprendizagem, estimulando o uso de ferramentas informatizadas que permitam a disponibilização do material didático das aulas de diversas formas. Nas formações, são trabalhadas ferramentas que permitem a integração de dados, imagens e sons; o rápido acesso à informação; e a comunicação, reduzindo as barreiras de espaço/tempo, possibilitando um espaço propício à aprendizagem.

Na gestão tecnológico-pedagógica a UNITINS utilizará aplicativos, programas e demais mediações necessárias integradas e disponibilizadas por meio do Portal dos Professores (Figura 7) e Portal do Aluno (uso discente - Fig. 2), ambos acessíveis por meio do Portal da Unitins [www.unitins.br](http://www.unitins.br). As ferramentas disponibilizadas aos docentes e discentes possuem acesso restrito e centralizado no Portal do Professor (<https://www.unitins.br/apps/portaldoprofessor>) e no Portal do Aluno (<https://www.unitins.br/PortalAluno>), contemplando funcionalidades que permitem acompanhar a vida acadêmica e manter interatividade com os membros da comunidade acadêmica.

## Portal do Professor


### Apresentação

O Portal do Professor, desenvolvido pela DTI em parceria com o corpo docente da UNITINS, tem por objetivo socializar informações de interesse dos nossos docentes e subsidiar as ações de gestão acadêmica com ferramentas tecnológicas, de acesso restrito. Este é o seu espaço, Professor da UNITINS.


A seguir, orientações de como acessar seus aplicativos.

### Orientações para o acesso

- Para acessar a sua central de aplicativos utilize o mesmo usuário e senha da Rede Unitins.  
Ex.: Usuário: `jose.pe` - Senha: `xxxxx`
- Não sei o meu usuário/senha, e agora?


 [Clique aqui para acessar seus aplicativos](#)

### Mais links

 [Central de Aplicativos Unitins](#)

 [Links Relacionados](#)

 [Regimento Acadêmico](#)

 [Biblioteca](#)


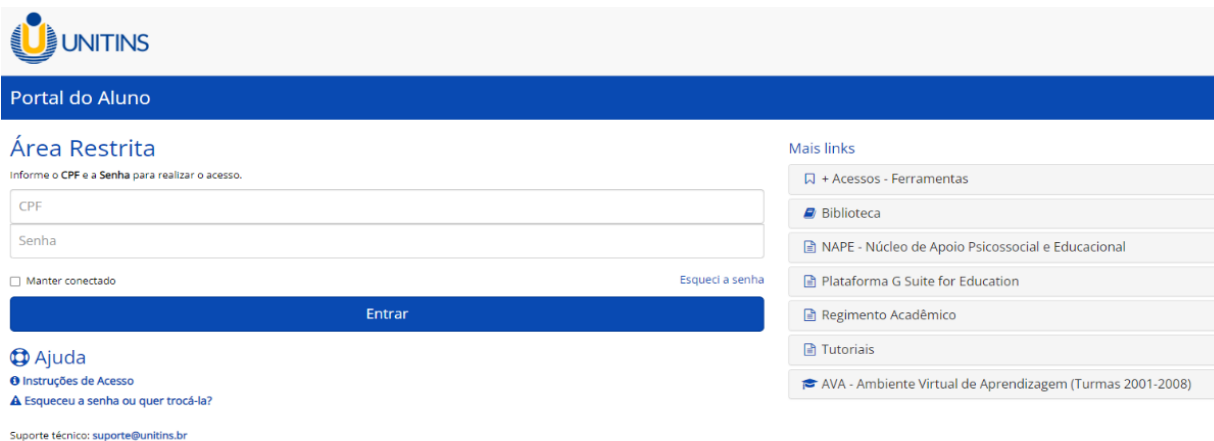
 [Tutoriais](#)

Figura 7. Acesso ao Portal do Professor

Dentre os aplicativos disponíveis aos docentes estão as Bibliotecas Online e Virtual; o AVA Educ@; o SAP - Sistema de Auxílio ao Professor e Pacote Google Workspace for Education Plus (E-mail, Drive, Meet, Classroom, Jamboard, Cloud Search), e ainda, os tutoriais para utilização dos apps das bibliotecas, das ferramentas do Educ@ e do SAP, dentre outras.



The screenshot shows the 'Portal do Aluno' login interface. At the top left is the UNITINS logo. Below it is a blue header with 'Portal do Aluno'. The main content area is titled 'Área Restrita' and includes a prompt: 'Informe o CPF e a Senha para realizar o acesso.' There are two input fields for 'CPF' and 'Senha'. Below these fields are checkboxes for 'Manter conectado' and a link for 'Esqueci a senha'. A large blue 'Entrar' button is positioned below the input fields. To the right, under 'Mais links', there is a list of services: '+ Acessos - Ferramentas', 'Biblioteca', 'NAPE - Núcleo de Apoio Psicossocial e Educacional', 'Plataforma G Suite for Education', 'Regimento Acadêmico', 'Tutoriais', and 'AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem (Turmas 2001-2008)'. At the bottom left, there is an 'Ajuda' section with links for 'Instruções de Acesso' and 'Esqueceu a senha ou quer trocá-la?'. A technical support email 'suporte@unitins.br' is also provided.

Figura 8. Acesso ao Portal do Professor

Aos discentes estão disponíveis as Bibliotecas Online e Virtual; o AVA Educ@; a Secretaria (boletim, grade curricular, matrícula e situação acadêmica), o I-Protocolo, e-mail institucional, e ainda, os tutoriais para utilização dos apps das bibliotecas, das ferramentas do Educ@ e do SAP, dentre outras. As ferramentas disponibilizadas aos acadêmicos possuem acesso restrito e centralizado no Portal do Aluno, contemplando funcionalidades que permitem acompanhar sua vida acadêmica e manter interatividade

com os membros da comunidade acadêmica. Forma de acesso: <https://www.unitins.br/PortalAluno>

A IES adota o ambiente virtual de aprendizagem Educ@, com foco na interatividade entre os membros da comunidade acadêmica, para a oferta de disciplinas em EAD, e ainda, em apoio aos processos de ensino-aprendizagem. O Educ@ está integrado com o sistema acadêmico e atende aos processos de ensino-aprendizagem, conforme disposto nas políticas institucionais para educação a distância estabelecidas pela IES em seu PDI.

O Educ@ tem uma arquitetura que permite um espaço próprio para cada disciplina, com ferramentas que garantem a inclusão de conteúdos nos mais diferentes formatos, além da interação entre aluno e professor/tutor. É um ambiente de fácil utilização e permite flexibilização em sua organização, necessária para tornar o conteúdo variado, motivador e adaptado aos mais diferentes estilos de aprendizagem, fator extremamente importante para a modalidade de EaD. Dentre as funcionalidades e/ou ferramentas que podem ser utilizadas estão: Chat, Fórum, Rota de Aprendizagem, Exercícios, Tarefas/Trabalhos, Agenda, Rede Social, Anúncios, entre outras (Figura 9).

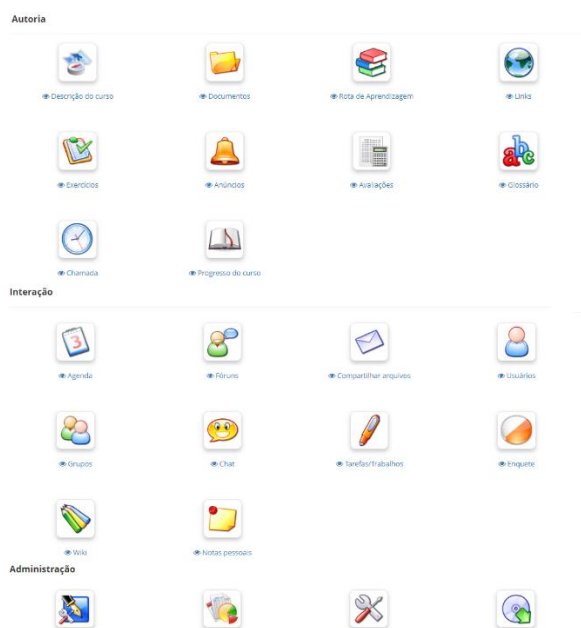


Figura 9. Ferramentas disponíveis na plataforma Educ@

Os câmpus possuem sistema WIFI, para acesso aos recursos computacionais nas unidades da Unitins, com controle de segurança vinculado às contas institucionais @unitins.br (Figura 10).

Figura 10. Autenticador WIFI



A Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI da Unitins – TO planeja e gerencia recursos de hardware e software que permitam o alcance das diretrizes estratégicas da Instituição, em consonância com o prescrito na Política de Tecnologia da Informação.

O suporte aos sistemas, aplicativos e ferramentas disponibilizados pela Unitins, ao usuário, é realizado de forma centralizada na Unitins, por e-mail (suporte@unitins.br) e por telefone (63 3218-2959), e de forma descentralizada nos câmpus, que contam com salas técnicas coordenadas por Supervisores locais de TI.

PERÍODO	DISCIPLINA EaD
1º	Metodologia Científica
2º	Economia Rural
3º	Políticas Públicas para o Agronegócio
	Optativa
4º	Sistemas de Informação Gerencial em Agronegócio
5º	Higiene e Segurança do Trabalho
6º	Planejamento e Gestão de Projetos

### 7.7. Conteúdos curriculares

PRIMEIRO PERÍODO				
Disciplina: <i>Introdução à Gestão do Agronegócio</i>				
Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total

4	60	---	—	60
<p><b>Objetivo geral</b></p> <p>Compreender os processos do Agronegócio, de forma que possibilite a construção de uma visão ampla com relação aos diversos segmentos que formam suas atividades, inseridas no contexto de economia no meio global e em ambientes competitivos.</p>				
<p><b>Ementa</b></p> <p>Agronegócio. Definições de agronegócios e suas características. A evolução do setor agrícola e pecuário no Brasil. O crescimento do agronegócio. A agroindustrialização. Competência do agronegócio brasileiro. Fundamentos da iniciativa nos negócios agropecuários. Modernização agropecuária. Transformação do meio rural. Agricultura familiar. Agricultura ecológica. Análise de modelos de desenvolvimento agrícola de outros países. Política agrícola brasileira de Vargas até a atualidade. Estrutura fundiária.</p>				
<p><b>Bibliografia básica</b></p> <p>ARAÚJO, M.J. Fundamentos de Agronegócios. São Paulo: Atlas, 2018.</p> <p>CALLADO, A.A.C. Agronegócio. 4º Ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>BATALHA, M. O. (Coord.). Gestão agroindustrial. GEPAL: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 4. ed., 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2021.</p>				
<p><b>Bibliografia complementar</b></p> <p>ANTUNES, L.M.; ENGEL, A. Manual de administração rural: custos de produção. 3. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.</p> <p>NAVES, Marcos Fava (Coord.). Agronegócio e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2011. 172 p</p> <p>PORTER, M. E. Vantagem Competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 2019.</p> <p>MENDES, J.T.G.; PADILHA JUNIOR, J.B. Agronegócio: uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson Pretince Hall, 2007. Disponível: <a href="https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/414">https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/414</a></p> <p>FRANCISCO, D.C.; MIRANDA, S.H.G.; BADEJO, M.S.; XIMENES, V.P. Agronegócios - 1º Edição. Curitiba: Editora Saberes, 2015. Disponível: <a href="https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/30380">https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/30380</a></p>				
<p><b>Disciplina:</b> <i>Contabilidade Rural</i></p>				
<b>Crédito</b>	<b>Teórica</b>	<b>EaD</b>	<b>Exten.</b>	<b>Total</b>
4	60	---	—	60
<p><b>Objetivo geral</b></p> <p>Proporcionar ao aluno conhecimentos sobre a Metodologia Contábil de Informação e Controle do Patrimônio aplicado às entidades Agropecuárias.</p>				
<p><b>Ementa</b></p>				

Agronegócio e informações financeiras. Importância da contabilidade rural. Operacionalização contábil na empresa rural. Definição, mensuração e reconhecimento de ativo biológico e produtos agrícolas. Mensuração a valor justo e a custo dos ativos biológicos e produtos agrícolas. Receitas com produtos agrícolas e ativos biológicos. Aspectos tributários na atividade rural. Custo de produção na empresa rural. Fluxo de caixa e análise econômico-financeira na atividade rural.

**Bibliografia básica**

CALLADO, Antônio André Cunha (Org.). Agronegócio. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.  
 MARION, José Carlos. Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2014.  
 OLIVEIRA, N. C. de. Contabilidade do Agronegócio - Teoria e prática. 1ª Ed. Editora: Jurua editora – 2010.

**Bibliografia complementar**

ARAÚJO, Massilon Justino de. Fundamentos de agronegócios. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.  
 CREPALDI, Sílvio Aparecido. Contabilidade rural: uma abordagem decisorial. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.  
 MARION, José Carlos. Contabilidade da pecuária: manejo do gado, teoria contábil na pecuária, custos e coleta de dados, contabilidade (plano de contas e manualização), imposto de renda na agropecuária pessoa física e jurídica. São Paulo: Atlas, 2010.  
 ARRUDA, L.L.; SANTOS, C.J. Contabilidade rural. Curitiba: Intersaberes, 2017.  
 Disponível: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/129837>

**Disciplina:** *Desenvolvimento Regional do Cerrado e Agronegócio*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	60			60

**Objetivo geral**

Elaborar, analisar, avaliar, coordenar e executar projetos agropecuários no Bioma Cerrado, considerando os seus aspectos edafoclimáticos, sua importância para a vida, bem como os seus aspectos socioeconômicos e perspectivas dos sistemas agrícolas relacionadas às mudanças climáticas globais.

**Ementa**

As condições naturais do cerrado (solo, relevo, e recursos hídricos). A expansão da fronteira agrícola na área do cerrado a partir da década de 1970. O cerrado como base da economia e modernização agrícola do Brasil.

**Bibliografia básica**

SANO, S.M.; ALMEIDA, S.P. de; RIBEIRO, J.F. Cerrado - Ecologia e Flora. Embrapa, 2008. 406 p.

PARRON, L.M.; AGUIAR, L.M. de S.; DUBOC, E.; OLIVEIRA-FILHO, E.C.; CAMARGO, A.J.A. de; AQUINO, F. de G. Cerrado – desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável. Embrapa Cerrados, 2008. 464 p.

COUTINHO, L. M. Biomas Brasileiros. São Paulo: Oficina de Textos, 160p.2016

MENDES, J.T.G.; PADILHA JUNIOR, J.B. Agronegócio – uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 384 p.

### Bibliografia complementar

COUTINHO, L. M. Biomas Brasileiros. São Paulo: Oficina de Textos, 2016. Disponível: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/175015>

NEVES, et al. Agronegócios no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2006.

ULTRAMARI, C.; DUARTE, F. Desenvolvimento local e Regional [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2012. 160p. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6039>

**Disciplina:** *Metodologia Científica*

Crédito	Teórica	EAD	Exten.	Total
4	---	60	—	60

### Objetivo geral

Compreender as técnicas e métodos do campo da metodologia científica, bem como as normas que regulamentam a construção de conhecimentos e a estruturação de trabalhos científicos.

### Ementa

O papel da ciência. tipos de conhecimento. Método e técnica para elaboração de um trabalho científico. O processo de leitura. Citações bibliográficas. Trabalhos acadêmicos: tipos, características e composição estrutural. O projeto de pesquisa experimental e não experimental. Pesquisa qualitativa e quantitativa. Relatório de pesquisa. Estilo de redação. Referências bibliográficas. Apresentação gráfica.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 6ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico:** projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

**Bibliografia complementar**

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa 34ª ed. Teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2018.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. Ed. Atlas, 2009.

SANTOS, Antonio. R. dos. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 7ª Ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2015.

**Disciplina:** *Fundamentos de Produção Vegetal*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	60	---	—	60

**Objetivo geral**

Proporcionar conceitos e habilidades necessários ao uso de tecnologias básicas de produção vegetal.

**Ementa**

Histórico da Agricultura. Principais órgãos das plantas e suas funções. Nutrição mineral nas plantas. Absorção e translocação de água e solutos nas plantas. Mercados, crescimento e desenvolvimento vegetal integrados.

**Bibliografia básica**

TAIZ, L. e ZEIGER, E. *Fisiologia vegetal*. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

EVERT, R.F.; EICHHORN, S.E. RAVEN, P.H.; *Biologia Vegetal*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

SORATTO, R.P.; ROSOLEM, C.A.; CRUSCIAL, C.A.C. **Integração Lavoura-Pecuária-Floresta: alguns exemplos no Brasil Central**. Botucatu: Editora FEPAF, 2011.

**Bibliografia complementar**

MENDES, J. T. G. *Agronegócio uma abordagem econômica*. Pearson Prentice Hall. 2007.

BORÉM, A., GALVÃO, J. C. C., PIMENTEL, M. A. *Milho Do plantio à colheita*. 2ª ed. UFV. 2017

OLIVEIRA, F.; SAITO, M. L. *Práticas de morfologia vegetal*. 2ª ed. São Paulo: Editora

Atheneu, 2016.

ZUCCOLOTTO, T. Ensino dos componentes e estrutura da célula e tecido vegetal.

Curitiba: Contentus, 2020.

**Disciplina:** *Fundamentos da Produção Animal*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	60	---	—	60

**Objetivo geral**

Proporcionar conceitos e habilidades necessários ao uso de tecnologias básicas de produção vegetal.

**Ementa**

Introdução à zootecnia. Generalidade e terminologia zootécnica. Noções gerais de sistemas de produção pecuária. Noções de pastagens. Noções de nutrição animal. Mercados e serviços zootécnicos. Noções gerais de cadeias de produções animais: avicultura de corte e postura; suinocultura; ovino-caprinocultura; aquicultura; bovinocultura de corte; bovinocultura de leite.

**Bibliografia básica**

ARAÚJO, L. F., ZANETTI, M. A.; Nutrição Animal. 1º.Ed. Manole. 2019

FRANDSON, R.D.; WILKE, W.L.; FAILS, A.D. **Anatomia e fisiologia dos animais de fazenda**. 8a Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

PIRES, A. V. **Bovinocultura de corte. Vol. I**. Piracicaba: FEALQ, 2010.

CRUSCIAL, C. A., ROSOLEM, C. A., SORATTO, R. P. integração lavoura-pecuária-floresta. Alguns exemplos no Brasil central 1ª FEPAF 2011.

**Bibliografia complementar**

ARAÚJO, L. F., ZANETTI, M. A. Nutrição animal. 1ª ed. Manole 2019.

ARAÚJO, Massilon J. Fundamentos agronegócios. 5ª ed. Atlas. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, Pecuária e Abastecimento Intercâmbio comercial do agronegócio: principais mercados de destino. MAPA. 2011.

BATALHA, Mário Otávio Gestão integrada da agricultura familiar. 1ª ed. EdUFSCar. 2009.

**SEGUNDO PERÍODO**

**Disciplina:** *Cadeias Produtiva da Hortifruticultura*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	---	---	60	60

**Objetivo geral**

Proporcionar competências necessárias para a compreensão e a atuação do profissional

na gestão de empreendimentos e na comercialização de produtos relacionados com a hortifruticultura.

#### **Ementa**

Considerações gerais de cadeias produtivas. Situação econômica brasileira e mundial da Hortifruticultura. Principais cadeias produtivas de frutíferas. Principais cadeias produtivas de olerícolas. Sustentabilidade em hortifruticultura. Impactos ambientais da hortifruticultura. Produção orgânica. Características gerais de pós-colheita. Transporte e armazenamento. Aspectos fitossanitários. Programa integrado de frutas (PIF). Qualidade de produção.

#### **Bibliografia básica**

ANDRIOLO, J. L. Olericultura Geral. 3ª ed. Santa Maria, RS: Editora UFSM, 2017. 96 p.  
 CARVALHO, I.R. CASSANEGO, D.B.; MAMBRIM, R.B.; SAUSEN, D. Cadeia Produtiva da Horticultura: Situação Atual. 1º Ed. Editora CRV, 2019. 168p.  
 SOUZA, R. M., A. et al. **Frutos do cerrado: características e aplicações tecnológicas.** [s.l.] Editora CRV, 2018.

#### **Bibliografia complementar**

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Produção integrada no Brasil: agropecuária sustentável, alimentos seguros. Brasília: Mapa/ACS, 2009. 1008 p.  
 Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/producao-integrada/documentos-producao-integrada/producao-integrada-no-brasil.pdf>

FERREIRA, M. D. Tecnologias pós-colheita em frutas e hortaliças. São Carlos, SP: Embrapa Instrumentação, 2011. 286 p. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/902151/tecnologias-pos-colheita-em-frutas-e-hortalicas>

NOGUEIRA, J. G. A.; NEVES, M. F. Estratégias para a fruticultura no Brasil. Barueri, SP: Atlas, 2013. 208 p.

CARVALHO, I.R. CASSANEGO, D.B.; MAMBRIM, R.B.; SAUSEN, D. Cadeia Produtiva da Horticultura: Situação Atual. 1º Ed. Curitiba: Editora CRV, 2019. 168p

**Disciplina:** *Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*

<b>Crédito</b>	<b>Teórica</b>	<b>EaD</b>	<b>Exten.</b>	<b>Total</b>
4	60	---	—	60

#### **Objetivo geral**

Compreender a agroecologia em uma perspectiva ecológica da agricultura, compromissada com a cidadania, alicerçada no aspecto humanístico, científico e

tecnológico. Identificar o potencial agroecológico, desenvolvendo estratégias que possam reduzir o êxodo rural. Compreender a produção agroecológica na perspectiva da melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas, da conservação do meio ambiente e da promoção do desenvolvimento sustentável.

**Ementa**

Concepção sistêmica da realidade. Planejamento e interdisciplinaridade. Evolução da agropecuária, e principais impactos ambientais decorrentes. Estratégias de ação do desenvolvimento Rural Sustentável: Pesquisa agropecuária, Extensão Rural e Políticas de acesso a terra. Introdução ao conceito de Gestão Ambiental. Sistemas de produção diversificados e integrados. Conceitos e princípios em sustentabilidade agropastoril. Evolução da Agricultura Alternativa. Critérios e indicadores de sustentabilidade.

**Bibliografia básica**

SPINELLI, Silvia. M.C. . Agroecologia e Sustentabilidade. 1. ed. CURITIBA: INTERSABERES, 2020.

BELLEN, H. M. Van. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. 253 p.

JÚNIOR, G. L.; Derecho a la Agroecología: una Concepción Transformadora Para América Latina. 1º Ed.: Rio de Janeiro, 2019.

**Bibliografia complementar**

ABRAMOVAY, R. Ruralidade e desenvolvimento territorial. Gazeta Mercantil, São Paulo, 15 abr. 2001. p. A 3.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F.; BRUNO, R.; MOREIRA, R. (Orgs.). Mundo rural e tempo presente. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

REIS, L.B.; FADIGAS, E.A.F.A.; CARVALHO, C.E.; PHILIPPI JR, A. Energia, recursos naturais e a prática do desenvolvimento sustentável. Barueri: Manole, 2012. Disponível: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/38426/pdf>

**Disciplina:** *Administração e Planejamento Rural*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	60	---	—	60

**Objetivo geral**

Compreender os processos do Agronegócio, de forma que possibilite a construção de

uma visão ampla com relação aos diversos segmentos que formam suas atividades, inseridas em ambientes competitivos bem como, gerir e empreender no Agronegócio, através da utilização das Técnicas Administrativas e de Planejamento da Empresa Rural e do Agronegócio.

#### **Ementa**

Funções da Administração na Empresa Rural, Gestão Estratégica do Agronegócio; Visão sistêmica e processo de tomada de decisão na Empresa Rural; Gestão de Pessoas no Agronegócio; Noções de Logística Agroindustrial e agronegócio.

#### **Bibliografia básica**

CARAVANTES, Geraldo R. **Administração: Teorias e Processos**. São Paulo. Pearson Education do Brasil, 2005

BATALHA, M.O. GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS AGROINDUSTRIAIS. Gestão agroindustrial: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007

SILVA, R.A.G. Administração rural: teoria e prática. Curitiba: Juruá, 2012. 194 p.

#### **Bibliografia complementar**

CERTO, Samuel C. **Administração Estratégica: planejamento e implantação da estratégia** - São Paulo . 2ª edição. Pearson Education do Brasil, 2005

LELIS, Eliacy Cavalcanti. **Gestão da Produção** São Paulo. Pearson Education do Brasil, 2014

**Disciplina:** *Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento*

<b>Crédito</b>	<b>Teórico</b>	<b>EAD</b>	<b>Exten.</b>	<b>Total</b>
4	60		—	60

#### **Objetivo geral**

Dominar procedimentos e técnicas de geoprocessamento como subsídios à interpretação da geologia. Utilizar o geoprocessamento como suporte à pesquisa geológica; identificar os componentes de um SIG; elaborar mapas e perfis topográficos e geológicos utilizando diferentes ferramentas.

#### **Ementa**

Sistema de Posicionamento Global; Noções de cartografia básica. Conceitos de Geoprocessamento; Sistema de Informação Geográfica e exemplos de aplicações práticas de geoprocessamento.

#### **Bibliografia básica**

MIRANDA, I. J. de. **Fundamentos de Sistemas de Informações Geográficas**. EMBRAPA, Informação Tecnológica, 2015.

FITZ, P. R. Cartografia Básica. Canoas: La Salle, 2008.

ESTÊVEZ, L.F. Introdução à cartografia: fundamentos e aplicações. Curitiba: Inter Saberes, 2015.

MOLIN, J. P., AMARAL, L. R., COLACO, A. F. Agricultura de precisão. São Paulo : Oficina de Textos, 2015, 238p.

#### Bibliografia complementar

ESTÊVEZ, L.F. **Introdução à cartografia: fundamentos e aplicações**. Curitiba: InterSaberes, 2015. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/30910>

FITZ, P.R. **Geoprocessamento sem Complicação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008, 160p. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/175005>

MOLIN, J. P., AMARAL, L. R., COLACO, A. F. **Agricultura de precisão**. São Paulo: Oficina de Textos, 2015, 238p. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/38882>

**Disciplina:** *Economia Rural*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	---	60	—	60

#### Objetivo geral

Apresentar conceitos básicos de economia, focando as problemáticas econômicas, considerando microeconomia, macroeconomia e agricultura brasileira e internacional, fornecendo aos discentes, panorama geral sobre a dinâmica da economia rural.

#### Ementa

Noções de Economia. Demanda, Oferta, Equilíbrio de Mercado e Elasticidade. Canais de Comercialização e Abastecimento Agrícola. Desenvolvimento das cadeias de produção agrícola. Teoria da Firma: a produção e a empresa. Preços agrícolas. Mercados e comercialização agrícola. Noções de política agrícola. Reforma Agrária no contexto da Economia Brasileira. Tópicos especiais relacionados à conjuntura da economia agrícola.

#### Bibliografia básica

MATA, H. T. C. **Macroeconomia** – Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis, 2018, 103 p.

VASCONCELLOS, M. A. S. de; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. 5. ed. – São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDES, J. T. G. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2007. 369 p.

**ARBAGE, A. P. Fundamentos da Economia Rural. 2 ed. Chapecó: Argos, 2012. 307 p.**

**Bibliografia complementar**

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 32. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

PRADO JÚNIOR, C. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2012.

MENDES, J. T. G. Economia. Editora Pearson, 1 ed. 2012

MENDES, Judas Tadeu Grassi; SILVA, E. **Economia**. Pearson Educación, 2009.

**Disciplina:** *Projeto Integrador*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	—	—	60	60

**Objetivo geral**

Promover articulação entre conhecimento teórico e aplicação prática, interdisciplinaridade e multidisciplinaridade entre os diversos conteúdos trabalhados nas disciplinas do semestre letivo, vivenciado bem como a integração dos acadêmicos com a sociedade. Estimulando-os ao questionamento e a visão crítica sobre a organização dos modelos de produção agropecuária predominantes.

**Ementa**

Escolha do assunto ou tema e propriedade para a estruturação do projeto prático a ser implantado nas propriedades rurais ou outra organização agroindustrial, tais como empresas agrícolas, empresas prestadoras de serviços para meio rural, cooperativas agrícolas, instituições públicas ou privadas dedicadas à pesquisa ou extensão rural, prefeituras e demais instituições públicas que desenvolvam atividades em áreas afins no Curso de Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio.

**Bibliografia básica**

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LUDWIG, Antonio Carlos Will. **Fundamentos e prática de metodologia científica**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2009. 124p.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

**Bibliografia complementar**

GIL, A.C. Métodos e técnicas de Pesquisa Social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021

ANDRADE, Maria Margarida. Introdução a metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

**TERCEIRO PERÍODO**

**Disciplina:** *Direito aplicado ao Agronegócio*

<b>Crédito</b>	<b>Teórica</b>	<b>EaD</b>	<b>Exten.</b>	<b>Total</b>
4	60	---	—	60
<p><b>Objetivo geral</b></p> <p>Demonstrar como o Direito e o Agronegócio se comunicam e se beneficiam para o desenvolvimento técnico-científico sob equilíbrio, voltando-se para conhecimentos introdutórios e avançados respeitantes às normas jurídicas (sistema jurídico, natureza, espécies, etc), disciplinas do Direito Civil (pessoa física, pessoa jurídica, capacidade civil, responsabilidade objetiva e subjetiva, contratos, etc), Direito Empresarial (empresa, atividade empresarial, estabelecimento empresarial, títulos de crédito específicos à área rural, etc), Direito do Consumidor (consumidor, fornecedor, produtos e serviços), Direito Ambiental (normas protetivas do meio ambiente, Política Nacional do Meio Ambiente, etc), Direito aplicado ao Agronegócio (diferentes disciplinas legais que se voltam à atividade do agronegócio no Brasil, economia e política de liberdade econômica), Direito Tributário (espécies tributárias a merecer a atenção do produtor ou fornecedor de produtos ou serviços rurais).</p>				
<p><b>Ementa</b></p> <p>Noções gerais de Direito. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB (Decreto Lei 4.657/42). Noções de Direito Constitucional, Direito Ambiental, Direitos Humanos, Direito Agrário, Direito Empresarial, Direito Tributário e Direito do Consumidor. Legislação especial aplicável ao Agronegócio. Política das Relações Étnico raciais, Afro-brasileira, e Indígena.</p>				
<p><b>Bibliografia básica</b></p> <p>BARROS, W.P. Curso de Direito Agrário 9ª. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.</p> <p>BARROSO, Luís Roberto. O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira. 9ª ed., RJ: Renovar, 2020.</p> <p>BORGES, A.M. Estatuto da Terra Comentado e Legislação Adesiva. 2ª ed. Campo Grande: Contemplar, 2014.</p> <p>GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil brasileiro. V. 1, Parte geral. 18ª. ed. SP: Saraiva, 2020.</p> <p>LYRA Filho, Roberto Lyra. O que é Direito. Brasiliense. Direito e Lei, 2017.</p> <p>MARQUES, Benedito Ferreira. Direito agrário brasileiro. 12ª. ed. rev. e ampl. SP: Atlas, 2017.</p> <p>SCAFF, F.C.. Direito Agrário: origens, evolução e biotecnologia. São Paulo: Atlas, 2012.</p>				
<p><b>Bibliografia complementar</b></p>				

BORGES, Paulo Torminn. Institutos Básicos do direito agrário. 6ª ed., São Paulo: Saraiva, 1998.

CASTRO, Flávia L. História do Direito Geral e do Brasil. 13ª. Ed. Lumen Juris. 2017.

FIUZA, César. Direito Civil: curso completo. 20ª. Ed. Del Rey, 2019.

RECH, A.U. Direito e economia verde: Natureza jurídica e aplicações práticas do pagamento por serviços ambientais. Caxias do Sul: Editora Educs. 2012. Disponível: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2952>

**Disciplina:** *Gestão da Qualidade e Certificações*

Crédito	Teórico	EaD	Exten.	Total
4	60	---	—	60

**Objetivo geral**

O objetivo da disciplina consiste em conhecer o processo de planejamento e gestão da qualidade nas propriedades rurais e organizações, visando integrar conhecimentos quanto aos procedimentos para aplicação dos conceitos, ferramentas, técnicas, métodos e normas da qualidade, bem como, o funcionamento do conjunto de todas as áreas de uma propriedade, visando a garantia da qualidade e competitividade no mercado e sustentabilidade no agronegócio.

**Ementa**

Conceitos e abordagens para gestão da qualidade no agronegócio. Padronização em sistemas agroindustriais, segurança do alimento. Elaboração do Manual de Boas Práticas de Fabricação. POP – Procedimento Operacional Padrão. Legislação: classificação, qualidade e classificação. Certificação privada na gestão da qualidade.

**Bibliografia básica**

CAMPOS, Vicente Falconi. TQC: controle da qualidade total (no estilo japonês) . 9ª. ed. Nova Lima: INDG, 2014. 256 p.

CARVALHO, M.M.; PALADINI, E.P. Gestão da qualidade: teoria e casos. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, c 2012.

VIEIRA FILHO, Geraldo. Gestão da qualidade total: uma abordagem prática. 6. ed. Campinas, SP: Alínea, 2019. 146 p. (Coleção Administração e sociedade).

LIKER, J.K. A cultura toyota: a alma do modelo toyota. Porto Alegre, RS: Bookman, 2009. xxii, 576 p.

**Bibliografia complementar**

MONTGOMERY, Douglas C. Introdução ao controle estatístico da qualidade. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. xiv, 513 p.

CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro.; MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick.; GEROLAMO,

Mateus Cecílio. Gestão da qualidade ISO 9001:2015: princípios e requisitos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016. viii, 111 p.

VERRI, L.B. A informática na administração da qualidade: mais eficiência, racionalidade e confiabilidade nos dados de fábricas e escritórios. São Paulo: Nobel, c1999. 100 p.

Pearson Education do Brasil. **Gestão da Qualidade**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2011. Disponível: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1797>

RIBEIRO JÚNIOR, José Ivo. Métodos estatísticos aplicados à melhoria da qualidade. 2013. UFV.

**Disciplina:** *Cadeias Produtivas da Carne, Leite e Derivados*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	60	---	—	60

**Objetivo geral**

Capacitar e habilitar o acadêmico a conhecer as atividades que envolvem a produção de bovinos (corte e leite), suínos e aves (corte) considerando todos os elos da cadeia produtiva.

**Ementa**

Cadeias Produtivas da carne, leite e derivados tendência e cenários. Análise Competitiva. Estratégias de comercialização. O sistema Agroindustrial exportação e mercados externos. A produção Animal em sistemas sustentável. Fundamentos da nutrição animal. Bovinocultura no Brasil; manejo da reprodução; lactação; Recria; Manejo e alimentação de novilhas e vacas em lactação e secas; Engorda de bovinos em confinamento; instalações para gado de leite e de corte. A importância na cadeia produtiva da bovinocultura de leite e corte. Raças bovinas de corte e leiteira, produção de leite orgânico. Introdução à equideocultura e Anatomia aplicada à zootecnia; Controle sanitário higiene e profilaxia das enfermidades dos animais domésticos.

**Bibliografia básica**

PIRES, A.V. Bovinocultura de Corte. Piracicaba: FEALQ, v.2, 2010.

ROLIM, F. Z; Biotecnologia Voltada a Produção de Grãos e Melhoramento Genético Animal, Ed. Contentus. 2020 (biblioteca virtual)

ARAÚJO, L. F., ZANETTI, M. A. Nutrição animal. 1ª ed. Manole 2019.

**Bibliografia complementar**

ANDRIGUETTO, J.M. Nutrição Animal. São Paulo: Nobel, 1993.

MARTIN, L.C.T. Nutrição Mineral de Bovinos de Corte. Nobel, São Paulo, 1993.

LUCCI, C.S. Nutrição e Manejo de Bovinos Leiteiros. São Paulo: Manole. 1997.

PEIXOTO, A.M.; MOURA, J.C.; FARIA, V.P. Bovinocultura leiteira: Fundamentos da

exploração racional. 3ª ed. Piracicaba: Fealq, 2000.

**Disciplina:** *Cooperativismo e Associativismo Rural*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	60	---	—	60

**Objetivo geral**

Desenvolver no aluno a competência crítica que o leve a compreensão da diferença entre Cooperativismo e Associativismo, legislação regulamentadora, vantagens e desvantagens de uma cooperativa e uma associação. Apresentar as condições essenciais para realização de comercialização de produtos agrícolas.

**Ementa**

Origem histórica das Organizações. A cultura da cooperação. Gênese do Associativismo. Gestão Participativa. Definições de cooperativas e associações, suas características, evolução, necessidades e valores. Princípios do Cooperativismo. Economia Solidária. Tipos de cooperativas; Ramos de Atividades e Associações, principais vantagens e desvantagens. Modelos de gestão. Perspectivas e potencialidades no setor rural. Sistema OCB/SESCOOP (Organização das Cooperativas do Brasil – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo).

**Bibliografia básica**

FAJARDO, S. Cooperativas Agropecuárias no Complexo Agroindustrial. Paco Editorial, 2012. 148 p.

OLIVEIRA, D. P. R. Manual De Gestão Das Cooperativas: Uma Abordagem Prática. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2015. 360 p.

SCHNEIDER, H. B. et al. Gestão de pessoas e o associativismo no meio rural. Curitiba: Aprris, 2019. 121 p

MARTINS, José Ricardo. **Introdução à Sociologia do Trabalho** Editora Intersaberes, 2017. Curitiba-PR Brasil. (Biblioteca Virtual)

**Bibliografia complementar**

CAMARGO, Graciele Dalbão Rodrigues Modesto de. e Graciele Dalbão Rodrigues Modesto. **Empreendimentos Econômicos Solidários**. Contentus - Curitiba, 2020. 69 p.

VIEIRA, P. G. L. et al. Cooperativismo passo a passo. Curitiba: Editora Juruá, 2014. 212 p.

**Disciplina:** *Políticas Públicas para o Agronegócio*

Crédito	Teórico	EaD	Exten.	Total
4	----	60	—	60

**Objetivo Geral**

Habilitar o aluno a conduzir negócios rurais, capacitando-o a compreender o desenvolvimento e implementação das políticas do sistema socioeconômico no cenário nacional e internacional do agronegócio.

**Ementa**

Políticas Públicas; Políticas macroeconômicas; Política agrícola; Política florestal e de produção ambiental; Política comercial; Política industrial; Política de investimentos públicos; Conjuntura do agronegócio; Cenário internacional do agronegócio; Linhas de crédito. Políticas de Educação de Educação Ambiental.

**Bibliografia básica**

- FRANÇA, M. T. A. F; PELEGRINI, T.; LAZARETTI, Luana. Políticas Públicas no Brasil: Ferramentas essenciais ao desenvolvimento. Porto Alegre: ediPUCRS, 2022. (Biblioteca Virtual)
- OLHEIRA, M.; BERGUE, S. T. Políticas públicas; Definições, interlocuções e experiências. Caxias do Sul: EducS, 2012, 304 p. (Biblioteca Virtual)
- BRAGA, A. L. C. Políticas Públicas. Curitiba: ed.Contentus, 2020. (Biblioteca Virtual)

**Bibliografia complementar**

- TERRA, M. L. E. Políticas públicas e educação. 1ª ed. São Paulo: Pearson, 2016.
- NUNES, W. Globalização, Estado Nacional e políticas públicas. Curitiba: Contentus, 2020.
- COUTO, F. A. A, MONTEIRO, J. de. Globalização, Estado. A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional: estudos de clusters. Embrapa, CNPq, Brasília, DF, 1999.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624

**Disciplina:** *Estatística Básica*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	60	---	—	60

**Objetivo geral**

Conhecer e saber aplicar os conhecimentos da Estatística como ferramenta para tomada de decisão e/ou pesquisa quantitativa e qualitativa.

**Ementa**

Conceitos básicos. Séries estatísticas, Distribuição de frequência. Medidas de: tendência central Variáveis em estatística. Representação tabular e gráfica de dados estatísticos. Medidas de tendência central e de variabilidade. Introdução à probabilidade. Distribuição normal. Correlação e regressão linear. Estimação pontual e intervalar para a média e a

proporção. Testes de significância para a média. Utilização de programas estatísticos.

### Bibliografia básica

JUNIOR, DORIVAL BONORA. Estatística Básica. São Paulo, Editora Icone, Vol. 1, 2019, 96p.

MORETTIN, Luiz Gonzaga. **Estatística básica: probabilidade e inferência: volume único.** Pearson Prentice Hall, 2010.

MOORE, D. S. Estatística básica e sua prática. Vol. 1 e 2. 7ª ed. São Paulo: Makron Books do Brasil Editora Ltda, 2017.

### Bibliografia complementar

BUCHAFT, G. et. al. Estatística sem mistérios. vol. 1, 2, 3 a 4. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

BUSSAB, W. O. Estatística básica: métodos quantitativos. São Paulo: Atual, 2017.

CRESPO, A. A. Estatística. 20ª ed. São Paulo: saraiva, 2020.

SILVA, E. M. et al. Estatística: para os Cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis. São Paulo: Atlas, 2011.

## QUARTO PERÍODO

**Disciplina:** *Negócios Florestais e Agronegócios Alternativos*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	60	---	—	60

### Objetivo geral

Promover ao estudante a identificar o potencial dos negócios florestais e agronegócios alternativos, ecológico e econômico das principais espécies exóticas, nativas e de florestas plantadas, acompanhando seu desenvolvimento e avaliando sua utilização para fins industriais, recuperação de áreas degradadas e técnicas agroflorestais.

### Ementa

Gestão da produção florestal. Análise de oportunidades de mercado florestais. Alternativas de negócios agropecuários. Estratégias para pequenas e média propriedades.

### Bibliografia básica

BANCALION. P.H.S. GANDLFI. S. RODRIGUES. R.R. **Restauração Florestal.** Editora Oficina de Textos. 434p. 2015.

FLOR, H.M. **Silvicultura extensiva nos empreendimentos rurais.** Editora Icone 1ª ed. 186p. 2014.

SCHMID, M.L. **Licenciamento ambiental.** Editora Contentus. 48p. 2020.

TOURINHO. L.A.M. **Legislação e licenciamento ambiental aplicados ao**

**agronegócio.** Editora Contentus. 86p. 2020.

**REYMÃO, A.E.N.; BRITO FILHO, J.C.M.; et al. O Açaí Na Amazônia Brasileira.** Editora Lumen Juris .2020. 260 p.

**Bibliografia complementar**

BENATTI. L.P. Inovação nas técnicas de acabamentos decorativos em sementes ornamentais brasileiras: design aplicado a produtos com perfil sustentável. Editora Blucher. 145p. 2017.

ESAU. K. Anatomia das plantas com sementes. Editora Blucher. 313p. 1974.

MACHADO, C. C. (Org.). Colheita florestal. Viçosa: Editora UFV, 3ª ed.2014.

SCHMID, M.L. Licenciamento ambiental. Editora Contentus. 48p. 2020

TOURINHO. L.A.M. Legislação e licenciamento ambiental aplicados ao agronegócio. Editora Contentus. 86p. 2020

**Disciplina:** *Cadeias Produtivas das Grandes Culturas I*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	60	---	—	60

**Objetivo geral**

A disciplina de Cadeias produtivas das Grandes Culturas I tem por objetivo formar um profissional capacitado, na sua área de atuação, nos diferentes aspectos da produção vegetal. A disciplina trabalha o envolvimento nas condições práticas de estudos sobre culturas de importância econômica e suas relações de manejo e cadeia produtiva.

**Ementa**

Culturas da mandioca, algodão e café. Histórico, origem e importância econômica. Botânica. Clima e fenologia. Variedades ou cultivares. Solos, nutrição e adubação. Plantio. Rotação e consorciação. Práticas culturais (Manejo de plantas daninhas, pragas e doenças). Colheita, beneficiamento e armazenamento. Sustentabilidade das práticas agrícolas.

**Bibliografia básica**

BORÉM, A. Algodão: do plantio à colheita. UFV. 2014.

BERBERT, Pedro Amorin, SILVA, Juarez de Sousa e. Colheita, secagem e armazenagem de café. 1ª ed. Aprenda Fácil 1999

TAIZ, L. e ZEIGER, E. Fisiologia vegetal. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 954p.

**Bibliografia complementar**

ARAÚJO, Massilon J. Fundamentos agronegócios. 5ª ed. Atlas. 2021.

VIEIRA. H.D. Café Rural – noções da cultura. 2 ed. Rio de Janeiro. Interciência, FAPERJ. 2017. 304p. (biblioteca virtual)

TAIZ, L. e ZEIGER, E. Fisiologia vegetal. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 954p.

**Disciplina:** *Empreendedorismo e Inovação no Agronegócio*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	60	---	—	60

**Objetivo geral**

Disseminar a cultura do empreendedorismo, incentivando e apoiando a elaboração de projetos inovadores, por meio do desenvolvimento de ações que estimulem a inovação, a proatividade, as parcerias e os riscos organizacionais.

**Ementa**

Histórico e pensadores do empreendedorismo. Tipos de empreendedorismo e metodologias empreendedoras. Fundamentos da educação empreendedora. Inovação: ciclos de inovação; inovação x criatividade; inovação x invenção. Plano de desenvolvimento pessoal: visão de futuro e estabelecimento de metas. Características do Comportamento Empreendedor (CCE); O papel dos empreendedores na sociedade: o empreendedorismo e as transformações da civilização humana. Comunicação e negociação empreendedora eficaz e motivação na busca de oportunidades. Cooperação, sustentabilidade, tendências e geração de ideias inovadoras. Ideias e oportunidades. Cooperação, sustentabilidade, outras demandas e tendências. Avaliação de oportunidades no agronegócio: critérios avaliação de ideias de negócios; análise do ambiente externo e interno: análise 360°; quadro de modelo de negócios; Planejamento empreendedor no agronegócio: plano de negócios no segmento rural. Empreendedorismo e Globalização. Carreiras empreendedoras no futuro

**Bibliografia básica**

PETERS, M. & HISRICH, R. D. Empreendedorismo. São Paulo: Bookman, 2004

CARRIER, Celso Da Costa. Inovação e empreendedorismo no agronegócio. Curitiba: CRV, 2021. 238 p

CHIAVENATTO. I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Sarava, 2005.

DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo – transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

**Bibliografia complementar**

FARAH, O.E.; CAVALCANTI, M.; MARCONDES, L. P. (Orgs.). Empreendedorismo Estratégico: criação e gestão de pequenas empresas. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

DOLABELA, Fernando. Oficina do empreendedor. Rio de Janeiro: Sextante, 2008. 320

p.

DOLABELA, Fernando. O SEGREDO DE Luísa. Rio de Janeiro: Sextante, 2023. 256 p.

PINCHOT, G. & PELLMAN, R. Intra-empendedorismo na prática – um guia de inovações nos negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

**Disciplina:** *Administração de Suprimentos e Logística*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	60	---	—	60

**Objetivo geral**

Abordar os principais aspectos e conceitos da logística a partir do enfoque integrado dos elementos que compõem a cadeia de suprimentos, caracterizando a importância do planejamento logístico para a administração de marketing. Apresentar as facilidades logísticas que possibilita o estabelecimento dos canais de distribuição enfatizando o papel da TI como agente catalisador da eficiência dos sistemas de distribuição de produtos.

**Ementa:** Visão Sistêmica em Logística e Cadeias de Suprimentos. Hierarquia de decisões em Logística e Cadeias de Suprimentos. Nível de serviço e custo total. Indicadores logísticos. Planejamento e operações de transportes. Sistemas de estoque e armazenagem. Projeto da rede física da cadeia de abastecimento. Estratégias de otimização em cadeias de abastecimento. Sistemas de informação em Logística e Cadeias de Abastecimento. Operadores logísticos.

**Bibliografia básica**

BALLOU, R.H., Gerenciamento da cadeia de suprimentos/ Logística empresarial, 5a Edição, Bookman Editora. Porto Alegre, RS., 2006.  
 BOWERSOX, D.J.; CLOSS, D.J. Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento. Editora Atlas, 1a Edição. São Paulo, SP., 2001.  
 LÉLIS, E. C. **Administração da Produção**. 2ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.

**Bibliografia complementar**

ARBACHE, Fernando Saba. Gestão de logística, distribuição e trade marketing. Editora FGV, 2015.  
 BERTAGLIA, Paulo Roberto. Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento. Editora Saraiva, 2017.  
 GRANT, DAVID. Gestão de logística e cadeia de suprimentos. Editora Saraiva, 2017.  
 NOVAES, Antonio. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição. Elsevier Brasil, 2016.

OLIVEIRA CANO, Catarina; DA SILVA, Giovana Gavioli Ribeiro. Introdução à logística empresarial (supply chain management). Senac, 2018.

CHOPRA, S., MEINDL, P., Gerenciamento da cadeia de suprimentos, Prentice Hall, São Paulo, SP., 2003.

**Disciplina:** *Sistema de Informação Gerencial em Agronegócio*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	----	60	—	60

**Objetivo geral**

Desenvolver senso crítico a respeito da importância dos sistemas de informação na gestão do agronegócio.

**Ementa**

Definição de informação, de sistemas, de Sistemas de Informações Gerenciais (SIG). Análise e organização de sistemas administrativos. Implantação de SIG dentro de organizações. Repercussões e mudanças organizacionais. SIGs voltados para a administração e o agronegócio. Sistemas de Informação e o Suporte à Tomada de Decisão.

**Bibliografia básica**

CRUZ, TADEU. Sistemas de Informações Gerenciais e Operacionais. Minha Biblioteca, (5th edição). Grupo GEN, 2019.

OLIVEIRA, DJALMA DE PINHO REBOUÇAS D. Sistemas de Informações Gerenciais-Estratégias-Táticas-Operacionais, 17ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2018.

REZENDE, DENIS, A. E ALINE FRANÇA DE ABREU. Tecnologia da Informação Aplicada a Sistemas de Informação Empresariais, 9ª edição. Minha Biblioteca, Grupo A, 2013.

TURBAN, EFRAIM, E LINDA VOLONINO. Tecnologia da informação para gestão. Minha Biblioteca, (8th edição). Grupo A, 2013.

**Bibliografia complementar**

BALTZAN, PAIGE, E AMY PHILLIPS. Sistemas de Informação. Minha Biblioteca, Grupo A, 2012.

BATISTA, EMERSON DE O. Sistemas de informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento - 2ª edição. Minha Biblioteca, (2nd edição). Editora Saraiva, 2013.

MENDES, C. I. C.; OLIVEIRA, D. R. M. dos S.; SANTOS, A. R. dos. Estudo do mercado brasileiro de software para o agronegócio. Brasília:

NETO, JOCILDO FIGUEIREDO, C. E ERICO VERAS MARQUES. Tomada de decisões gerenciais com analítica de dados. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Alta Books, 2020.

RALPH M. STAIR et al. Princípios de Sistemas de Informação. Minha Biblioteca, (4th edição). Cengage Learning Brasil, 2021.

SILVA, KATIA C., N. et al. Sistemas de Informações Gerenciais. Minha Biblioteca, Grupo A, 2019.

**Disciplina:** *Projeto Integrador II*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
6	—	—	60	60

**Objetivo geral**

Promover articulação entre conhecimento teórico e aplicação prática, interdisciplinaridade e multidisciplinaridade entre os diversos conteúdos trabalhados nas disciplinas do semestre letivo, vivenciado bem como a integração dos acadêmicos com a sociedade. Estimulando-os ao questionamento e a visão crítica sobre a organização dos modelos de produção agropecuária predominantes.

**Ementa**

Coletar e organizar os dados do projeto integrador estruturado. Visando o desenvolvimento do projeto nas propriedades rurais ou outra organização agroindustrial, sendo uma sequência da operacionalização do projeto implantado. Fase de implementação, acompanhamento e consolidação.

**Bibliografia básica**

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LUDWIG, Antonio Carlos Will. **Fundamentos e prática de metodologia científica**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2009. 124p.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

**Bibliografia complementar**

GIL, A.C. Metodos e técnicas de Pesquisa Social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021

ANDRADE, Maria Margarida. Introdução a metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

**QUINTO PERÍODO**

**Disciplina:** *Manejo e Conservação do Solo e da Água*

Crédito	Teórica	EAD	Exten.	Total
4	60	---	---	60

**Objetivo geral**

Elaborar, analisar, avaliar, coordenar e executar projetos de desenvolvimento sustentável do meio ambiente, considerando os diferentes aspectos relacionados ao recurso solo, sua importância para a vida animal, vegetal e humana, bem como os aspectos socioeconômicos da degradação do solo; assoreamento de rios, lagos, nascentes; represas; eutrofização; problema ambiental com a fauna; aquecimento global.

**Ementa**

Introdução; Erosão do solo; Sistemas de reparo dos solos: preparo convencional e práticas conservacionistas. Sistemas de manejo. Recuperação de solos degradados. Indicadores de qualidade do solo.

**Bibliografia básica**

KLAUS R.; TIMM, L.C. Solo, planta e atmosfera : conceitos, processos e aplicações. 3. ed. - Baruerí, SP: Manole, 2016, 584p.

LIBARDI, P.L. Dinâmica da água no solo. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. 329p.

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo. 6.ed. São Paulo: Ícone, 2008. 355p.

**Bibliografia complementar**

LEPSCH, I.F. **Formação e conservação dos solos** - 2ª ed. São Paulo: Oficina de Textos. 2010. Disponível: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/38863>

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo**. 6.ed. São Paulo: Ícone, 2008. 355p.

CONTE, E.D.; GEBLER, L.; DAL MAGRO, T. Boas práticas de manejo de solo, plantas daninhas e agricultura de precisão. – Caxias do Sul, RS : Educ, 2016. 100p,

VILLELA, A.; FREITAS, M.A.V.; ROSA, L.P. Emissões de carbono na mudança de uso do solo. Coleção mudanças globais, v.2 1a. Ed, 2012, 194 p

**Disciplina:** *Tecnologia de Produtos Alimentícios Agropecuários*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	60	---	—	60

**Objetivo geral**

A disciplina tem como objetivo fornecer aos alunos informações sobre os processos científicos e tecnológicos referentes à manipulação, conservação, transformação e armazenagem de produtos agropecuários, visando o conhecimento e melhor aproveitamento das matérias-primas.

**Ementa**

Tecnologia de matérias-primas alimentícias glicídicas, lipídicas e protéicas. Obtenção higiênica do leite; Tratamentos e tecnologias de obtenção de produtos alimentícios lácteos. Processamento de frutas e hortaliças.

**Bibliografia básica**

OETTERER, Marília; REGITANO-d'ARCE, Marisa Aparecida Bismara; SPOTO, Marta Helena Fillet. **Fundamentos de ciência e tecnologia de alimentos**. 1ª ed. Barueri, SP: Manole 2006.

ÁLVAREZ, L. F.; ORDÓÑEZ, J. A., RODRIGUEZ, M. I. C. Componentes dos alimentos e processos. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CAMPBELL-PRATT, G. Ciência e Tecnologia de Alimentos. 1º ed. Barueri, SP: Manole, 2015.550 p.

**Bibliografia complementar**

FELLOWS, P. J. Tecnologia do Processamento de Alimentos. Princípios e Prática. 2ª Edição, Porto Alegre: Artmed, 2006

GERMANO, P.M.L. Higiene e vigilância sanitária de alimentos: qualidade dos matérias-primas, doenças transmitidas por alimentos e treinamento de recursos humanos. 5 ed. Barueri, SP: Manole, 2015.1104p. (biblioteca digital)

MORAES, I. O. Biotecnologia industrial: biotecnologia na produção de alimentos. 2ª ed. São Paulo: Edgar Blucher, Blucher, 2021.

**Disciplina:** *Higiene e Segurança do Trabalho*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	----	60	—	60

**Objetivo Geral**

Visa capacitar o discente ao conjunto de medidas técnicas e educacionais, empregadas para prevenir higiene e acidentes, quer eliminando condições inseguras do ambiente de trabalho quer instruindo ou convencionando pessoas na implantação de práticas preventivas.

**Ementa**

Introdução a higiene e segurança no trabalho: objetivos, histórico, causas do acidente no trabalho. Riscos ambientais: físicos, químicos, biológicos e de acidentes. Estudo preliminar de risco. Legislações aplicadas à higiene e segurança do trabalho. Aplicar programas de segurança e saúde ocupacional, controle estatístico, prevenção normas reguladoras pertinentes a atividade profissional específica.

**Bibliografia básica**

MATTOS, U.U. Higiene e Segurança do Trabalho. Editora GEN LTC, 2ª ed. 2019. 576p.

BREVIGLIERO, E.; POSSEBON, E.; SPINELLI, R.. Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos. Editora Senac São Paulo . 10ª edição 2019. 464p.

ARAUJO, E.M. Introdução à higiene e à segurança do trabalho. Editora InterSaberes. 2021. 204p.

SALIBA, T. M. Manual Prático de Higiene Ocupacional e PPRA. Avaliação e Controle dos Riscos Ambientais. Editora LTr, 2021. 404p.

#### **Bibliografia complementar**

GERMANO, M.I.S.; GERMANO, P.M.L. Higiene e Vigilância Sanitária e Alimentos. 6ª edição. Manole, 2019.

OLIVEIRA. C.A.O. Segurança e saúde no trabalho: guia de prevenção de riscos. Editora Yendis. 177p. 2007.

LAMBERT. E.G. Guia prático de primeiros socorros. 3ª Edição. Editora Rideel. 3ª ed. 36p. 2019.

OLIVEIRA. C.L. PIZA. F.T Segurança e saúde no trabalho. Vol.3 Editora Difusão. 222 p. 2016.

STUMM. S.B. Segurança do trabalho e ergonomia. Editora Contentus. 139p. 2020.

**Disciplina:** *Cadeias Produtivas das Grandes Culturas II*

<b>Crédito</b>	<b>Teórica</b>	<b>EaD</b>	<b>Exten.</b>	<b>Total</b>
4	60	---	—	60

#### **Objetivo geral**

A disciplina de Cadeias Produtivas das Grandes Culturas II tem por objetivo formar um profissional capacitado, na sua área de atuação, nos diferentes aspectos da produção vegetal. A disciplina trabalha o envolvimento nas condições práticas de estudos sobre culturas de importância econômica e suas relações de manejo e cadeia produtiva.

#### **Ementa**

Cultura de soja, feijão, milho e arroz; Histórico, origem e importância econômica. Botânica. Clima e fenologia. Variedades. Solos, nutrição e adubação. Plantio. Consorciação. Práticas Culturais (Manejo de Plantas Daninhas, pragas e doenças). Colheita, beneficiamento e Armazenamento. Sustentabilidade das práticas agrícolas.

#### **Bibliografia básica**

BORÉM, Aluizio. Milho: do plantio à colheita. Viçosa, MG: UFV. 2017.

BORÉM, Aluizio. Feijão: do plantio à colheita. Viçosa, MG: UFV Lemes, E.; Castro, L.; Assis, R. Doenças da Soja. Editora Millennium, 2017.

SEDIYAMA, T.; SILVA, F.; BORÉM, A. Soja: do Plantio à Colheita. Editora UFV, 2015.

**Bibliografia complementar**

SANTOS, A.B. Cultivo da soca de arroz irrigado. Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2004.

BRESEGHELLO, F.; STONE, L. F. (Ed.). Tecnologia para o arroz de terras altas. Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 1998. 161p.

BORÉM, A.; RANGEL, P.; Nakano, H. Arroz: do plantio à colheita. 1. ed. Viçosa, MG: UFV, 2015.

**Disciplina:** *Fitossanidade Aplicada ao Agronegócio*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	60	---	—	60

**Objetivo geral**

Fornecer conhecimentos básicos e estratégicos necessários ao manejo de pragas, doenças e plantas daninhas das cadeias produtivas do agronegócio, visando diminuir os fatores que podem colocar em risco as atividades agropecuárias do agronegócio.

**Ementa**

Identificação dos principais insetos, doenças e plantas daninhas; Métodos de amostragem; Nível de dano econômico e grau de interferência; Princípios e Técnicas de controle de pragas, doenças e plantas daninhas; Tecnologia de Aplicação de defensivos agrícolas; Custos de controle.

**Bibliografia básica**

ANDREI, E. Compêndio de defensivos agrícolas: Guia prático de produtos fitossanitários para uso agrícola. 8ª ed. Editora Andrei. 2009

BERGAMIN FILHO A., KIMATI H., AMORIM L. Manual de Fitopatologia. v.1: Princípios e Conceitos. 3. ed. São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 1995. 919p.

KIMATI H., AMORIM L., BERGAMIN FILHO A., CAMARGO L. E. A. Manual de Fitopatologia, v. 2: Doenças das Plantas Cultivadas. 3. ed. São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 1995. 774p.

ULISSES, R. A.; WALTER, B. Tecnologia de Aplicação Culturas Anuais - 2ª Edição. Editora: Fepaf. 373p. 2019.

HARRI, L.; Manual de Identificação e Controle de Plantas Daninhas - 7ª Edição Editora: Plantarum. 2014.

EDMILSON. I. B. A., GREGORI, E. F.; Fundamentos em biologia e manejo de plantas daninha. Editora EDUFMA 215 p. 2022.

**Bibliografia complementar**

CROCOMO, B.W. Manejo integrado de pragas. São Paulo: CETESB, 1990. 358p.

GALLO, D., NAKANO. O., SILVEIRA NETO, S., et a.l. Entomologia Agrícola.

Piracicaba: FEALQ, 2002. 920p.

PAPINI, S. Segurança Ambiental no Controle Químico de Pragas e Vetores. Vol 1, Editora Atheneu : <https://www.bvirtual.com.br/NossoAcervo/Publicacao/168098>

**Disciplina:** *Gestão da Produção em Piscicultura*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	60	---	—	60

**Objetivo geral**

A disciplina tem como objetivo habilitar o aluno a compreender a piscicultura como uma unidade de produção de alimentos e um bem econômico importante nas empresas rurais, entendendo as variáveis biológicas, econômicas e gerenciais que norteiam a produção de peixes. Além de capacitar o aluno quanto ao conhecimento da importância da piscicultura no cenário do agronegócio brasileiro.

**Ementa**

Aspectos gerais da criação de peixes. Espécies próprias para a piscicultura. Instalações e equipamentos. Calagem e adubação. Sistemas de cultivo. Manejo dos tanques. Manejo alimentar. Manejo profilático e sanitário da produção. Base econômica e características econômicas do cultivo de peixes. Comercialização e controle da produção.

**Bibliografia básica**

BALDISSEROTTO, B. Espécies Nativas para a Piscicultura no Brasil. UFSM. 2006. 472p.

ORSI, M.L. Estratégias reprodutivas de peixes: estratégias reprodutivas de peixes da região média-baixa do Rio Paranapanema reservatório de Capivara - 2º Edição. São Paulo: Blusher, 2017. Disponível:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/162886>

BATALHA, M.O. Gestão Agroindustrial. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007, 2.v.

**Bibliografia complementar**

RASGUIDO, J. E..A.; LOPES, J.D.S.. Criação de tilápias em tanques-rede. Viçosa: CPT, 2003. 1 DVD (71 min.)

SNELL, S. A.; BATEMAN, T. S. Administração: Construindo Vantagem Competitiva. São Paulo: Atlas, 1998.

ORSI, M.L. Estratégias reprodutivas de peixes: estratégias reprodutivas de peixes da região média-baixa do Rio Paranapanema reservatório de Capivara - 2º Edição. São Paulo: Blusher, 2017. Disponível:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/162886>

**SEXTO PERÍODO**

**Disciplina:** *Gestão de Armazenagem e Beneficiamento*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	60	---	---	60

**Objetivo geral**

Desenvolver no aluno senso crítico e capacidade de correlacionar a qualidade de grãos com os principais aspectos ligados a produção; à pós-colheita; ao controle de qualidade; às questões estratégicas ligadas ao mercado, ao arcabouço legal, ao comércio e ao desempenho de cultivos agrícolas

**Ementa**

Mistura ar-vapor de água. Psicrometria. Umidade de grãos e sementes. Umidade de equilíbrio e equações. Importância e princípios da secagem de grãos e sementes. Alterações da qualidade na secagem. Sistemas de Secagem e secadores. Teoria e simulação da secagem. Princípios sobre armazenagem de grãos e sementes. Sistema de termometria e aeração. Estrutura de armazenagem: rede; classificação de armazéns e silos. Controle de pragas em grãos e sementes armazenados. Instalações, equipamentos para armazenamento e controle de qualidade de grãos armazenados. Segurança do trabalho em unidades armazenadoras de grãos.

**Bibliografia básica**

LORINI, I. Armazenagem de grãos. Campinas, SP: IBG, 2002. 1000 p.  
SILVA, J.S. Secagem e armazenagem de produtos agrícolas. Aprenda Fácil. 560p.2008  
PUZZI, D. Abastecimento e armazenamento de grãos. Campinas: ICEA, 2000. 603p

**Bibliografia complementar**

MENDES, J. T. G.; JUNIOR, J.B.P. Agronegócio: uma abordagem econômica. Pearson, 1ed 2007, 384p.  
OLIVEIRA, M. DA S. Tecnologias e o agronegócio. Contentus, 1 ed. 2020, 98p.  
OLESKO, G. F. Agronegócio: contextos econômico, social e político, Contentus, 1 ed. 2020, 78p

**Disciplina:** *Comercialização e Marketing no Agronegócio*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	60	---	—	60

**Objetivo geral**

Propiciar ao aluno o conhecimento de aspectos teóricos do processo de comercialização, de estratégias comerciais de marketing e de mercado existentes, possibilitando uma visão crítica para nos vários segmentos de comercialização de produtos agropecuários.

**Ementa**

Visão geral da Administração de Marketing. Os componentes do plano de marketing. Análise do Consumidor. Segmentos de Mercado. Posicionamento de Produtos. Marcas e Empresas do Agronegócio. Estratégia de Preços e Produtos. Desenvolvimento de Mercado e Expansão de Demanda. Controle do plano anual. Compreensão da cadeia de valor mental na direção de Marketing. Interpretação dos papéis dos consumidores e processadores. Reposicionamento dos produtores rurais e suas organizações em nível local e mundial, para a condição essencial de competitividade

**Bibliografia básica**

CHURCHILL, G.A.; PETER, J. Paul, Marketing –Criando valor para os clientes. São Paulo-SP, Saraiva, 3ª ed, 2018. 649p.

KOTLER, P. Administração de marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, c2006. 750 p.

ROSA, M.P. Métodos e ferramentas do marketing. Curitiba: Livro Técnico, 2012. 136p.

**Bibliografia complementar**

ZENONE, L.C. Marketing: funções, ideias e tendências.1ª edição. Editora Atlas 2012.

PORTER, M.E. Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 409 p. ISBN 9788535215267.

PALMER, A. Introdução ao Marketing: teoria e prática. 1ª edição. Editora Ática 2006.

STANTON, W.J. Marketing.1ª edição. Editora Markron Books, 2000.

TEJON, J.L.; XAVIER, C. Marketing e Agronegócio: a nova gestão: diálogo com a sociedade. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. Disponível:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1089>

**Disciplina:** *Assistência Técnica e Extensão Rural*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	-----	---	60	60

**Objetivo geral**

Conhecer os conceitos, os tipos de atividades implementados pela Extensão Rural, as categorias de atores e instituições com quais se relaciona.

**Ementa**

Fundamentos da Extensão Rural; Caracterização de produtores rurais; Estrutura agrícola do Brasil. Métodos de aprendizagem e treinamento; Processos de comunicação e difusão de inovações; Planejamento e avaliação de programas de extensão; Desenvolvimento de comunidades.

**Bibliografia básica**

Cezar, Raul Matias. Extensão rural: conceitos e expressão social. Curitiba, Editora Contetus, 2020, 80p.

DE SOUZA, Osmar Tomaz et al. Diálogos contemporâneos acerca da questão agrária e agricultura familiar no Brasil e na França. 2019.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 166p

**Bibliografia complementar**

MEDEIROS, L.S. de; LEITE, S. A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. 1 ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS/CPDA. 1999. 282p.

SANTOS, G.J., et al. Administração de Custos na Agropecuária São Paulo: Atlas, 2002.

FONSECA, M. T. L. A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.

**Disciplina:** *Planejamento e Gestão de Projetos*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	----	60	—	60

**Objetivo geral**

Proporcionar ao aluno uma compreensão dos principais conceitos e processos no gerenciamento de projetos.

**Ementa**

Planejamento da empresa; Projeto como unidade individual administrativa; Financiamentos; Incentivos Fiscais; Natureza e características do projeto; Metas e objetivos de trabalho; Mercado a atender; Tecnologias a utilizar; Apresentação; Trabalho em equipe.

**Bibliografia básica**

ARAÚJO, M. Fundamentos de Agronegócios. 5. ed. São Paulo. Atlas, 2021. 147p

MENEZES, Luís César de Moura. Gestão de projetos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2021. xvi, 242

CARVALHO, M.M.; RABECHINI JR., R. Fundamentos em gestão de projetos: construindo competências para gerenciar projetos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

**Bibliografia complementar**

VALERIANO, D.L. Gerenciamento estratégico e administração por projetos. São Paulo: Pearson, 2001. 295

NEWTON, R.O gestor de projetos. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2011

VARGAS, R.V. Gerenciamento de projetos: estabelecendo diferenciais competitivos. 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Brasport, 2018

WOILER, S. Projetos: planejamento, elaboração, análise. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019

KERZNER, H. Gestão de projetos: as melhores práticas.. 5. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2022

EBOLI, M. Educação corporativa: fundamentos, evolução e implantação de projetos. São Paulo: Atlas, 2010. 370 p.

**Disciplina:** *Gestão de Pequenas e Médias Propriedades Rurais*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	60	---	—	60

**Objetivo geral**

Proporcionar ao estudante noções sobre planejamento e gerenciamento das propriedades rurais, capacitando-o a planejar a produção e comercialização, possibilitando traçar estratégias para a ampliação e manutenção das atividades agrícolas dentro da propriedade rural.

**Ementa**

Premissas da gestão integrada das propriedades rurais, aspectos e ferramentas de gestão rural. Fluxo de caixa. Índices financeiros e econômicos. Organização da terra, Recursos financeiros e patrimoniais. Ano agrícola Atividade agrícola e Exercício social. Avaliação do patrimônio e gestão dos recursos de produção.

**Bibliografia básica**

BATALHA, M.O. Gestão Agroindustrial. Vol. 1 São Paulo: Atlas, 2001.

KAY, Ronald D. *et al.* **Gestão de Propriedades Rurais**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. 452 p.

BATALHA, Maria Cristina, SANTOS, Alexandre Borges. Gestão agroindustrial. 4 edição. São Paulo: Atlas, 2021.

GUADELUPE, Deise *et al.* **Empresa Rural: Gestão para Iniciantes**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2019. 165 p.,

**Bibliografia complementar**

CALLADO, A.A.C. Agronegócio. São Paulo: Atlas, 2005.

SANTOS, G.J., et al. Administração de Custos na Agropecuária São Paulo: Atlas, 2002.

BONACCI, L.A. Gestão Integrada de Propriedades Rurais: oportunidades, planejamento e resultados. Coleção Cursos Frutal Amazônia Belém-PA. Fortaleza: Instituto Frutal, 2007.

**Disciplina:** TCC

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	60	---	—	60

**Objetivo geral**

Proporcionar aos graduandos do curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio, as competências e habilidades na elaboração, sistematização e execução de um trabalho científico.

**Ementa**

Elaboração do Projeto de Conclusão de Curso – TCC conforme as normas institucionais e as normas ABNT dentre as áreas de pesquisa e concentração do curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio.

**Bibliografia básica**

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

**Bibliografia complementar**

CERVO, A.L., BERVIAN, P.A., SILVA, R. Metodologia científica. 6ª edição.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTAR NETO, J. A. Metodologia científica na era da informática. São Paulo: Saraiva, 2003.

SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTOS, A. R. Metodologia Científica: a construção do conhecimento. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

**Disciplina:** *Projeto Integrador III*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4	----	---	60	60

**Objetivo Geral**

Proporcionar aos estudantes a oportunidade de desenvolver um trabalho prático que integre as teorias abordadas nos eixos cursados nos módulos anteriores e realizar a descrição dos resultados obtidos nos projetos integrador I e II.

**Ementa**

Propiciar aos alunos a identificação da relação existente entre as disciplinas cursadas e a interação dos conteúdos apresentados; Analisar o objeto de estudo desenvolvido no projeto integrador I e II e elaborar possíveis soluções com vistas às demandas locais;

Capacitar o aluno para elaboração e exposição de um trabalho científico, usando metodologias adequadas para tal e propiciar o desenvolvimento de habilidades para a apresentação de trabalho perante banca de avaliação; e fomenta a elaboração de relatórios conforme normas de apresentação e escrita científicas;

#### **Bibliografia básica**

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LUDWIG, Antonio Carlos Will. Fundamentos e prática de metodologia científica. Petrópolis, RJ, Vozes, 2009. 124p.

FACHIN, Odília. Fundamentos de Metodologia. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

#### **Bibliografia complementar**

GIL, A.C. Metodos e técnicas de Pesquisa Social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021

ANDRADE, Maria Margarida. Introdução a metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

**Disciplina:** *Agrosistemas e Agroenergia*

<b>Crédito</b>	<b>Teórica</b>	<b>EaD</b>	<b>Exten.</b>	<b>Total</b>
<b>4</b>		<b>60</b>		<b>60</b>

#### **Objetivo Geral**

Caracterizar os principais sistemas de produção agroecológica; Identificar os principais problemas gerados pelo uso indevido dos recursos naturais. Escolher as formas mais adequadas de manejo do ambiente para uma produção sustentável de alimentos e matérias primas. Apresentar ao aluno as políticas que envolvem a agroenergia e seu contexto econômico e social e ambiental, programas de incentivos para produção de energia por meio da biomassa e os principais conceitos de economia da energia e de agricultura ligados ao setor de produção de energia.

#### **Ementa**

Formas de agricultura, convencional e agroecológica: princípios, evolução, práticas adotadas, resultados, problemas. Conceito de sistema, ecossistema e agroecossistema. Estruturas dos agroecossistemas. Fundamentos de ecologia aplicados as agroecossistemas. Princípios ecológicos na agricultura: dinâmica de nutrientes, da água e da energia. Dinâmica dos ecossistemas e agroecossistemas, diversidade e estabilidade dos agroecossistemas. Base ecológica do manejo de pragas e doenças. A ciclagem de nutrientes no agroecossistema através de adubação verde e da compostagem. Modelos alternativos de agricultura: orgânica, biodinâmica, natural. Conceito e importância da agroenergia. Matriz energética do Brasil e agroenergia no

Brasil. Mercado mundial e brasileiro de agroenergia: etanol e biodiesel. Inserção brasileira no mercado mundial de agroenergia. Biomassa: conceitos, fontes e importância. Implicações econômicas, sociais e ambientais dos componentes do complexo agroenergético. Florestas energéticas do Brasil: biogás, etanol, biodiesel e resíduos agropecuários e florestais.

#### **Bibliografia Básica**

ABRAMOVAY, R. **Biocombustíveis: a energia da controvérsia**. . Editora: Senac São Paulo, 2009.

GOLDEMBERG, J. (coord). **Energia e Desenvolvimento Sustentável – Série sustentabilidade**. Editora: Blucher, 2010.

MANO, E. B.; PACHECO, É. B. A. V.; BONELLI, C. M. C. **Meio Ambiente, Poluição e Reciclagem**. Editora: Blucher, 2ª edição, 2010.

#### **Bibliografia complementar**

BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**. v. 2. 5º Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOLDEMBERG, J.; PALETTA, F. C. (coord.). **Série Energia e Sustentabilidade – Energias Renováveis**. Editora: Blucher, 2012.

NASCIMENTO, E.P.; VIANNA, J.N.S. (Org.). **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

NEVES, M. F.. **Agronegócios e Desenvolvimento Sustentável: Uma Agenda para a Liderança Mundial na Produção de Alimentos e Bioenergia**. Editora: Atlas, 2007.

KNOTHE, G.; KRAHL, J.; GERPEN, J.; RAMOS, L. P.. **Manual de Biodiesel**. São Paulo: Edgard Blücher, 2006.

**Disciplina:** *Diagnose Nutricional de Plantas e Interpretação de Análise Foliar*

<b>Crédito</b>	<b>Teórica</b>	<b>EaD</b>	<b>Exten.</b>	<b>Total</b>
<b>4</b>		<b>60</b>		<b>60</b>

#### **Objetivo Geral**

Discutir a importância da nutrição de plantas na qualidade de produtos agrícolas. Compreender a relação entre a nutrição mineral e outros fatores de crescimento no estabelecimento da produção das culturas. Conhecer os fatores de solo e de planta que afetam o processo da nutrição mineral das plantas e suas interações. Capacitar os alunos para a diagnose e correção de problemas nutricionais das plantas

#### **Ementa**

Avaliação do estado nutricional das plantas: diagnose visual; diagnose foliar: amostragem, análises e interpretação de análise foliar; testes de tecidos; testes

bioquímicos; determinação indireta de clorofila; desenvolvimento de experimentos e interpretações.

**Bibliografia Básica**

BATAGLIA, O. C.; FURLANI, A. M. C.; TEIXEIRA, J. P. F.; FURLANI, P.; GALLO, J. R. Métodos de análise química de plantas. Campinas: Instituto Agrônomo, 1983. 48p. (Boletim técnico, 78).

BEAUFILS, E. R. Diagnosis and Recommendation Integrated System (DRIS): a general scheme of experimentation and calibration based on principles developed from research in plant nutrition. University of Natal, Pietermaritzburg, South Africa, 1973. (Soil Science Bulletin, 1).

BIELESKI, R. L. (eds.) Inorganic plant nutrition. Encyclopedia of Plant Physiology, New Series. Berlin: Heidelberg, Springer-Verlag, v. 15A, p. 120-146, 1983.

**Bibliografia complementar**

CATE, R. B.; NELSON, L. A. A rapid method for correlation of soil analysis with plant response data. Washington: North Carolina Agricultural Experimental Station, International Soil Testing Series, 1965. 23p. (Technical Bulletin, 1).

FAQUIN, V. Nutrição mineral de plantas. Lavras: UFLA/FAEPE, 1997. 227p.

GUIMARÃES, T. G. Nitrogênio no solo e na planta, teor de clorofila e produção do tomateiro, no campo e na estufa, influenciados por doses de nitrogênio. Viçosa: UFV, 1998. 184p. (Tese - Doutorado em Fitotecnia).

MALAVOLTA, E.; VITTI, G. C.; OLIVEIRA, S. A. Avaliação do estado nutricional das plantas: princípios e aplicações. 2. ed. Piracicaba: POTAFOS, 1997. 319p.

**Disciplina:** *Libras*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4		60		60

**Objetivo Geral**

Compreender o processo histórico da Língua Brasileira de Sinais, sua estrutura e principais repercussões no campo linguístico, na cultura surda e educação das pessoas surdas.

**Ementa**

O sujeito surdo: conceitos, cultura e a relação histórica da surdez com a língua de sinais. Noções linguísticas de Libras: parâmetros, classificadores e intensificadores no discurso. A gramática da língua de sinais. Aspectos sobre a educação de surdos. Teoria da tradução e interpretação. Técnicas de tradução em Libras / Português; técnicas de

tradução Português / Libras. Noções básicas da língua de sinais brasileira.

**Bibliografia Básica**

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão. Brasília, DF: MEC; SEEP, 2005.

MOURA, M. C. O surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B (col.). Língua de sinais brasileira, estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

**Bibliografia complementar**

ALMEIDA, E. G. C. de. Leitura e surdez: um estudo com adultos não oralizados. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001. 1 e 2 v.

COPOVILLA, Fernando César (org). Novo Deit-Livras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua brasileira (libras) basEaDo em linguísticas e neurociências cognitivas. São Paulo: USP, 2009.

LACERDA, C. B. F. de; GOES, M.C.R. (orgs.). Surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000.

QUADROS, R. M. de. Secretaria de Educação Especial. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília, DF: MEC; 2004.

**Disciplina:** *Gestão de pessoas no agronegócio*

Crédito	Teórica	EaD	Exten.	Total
4		60		60

**Objetivo Geral**

Evidenciar os conceitos e aplicabilidade da gestão de pessoas nas organizações contemporâneas que proporcionem ao aluno compreensão de suas especificidades no meio rural.

**Ementa**

Introdução a Administração de recursos humanos; As pessoas e as organizações; Planejamento de recursos humanos; O sistema de ARH (provisão, aplicação, manutenção, desenvolvimento e monitoração); o perfil do profissional de RH da atualidade; características da gestão de pessoas no agronegócio. Estudos de casos sobre Gestão de Pessoas.

**Bibliografia Básica**

CHIAVENATO, Idalberto. Administração de Recursos Humanos – Gestão de pessoas.

São Paulo: Atlas, 2021.

DESSLER, Gary. Administração de Recursos Humanos. São Paulo: Pearson, 2015.

BARROS NETO, João Pinheiro de. Gestão de Pessoas 4.0. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022.

### **Bibliografia complementar**

CHIAVENATO, Idalberto. Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos: Como Incrementar Talentos na Empresa. 8.ed. Rio de Janeiro: Manole, 2016

Knapik, Janete. Gestão de pessoas e talentos [livro eletrônico. Curitiba: InterSaberes, 2012.

BEHNKE, Mônica Terezinha (org). Gestão de pessoas: artigos reunidos. Curitiba: InterSaberes, 2014.

STADLER, Adriano, PAMPOLINI, Cláudia Patrícia. Gestão de pessoas: ferramentas estratégicas de competitividade. [livro eletrônico] . Curitiba: InterSaberes, 2014.

**Disciplina:** *Inglês instrumental*

<b>Crédito</b>	<b>Teórica</b>	<b>EaD</b>	<b>Exten.</b>	<b>Total</b>
<b>4</b>		<b>60</b>		<b>60</b>

### **Objetivo Geral**

Reconhecer o papel da Língua inglesa na organização da vida sócio, política, econômica e cultural, enfatizando os aspectos fundamentais da comunicação humana, partir da prática de leitura e estruturação do texto.

### **Ementa**

Introdução aos princípios básicos da comunicação oral e escrita em âmbito acadêmico (língua inglesa); Identificação dos diferentes gêneros textuais (ex. Resumos, e-mails, carta de motivação, artigos científicos, entre outros) e as expectativas de cada um em âmbito acadêmico e profissional; Métodos de leitura: “Skimming e Scanning”; Estudo das quatro habilidades da língua, escuta, fala, leitura, escrita relevantes à situações reais e aplicáveis em âmbito acadêmico e profissional: práticas discursivas; uso de tom apropriado para maior credibilidade; gramática; coesão e coerência; apresentação oral de trabalhos científicos em língua inglesa; Aquisição de habilidades para revisão, auto-edição

### **Bibliografia Básica**

**B. FEAK & C. SWALES, M. JOHN. Academic Writing for Graduate Students.**

**Essential Tasks and Skills. 3ª ed. An Arbor: Michigan, ELT, 2017.**

**MCCARTHY, M. O'DELL, F. Academic Vocabulary in Use. Edition with Answers.**

**2ª ed. Cambridge, UK: Cambridge Press, 2016.**

O'Connell S. Focus on IELTS. 1a ed. Londres: Pearson, 2010.

### **Bibliografia complementar**

GEAR J., GEAR R. Cambridge Preparation for TOEFL test. 4a ed. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2014.

GERSHON, S. Present Yourself 2. View Points. Teacher's Manual. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2008.

GUSE, J. Communicative Activities for EAP. Cambridge, UK: Cambridge Press, 2011.

LEWIS, M.; O'NEILL, R. Prism REaDing Level 1. Cambridge, UK: Cambridge Press, 2018.

SERPA, OSWALDO FERREIRA. Dicionário escolar inglês - português. 8. ed. [S.l.: s.n.]. 1990.

### **7.8. Integralização da carga horária total do curso**

A carga horária total do curso em tela (2.400 horas) está mensurada em hora aula de 60 minutos de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo, conforme preconizam os artigos 2º e 3º da Resolução CNE/CES nº 3, de 02/07/2007.

Art. 2º - Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá:

- preleções e aulas expositivas;
- atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo,
- Aulas práticas utilizando laboratórios específicos conforme a natureza da disciplina..

Art. 3º - A carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo. As atividades acadêmicas e os trabalhos discentes efetivos previstos no Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio estão plenamente adequados às Diretrizes Curriculares Nacionais, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos.

Elas terão duração de 60 (sessenta) minutos, sendo assim discriminados:

Aulas expositivas e preleções: hora aula mensurada em 50 (cinquenta) minutos de exposição e 10 (dez) minutos de atividade supervisionada.

Aulas práticas supervisionadas na IES: hora aula mensurada em 50 (cinquenta) minutos de atividades práticas e 10 (dez) minutos de atividade supervisionada.

Atividades práticas supervisionadas fora da IES: hora aula mensurada em 60 (sessenta) minutos.

Projeto Integrador: hora aula mensurada em 60 (sessenta) minutos.

Atividades complementares: hora aula mensurada em 60 (sessenta) minutos.

Trabalho de Conclusão de Curso: hora aula mensurada em 60 (sessenta) minutos.

Todas as atividades acadêmicas realizadas pelos alunos, inclusive as atividades supervisionadas, deverão constar dos Planos de Ensino, bem como serem descritas pelos professores no sistema de registro acadêmico da Unitins.

Neste contexto, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio atende, integralmente, aos requisitos legais, bem como aos padrões de qualidade definidos pelo MEC. Sinteticamente, o currículo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio ora proposto pela Unitins foi elaborado de forma a contemplar a concepção e os objetivos do curso e atingir o perfil profissional proposto.

Os conteúdos curriculares do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio serão distribuídos em três núcleos de conteúdos:

**I** - O núcleo de conteúdos básicos será composto dos campos de saber que forneçam o embasamento teórico necessário para que o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado. Esse núcleo será integrado por: Introdução à Gestão do Agronegócio; Desenvolvimento Regional do Cerrado e Agronegócio, Fundamentos da Produção Vegetal, Fundamentos da Produção Animal, Contabilidade Rural; Metodologia Científica; Economia Rural; Estatística Básica

**II** - O núcleo de conteúdos profissionais essenciais será composto por campos de saber destinados à caracterização da identidade do profissional. O agrupamento desses campos gera grandes áreas que caracterizam o campo profissional e agronegócio, integrando as subáreas de conhecimento que identificam atribuições, deveres e responsabilidades. Esse núcleo será constituído por: Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável;; Direito Aplicado ao Agronegócio; Gestão da Qualidade e Certificações; Cadeias Produtivas da Carne, Leite e Derivados; Políticas Públicas para o Agronegócio; Gestão da Produção em Piscicultura; Negócios Florestais e Agronegócios Alternativos; Empreendedorismo e Inovação no Agronegócio; Administração de Suprimentos e Logística; Sistema de Informação Gerencial em Agronegócio; Higiene e Segurança do Trabalho; Gestão de Armazenagem e Beneficiamento; Comercialização e Marketing no Agronegócio; Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento.

**III** - O núcleo de conteúdos profissionais específicos deverá ser inserido no contexto do projeto pedagógico do curso, visando a contribuir para o aperfeiçoamento da habilitação profissional do formando. Sua inserção no currículo permitirá atender às

peculiaridades locais e regionais e, quando couber, caracterizar o projeto institucional com identidade própria. Esse núcleo será constituído por: Projeto Integrado I, II e III; Cadeias Produtivas das Grandes Culturas I; Cadeias Produtivas das Grandes Culturas II; Cadeias Produtivas da Hortifruticultura; Assistência Técnica e Extensão Rural; Administração e Planejamento Rural; Cooperativismo e Associativismo Rural, Planejamento e Gestão de Projetos; Gestão de Pequenas e Médias Propriedades Rurais; Fitossanidade Aplicado ao Agronegócio.

Os núcleos de conteúdos poderão ser ministrados em diversas formas de organização, observando o interesse do processo pedagógico e a legislação vigente. Os núcleos de conteúdos poderão ser dispostos, em termos de carga horária e de planos de estudo, em atividades práticas e teóricas, individuais ou em equipe, tais como:

- participação em aulas práticas, teóricas, conferências e palestras;
- experimentação em condições de campo ou laboratório;
- utilização de sistemas computacionais;
- consultas à biblioteca;
- viagens de estudo;
- visitas técnicas;
- pesquisas temáticas e bibliográficas;
- projetos de pesquisa e extensão;
- estágios profissionalizantes em instituições credenciadas pelas IES;
- encontros, congressos, exposições, concursos, seminários, simpósios, fóruns de discussões, etc.

A Portaria Inep nº 151, de 28 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial de 1 de março de 2019, definiu que na prova do Enade 2019, no componente específico da área de Tecnologia em Gestão do Agronegócio, tomou como referencial os seguintes objetos de conhecimento:

- I. Cadeias produtivas do agronegócio;
- II. Gestão de pessoas e segurança do trabalho no agronegócio;
- III. Economia e políticas públicas no agronegócio;
- IV. Comercialização, marketing e ações empreendedoras no agronegócio;
- V. Gestão financeira no agronegócio;
- VI. Desenvolvimento sustentável no agronegócio;
- VII. Inovações tecnológicas e novos mercados no agronegócio;
- VIII. Gestão de logística e cadeia de suprimentos no agronegócio;
- IX. Gestão da qualidade de processos e produtos do agronegócio.

Aos alunos que ingressaram no Curso Superior de Tecnologia em Gestão do

Agronegócio da UNITINS antes das mudanças definidas no presente documento, devidamente aprovado pelas instâncias superiores da instituição, e que ainda estiverem em processo de formação serão garantidas as condições necessárias a total integralização e conclusão dos estudos para obtenção do título de Tecnólogo em Agronegócios.

A seguir consta o Quadro de Equivalências de Disciplinas com os respectivos componentes curriculares e suas equivalências, ou seja, as disciplinas do currículo proposto e do currículo anterior.

Obs: a optativa será ofertada na modalidade EaD atendendo as turmas 2020/2 e 2021/1 junto com a turma 2022/2, corrigindo o fluxo já no semestre 2023/1.

**7.9. Quadro de equivalências de disciplinas**

<b>QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS DE DISCIPLINAS</b>											
<b>1ª Matriz Curricular</b>			<b>OBS:</b>	<b>2ª Matriz Curricular</b>			<b>OBS:</b>	<b>3ª Matriz Curricular</b>			<b>OBS:</b>
<b>PRIMEIRO PERÍODO</b>											
<b>COD</b>	<b>Componente Curricular</b>	<b>CH</b>		<b>COD</b>	<b>Componente Curricular</b>	<b>CH</b>		<b>COD</b>	<b>Componente Curricular</b>	<b>CH</b>	
T01	Introdução à Gestão do Agronegócio	60		T01	Introdução à Gestão do Agronegócio	60		T01	Introdução à Gestão do Agronegócio	60	
T02	Contabilidade Rural	60		T02	Contabilidade Rural	60		T02	Contabilidade Rural	60	
T03	Desenvolvimento Regional do Cerrado e Agronegócio	60		T03	Desenvolvimento Regional do Cerrado e Agronegócio	60		T03	Desenvolvimento Regional do Cerrado e Agronegócio	60	
T04	Metodologia Científica	60		T04	Metodologia Científica	60		T04	Metodologia Científica	60	
T05	Fundamentos de Produção Vegetal	60		T05	Fundamentos de Produção Vegetal	60		T05	Fundamentos de Produção Vegetal	60	
T06	Fundamentos de Produção Animal	60		T06	Fundamentos de Produção Animal	60		T06	Fundamentos de Produção Animal	60	
<b>SEGUNDO PERÍODO</b>											
T07	Cadeias Produtivas da Hortifruticultura	60		T07	Cadeias Produtivas da Hortifruticultura	60		T07	Cadeias Produtivas da Hortifruticultura	60	
T08	Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável	60		T08	Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável	60		T08	Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável	60	

T09	Administração e Planejamento Rural	60		T09	Administração e Planejamento Rural	60		T09	Administração e Planejamento Rural	60	
T10	Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento	60		T10	Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento	60		T10	Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento	60	
T11	Economia Rural	60		T11	Economia Rural	60		T11	Economia Rural	60	
T12	Projeto Integrador	60		T12	Projeto Integrador	60		T12	Projeto Integrador	60	
<b>TERCEIRO PERÍODO</b>											
T13	Direito aplicado ao Agronegócio	60		T13	Direito aplicado ao Agronegócio	60		T13	Direito aplicado ao Agronegócio	60	
T14	Gestão da Qualidade e Certificações	60		T14	Gestão da Qualidade e Certificações	60		T14	Gestão da Qualidade e Certificações	60	
T15	Cadeias Produtivas da Carne, Leite e Derivados	60		T15	Cadeias Produtivas da Carne, Leite e Derivados	60		T15	Cadeias Produtivas da Carne, Leite e Derivados	60	
T16	Cooperativismo e Associativismo Rural	60		T16	Cooperativismo e Associativismo Rural	60		T16	Cooperativismo e Associativismo Rural	60	
T17	Políticas Públicas para o Agronegócio	60		T17	Políticas Públicas para o Agronegócio	60		T17	Políticas Públicas para o Agronegócio	60	
T18	Estatística Básica	60		T18	Estatística Básica	60		T18	Estatística Básica	60	
	-----	----	-----	----	-----	---	-----	T19	Optativa	60	<b>Criação da disciplina Optativa</b>
<b>QUARTO PERÍODO</b>											
T20	Negócios Florestais e Agronegócios Alternativos	60		T20	Negócios Florestais e Agronegócios Alternativos	60		T21	Negócios Florestais e Agronegócios Alternativos	60	

T21	Cadeias Produtivas das Grandes Culturas I	60		T21	Cadeias Produtivas das Grandes Culturas I	60		T22	Cadeias Produtivas das Grandes Culturas I	60	
T22	Empreendedorismo e Inovação no Agronegócio	60		T22	Empreendedorismo e Inovação no Agronegócio	60		T23	Empreendedorismo e Inovação no Agronegócio	60	
T23	Administração de Suprimentos e Logística	60		T23	Administração de Suprimentos e Logística	60		T24	Administração de Suprimentos e Logística	60	
T24	Sistema de Informação Gerencial em Agronegócio	60		T24	Sistema de Informação Gerencial em Agronegócio	60		T25	Sistema de Informação Gerencial em Agronegócio	60	
T25	Projeto Integrador II	60		T25	Projeto Integrador II	90	<b>CH ampliada 30H</b>	T26	Projeto Integrador II	60	<b>CH reduzida para criação da OPTATIVA</b>
<b>QUINTO PERÍODO</b>											
T26	Manejo e Conservação do Solo e da Água	60		T26	Manejo e Conservação do Solo e da Água	60		T27	Manejo e Conservação do Solo e da Água	60	
T27	Tecnologia de Produtos Alimentícios Agropecuários	60		T27	Tecnologia de Produtos Alimentícios Agropecuários	60		T28	Tecnologia de Produtos Alimentícios Agropecuários	60	
T28	Higiene e Segurança do Trabalho	60		T28	Higiene e Segurança do Trabalho	60		T29	Higiene e Segurança do Trabalho	60	
T29	Cadeias Produtivas das Grandes Culturas II	60		T29	Cadeias Produtivas das Grandes Culturas II	60		T30	Cadeias Produtivas das Grandes Culturas II	60	

T30	Controle de Pragas e Doenças	60		T30	Fitossanidade Aplicada ao Agronegócio	60	<b>Mudança de nomenclatura</b>	T31	Fitossanidade Aplicada ao Agronegócio	60	
T31	Gestão da Produção em Piscicultura	60		T31	Gestão da Produção em Piscicultura	60		T32	Gestão da Produção em Piscicultura	60	
<b>SEXTA PERÍODO</b>											
T32	Gestão de Armazenagem e Beneficiamento	60		T32	Gestão de Armazenagem e Beneficiamento	60		T33	Gestão de Armazenagem e Beneficiamento	60	
T33	Comercialização e Marketing no Agronegócio	60		T33	Comercialização e Marketing no Agronegócio	60		T34	Comercialização e Marketing no Agronegócio	60	
T34	Assistência Técnica e Extensão Rural	60		T34	Assistência Técnica e Extensão Rural	60		T35	Assistência Técnica e Extensão Rural	60	
T35	Planejamento e Gestão de Projetos	60		T35	Planejamento e Gestão de Projetos	60		T36	Planejamento e Gestão de Projetos	60	
T36	Gestão de Pequenas e Médias Propriedades Rurais	60		T36	Gestão de Pequenas e Médias Propriedades Rurais	60		T37	Gestão de Pequenas e Médias Propriedades Rurais	60	
T37	TCC	60		T37	TCC	60		T38	TCC	60	
T38	Estágio supervisionado	120		T38	Projeto Integrador III	90	<b>Mudança de disciplina e carga horária</b>	T39	Projeto Integrador III	60	<b>CH reduzida para criação da OPTATIVA</b>

### **7.10. Curricularização da extensão**

Os Núcleos de Pesquisa e Geradores de Extensão são apresentados institucionalmente e convergem para a consecução da missão da Universidade e de seus princípios, gerando os respectivos produtos de interação de ensino – uma vez que são desenvolvidos no âmbito das disciplinas de forma complementar; de pesquisa – na medida em que promove a aquisição de competências inerentes ao ato investigativo no processo de ensino, identificando a necessidade de geração de novos conhecimentos; e de extensão – que possibilita a associação direta dos conteúdos e metodologias desenvolvidas no ensino e nas práticas investigativas com as ações de interação e intervenção social.

Na Universidade Estadual do Tocantins, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão é concebida como princípio institucional e pedagógico indispensáveis para a formação profissional.

O desenvolvimento das atividades acadêmicas associadas tem por objetivo possibilitar ao estudante os meios adequados para ampliar os conhecimentos indispensáveis à sua formação, além de despertar e fomentar suas habilidades e aptidões para a produção de cultura. Apresentando como princípio nortear a INSTRUÇÃO NORMATIVA/CONSEPE/N. 001/2017 que objetiva e estabelece os procedimentos para institucionalização das ações de extensão no âmbito da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS.

As atividades curriculares de extensão estarão inseridas na Matriz curricular, distribuídas ao longo do processo de formação e serão realizadas de modo indissociável com as atividades de ensino, nas disciplinas obrigatórias ou eletivas e através dos programas, projetos institucionalizados, Trabalho de Conclusão de Curso, de Pesquisas e ainda através das Atividades Complementares.

A proposta atende à necessidade de adequação à Resolução CNE/CES nº7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024, que parte da concepção de que a extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula atividades de ensino e pesquisa promovendo, assim, o vínculo e aproximação necessária para estabelecer a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

A proposta atende ainda à Política Nacional de Extensão e ao disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional da Unitins (2018-2022), no item 4.2 Plano/Estudo e Estratégias de Curricularização, no qual consta a meta “Curricularização (creditação da

Extensão)”. Além desta, atende plenamente à Instrução Normativa 005/2019 GABREITOR que “regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual do Tocantins.

Nesse caso, a integrar a prática extensionista na matriz curricular do Curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio se torna uma ação-resposta a estas demandas e mais ainda, como forma de consolidar o caráter transformador da relação Universidade e seu entorno. A Extensão universitária é pensada aqui na mesma perspectiva sinalizada por Freire (2001): não é um processo impositivo da lógica universitária para a comunidade; não se trata de uma comunicação de um núcleo intelectual que objetifica o outro sujeito ou cenário social, mas trata-se de um verdadeiro diálogo, que se propõe sistemático, porém sempre aberto à multiplicidade de representações de mundo.

A perspectiva da Universidade será sempre a de compreensão e acolhimento das diferentes lógicas culturais e visões sobre comportamento social, organização e desenvolvimento cultural e humano e os diversos significados e subjetividades que constitui as comunidades que estarão vinculadas à prática extensionista definida no Curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio. A opção metodológica que orientará essas ações é a metodologia participativa que é entendida como um conjunto de procedimentos através dos quais os sujeitos (internos ou externos à universidade), envolvidos no projeto estão interligados em dispositivos de consulta, diagnósticos, ensino, pesquisa, capacitação, diálogos efetivamente elaborados para alcançar objetivos em comum.

Do mesmo modo, utilizaremos a pesquisa-ação como fundamental para o desenvolvimento de uma visão e uma prática educativa que permite aos estudantes se professores a compreensão das singularidades do cotidiano comunitário e a participação deles. Essas ações contribuirão para consolidar o sentido de práxis extensionista em uma visão aberta do trabalho intelectual, possibilitando que a extensão se constitua em seu compromisso social, fonte de conhecimento e de capacitação para todos os envolvidos, uma vez que ela propicia às comunidades externas à universidade acesso a informações científicas e tecnológicas em áreas diversas de atuação, bem como a formas de expressão artística ou cultural, cooperando, de certo modo, na construção de novos conhecimentos.

Nessa perspectiva, a extensão torna-se um importante veículo de informação para o mundo acadêmico, já que se institui como uma riqueza de contatos; estimula a vida cultural nos câmpus e de seu entorno e revigoram-se ações transformadoras na

sociedade. A extensão universitária pode ser conduzida através de metodologias diversas, no entanto, a metodologia participativa e a pesquisa-ação conquistam um lugar importante em projetos de extensão que mobilizam as comunidades externas.

Nesse sentido, no primeiro semestre de 2022 teve início os trabalhos do NDE no que se refere à estruturação das Ações Curriculares de Extensão do curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio.

Em conformidade com os temas e disciplinas do curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio, a ideia inicial é produzir um ambiente no qual o colegiado é levado a se interessar pela inserção de diferentes disciplinas no âmbito da curricularização da extensão. O NDE entende essa possibilidade como uma forma de adaptação aos distintos textos e contextos pressupostos nos trabalhos de pesquisa-ação participativa.

No quadro abaixo, segue a proposta das ações a serem desenvolvidas

Disciplinas da Curricularização da Extensão	Ações de Extensão
Cadeias Produtivas da Hortifruticultura	A disciplina de Hortifruticultura, os acadêmicos desenvolverão ações de extensão relacionadas à avaliação e custo de produção, controle de qualidade dos produtos, beneficiamento e armazenagem dos produtos produzidos pelos produtores da região de Paraíso.
Projeto Integrador II	Os acadêmicos irão a campo nas propriedades rurais ou outra organização agroindustrial, tais como empresas agrícolas, empresas prestadoras de serviços para meio rural, cooperativas agrícolas, instituições públicas ou privadas dedicadas à pesquisa ou extensão rural, prefeituras e demais instituições públicas que desenvolvam atividades em áreas afins do curso desenvolver ações de gestão administrativa e gestão no processo da cadeia produtiva de aptidão agrícola voltada para cada caso estudado.
Assistência Técnica e Extensão Rural	As ações da componente curricular de Assistência Técnica e Extensão Rural irão ocorrer nas propriedades e comunidades locais e aos redores dos municípios de Paraíso do Tocantins. Sempre tentando atender as comunidades mais carentes e com falta de assistência técnica, como por exemplo: hortas comunitárias, assentamentos de reformas agrárias e produtores familiares.
Projeto Integrador III	As ações da componente curricular de Projeto Integrador III acontecerá de forma integrada com as disciplinas no 6º período onde o acadêmico colocará em prática todo conhecimento adquirido no curso. Práticas de

gestão, organização, orientação, consultoria, avaliação em empresas agrícolas, empresas prestadoras de serviços para meio rural, cooperativas agrícolas, instituições públicas ou privadas dedicadas à pesquisa ou extensão rural, prefeituras e demais instituições públicas que desenvolvam atividades em áreas afins do curso.

Os Planos de Trabalho dos Componentes Curriculares mencionados acima serão vinculados a um Programa de Incentivo à Coordenadoria de Extensão e Desenvolvimento Social, “**Assistência Técnica Rural e os Desafios do Agronegócio**”. No Plano de ensino de cada disciplina deve-se detalhar as atividades, o cronograma, a metodologia, a forma de avaliação e o registro do planejamento das ações pedagógicas de Extensão.

As Ações de Extensão curriculadas serão conduzidas por um docente, com carga horária de extensão e por um Coordenador do Programa de Incentivo à Extensão Curricular.

A curricularização do curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio está integralmente de acordo no sentido os objetivos propostos em documentos normativos e com as necessidades local e regional.

#### **7.11. Cooperação e internacionalização universitária**

Atualmente um dos maiores desafios da ciência no Brasil é disseminá-la para além do território nacional. A internacionalização, neste contexto, se torna fundamental para o fortalecimento do ensino e disseminação da pesquisa desenvolvida no Brasil em nível global. A Unitins como Universidade pública e Estadual do Tocantins, compreendendo esta necessidade e entendendo que associações em rede e parcerias interinstitucionais fortalecem a Universidade como entidade geradora de conhecimento, visa neste momento se conectar em nível: regional, nacional e internacional. A troca de expertise promovida pelo intercâmbio de alunos e professores significa o primeiro passo da Universidade para ganhos ainda maiores, ou seja, aqueles provenientes da troca científica, tecnológica e cultural impulsionada pela vinda de professores e alunos estrangeiros para a Unitins e o Estado do Tocantins.

Nos últimos anos, o Brasil registrou avanços significativos em relação à internacionalização no Ensino Superior, por meio de iniciativas como: O programa Ciências Sem Fronteiras, e CAPES-PRINT, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A internacionalização no Ensino Superior se insere no contexto

de desenvolvimento global, trazendo impactos positivos nas esferas educacionais, sociais, econômicas e culturais das Universidades. Além de posicioná-las em um cenário mundial.

Nesta perspectiva, a Unitins buscará desenvolver Políticas de Internacionalização para a promoção de cooperações internacionais bilaterais com instituições do exterior, visando à mobilidade acadêmica e o desenvolvimento de pesquisa em parceria; oferta de cursos em plataforma online; participação em editais de fomento a ações de internacionalização; participação em projetos internacionais de popularização de ciências e projetos internacionais culturais e educativos; e a criação do Plano Institucional de Internacionalização. Além disso, buscará alinhar a internacionalização “em casa” com políticas linguísticas que promovam o ensino de idiomas estrangeiros para fins acadêmicos a partir da graduação.

Dentro desta visão, a Unitins reconhecendo a importância de formar cidadãos conscientes e proativos diante de necessidades globais, elege a internacionalização como uma das áreas prioritárias de seu planejamento de desenvolvimento institucional (PDI) no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

## **8. PROPOSTA PEDAGÓGICA**

A proposta pedagógica da Unitins, busca o desafio da formação de um novo profissional capacitado para exercer mais que sua profissão. Um profissional que seja capaz de contextualizar o conhecimento adquirido, utilizando suas competências e habilidades na perspectiva de contribuir positivamente no meio em que vive e em que trabalha. Para tanto, trabalhar os conteúdos de forma fragmentada, cartesiana, disciplinar e individualizada não será suficiente para a formação de um cidadão capaz de contribuir para a transformação do meio em que vive.

A perspectiva interdisciplinar envolve a diversidade das disciplinas, que se complementam, gerando uma nova metodologia, um novo tipo de pessoa, mais humana, democrática e, ao mesmo tempo, mais crítica. As disciplinas se interagem, gerando o sujeito coletivo, que valoriza todo o processo do conhecimento, como ele acontece, não somente pensando em seu resultado.

O conceito de interdisciplinaridade é fundamental na educação contemporânea, porém a sua compreensão implica em um desafio para os professores. Ivani Fazenda (2013) assegura que a atitude interdisciplinaridade requer reciprocidade, diálogo, humildade, envolvimento e comprometimento e compromisso.

A interdisciplinaridade pressupõe uma maneira de produção do conhecimento que implica em uma troca de teorias e metodologias, produzindo então novos conceitos,

procurando assim atender a natureza múltipla de complexidades fenomenológicas, tratando-se a importância de averiguar a pertinência e a relevância das diversas áreas do conhecimento a serem trabalhados e estimulados no currículo.

Esse desafio interdisciplinar exige colaboração, tempo para planejar, refletir e agir sobre o significado e a repercussão na vida acadêmica do estudante. Muitas vezes, nas instituições, apenas se prepara uma atividade para se desenvolver em conjunto entre as disciplinas, e o objetivo desse trabalho não fica claro para os participantes, prejudicando o resultado, diminuindo o conceito e o benefício da interdisciplinaridade no contexto universitário, que fica somente no plano conceitual.

O planejamento, os conteúdos, as metodologias utilizadas pelos educadores fazem toda diferença na formação do estudante. Nesse sentido, a educação deve ser trabalhada, de forma interdisciplinar, na qual este acadêmico é ativo, capaz de desenvolver seu próprio conhecimento, por meio de ações, atitudes, que vão além das teorias, como nos diz Severino: “[...] só se é algo mediante um contínuo processo de agir; só se é algo mediante a ação” (FAZENDA, 2009, p.31).

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico – PPC - da Unitins propõe a interdisciplinaridade como uma atitude de ousadia necessária e fundamental para formação profissional, humana e social, bem como para a sustentabilidade do ensino superior.

### **8.1. Metodologia de ensino**

A Instituição considera que a existência humana adquire significados e sentidos, à medida que o ser humano passa a atuar de forma crítica e consciente na construção da sociedade em que está inserido. A Unitins assume a educação como fenômeno e processo de formação e interação social que conduz as pessoas à plena participação produtiva e crítica na sociedade.

Princípios e valores, como a dignidade, a solidariedade, a justiça, o respeito ao próximo e a autonomia com responsabilidade, permeiam por todas as ações ofertadas a fim de contribuir para o crescimento humano e profissional dos indivíduos em suas respectivas comunidades.

O conhecimento evolui rapidamente, exige uma educação voltada para a autonomia do acadêmico, o que implica uma metodologia do “aprender a aprender”, ancorada na produção do conhecimento, por meio da investigação e da solução de problemas. Paralelamente, grandes mudanças têm ocorrido no campo virtual a partir dos avanços das tecnologias da informação e da comunicação, trazendo um desafio enorme para as áreas de conhecimento.

As metodologias devem auxiliar nos processos de democratização do conhecimento acadêmico, promoção da interdisciplinaridade, valorização da dimensão tempo/espaço escolar-acadêmico, como construção subjetiva; (re)significação de paradigmas educacionais e ampliação do processo dialético teoria-prática. Com isso, amplia-se mais seu compromisso político-social, o acesso e a permanência com êxito no ensino superior; respeitar a diversidade e os ritmos próprios nos processos de aprendizagem discentes; utilizar as tecnologias de informação e comunicação como apoio à ação pedagógica; e socializar o conhecimento por meio da convergência das mídias, complexo de laboratórios e núcleos na prestação de serviços à comunidade e à sociedade.

Nesta perspectiva, neste curso de graduação, além dos aspectos específicos ao processo de ensino e aprendizagem, serão consideradas práticas educativas inovadoras e criativas, de forma geral, que permeiam as diretrizes que direcionam a proposta metodológica implementada, dentre elas o uso de metodologias ativas.

As metodologias ativas são estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível a trazer contribuições importantes para o desenho de soluções atuais para os aprendizes de hoje interligados num mundo conectado e digital.

Considerando que a personalização do ensino, na concepção dos aprendizes, é o movimento de construção de caminhos que façam sentido para cada um, que os motivem a aprender, e os levem ao processo de serem mais protagonistas e responsáveis pela aprendizagem. Essa forma de construir o conhecimento traz mais respostas as inquietações e pode relacioná-las com seu projeto de vida e sua visão de futuro, principalmente ao contar com a mediação do docente nas práticas educativas.

Seguindo a abordagem problematizadora adotado no curso, e o cenário da Quarta Revolução Industrial e da era digital, a educação apresenta um novo paradigma onde a informação encontra-se na rede das redes, acessível a todos, sem limite de tempo e espaço.

Nessa perspectiva, surge a necessidade do desenvolvimento de ações como propõem Araripe e Lins (2020) que valorizem a criação, a experimentação e a validação de práticas pedagógicas com inovação e inserção das TDIC, considerando: a) a aproximação de suas dimensões de pesquisa e ação; b) diferentes formatos de ensino e aprendizagem, sejam eles presenciais, online ou suas hibridizações.

Desse modo, as inovações pedagógicas buscam novas formas para promoverem a elaboração e a administração do currículo, de forma diferenciada, por meio de uma perspectiva inovadora e criativa de programas e projetos, materiais

curriculares, estratégias de ensino e aprendizagem, modelos didáticos, visando à construção dos conhecimentos relevantes, que possibilitem a formação integral dos alunos.

## **8.2. Princípios estruturadores**

**DIVERSIDADE:** respeitar os desafios e os dilemas do multiculturalismo, em face das diversidades étnico-culturais.

**AUTONOMIA:** considerar o olhar do aluno sobre a sua realidade; romper com a cultura de dependência ao professor; e desenvolver atitude reflexiva diante das práticas avaliativas e do estudo.

**INVESTIGAÇÃO:** possibilitar a capacidade de agir, refletir na ação e sobre a ação; desenvolver uma postura questionadora, sobretudo uma ação educativa inserida em um contexto de relações sociais, políticas, econômicas, culturais e pedagógicas.

**TRABALHO COOPERATIVO:** elaborar uma proposta pedagógica que resulte da compreensão e da responsabilidade individual e coletiva.

**DIALOGICIDADE:** potencializar o diálogo social como estratégia de aproximação dos saberes acadêmicos e populares entre a Universidade e a sociedade.

**CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO:** organizar o currículo de todos os cursos nessa modalidade por meio da vivência de construção do conhecimento, em um processo que se constitui em momentos articulados de ação-reflexão-ação.

Nesse sentido, para atingir os objetivos institucionais propostos no PDI, a IES segue os princípios filosóficos definidos no Artigo 2º do seu Estatuto:

Indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão; unicidade, gestão democrática participativa, diálogo e cooperação para a administração geral da Unitins; racionalidade de organização para valorização e segurança de seus recursos humanos e materiais; formação cidadã, respeito à laicidade, à liberdade, à diversidade e ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, sem discriminações de qualquer natureza; valorização da universalidade e relatividade do conhecimento e saberes visando à interdisciplinaridade, à defesa da democratização da educação no que concerne à qualidade, à gestão, à igualdade de oportunidade de acesso e condições para a permanência dos discentes com garantia de padrão de qualidade e socialização de seus benefícios; defesa da democracia, estímulo à cultura, à arte, à elaboração e divulgação do conhecimento científico, tecnológico, socioeconômico e político para o desenvolvimento do estado do Tocantins e do país; vinculação entre a educação, o trabalho, as práticas sociais, direitos humanos e meio ambiente, bem como, a

valorização das experiências formais e não formais, a interação com a sociedade e com outras instituições públicas e privadas visando a cooperação educacional, internacional.

### **8.3. Coerência do currículo com a proposta pedagógica**

A proposta pedagógica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio contempla a utilização irrestrita de ferramentas e instrumentos educacionais que possibilitam a construção completa e profunda do conhecimento epistemológico. Para tanto, o curso estimula e capacita seus docentes sobre Metodologias ativas de aprendizagem que pavimentam as estradas a serem percorridas ao longo do curso objetivando o enquadramento do discente nas propostas do Perfil do Egresso.

Desta forma, a construção do currículo do curso previu em suas diretrizes todos os componentes básicos e profissionalizantes que contemplam a formação integral do Tecnólogo dentro das diretrizes educacionais previstas pela UNITINS.

## **9. ATIVIDADES ARTICULADAS AO ENSINO GERAL**

As atividades acadêmicas específicas são aquelas que, em articulação com os demais componentes curriculares, integram a formação do aluno. Consideram-se atividades acadêmicas primordiais para a formação dos alunos e integrantes do processo de ensino-aprendizagem:

- I – Estágio supervisionado não obrigatório;
- II – Trabalho de conclusão de curso;
- III – Atividades complementares.
- IV – Projeto Integrador

As atividades acadêmicas específicas proporcionam um exercício de residência social e profissional, articulando um pensar-refletir crítico, criativo e proativo na construção do conhecimento sobre a realidade social. As regras gerais para os Estágios não Obrigatórios, as Atividades Complementares e TCC são fixadas através de regulamentos aprovados pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE.

### **9.1. Estágio curricular não obrigatório**

O Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescido à carga horária regular e obrigatória, caracterizado como atividade adicional à formação, realizado por livre escolha, com aprovação da instituição. Esse estágio tem por objetivo proporcionar e ampliar a formação acadêmico/profissional promovendo a

integração social do estudante.

Nos termos da Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, art. 1º “estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos”.

O Estágio poderá ser executado em órgãos da administração pública direta e indireta, nas esferas municipal, estadual e federal; organizações do setor privado; e/ou organizações não governamentais, desde que apresentem as condições adequadas para a formação profissional do acadêmico e para celebração de convênio com a UNITINS.

O estágio deve ser planejado e realizado conforme a Política e Regulamento do Estágio Obrigatório e Não obrigatório, aprovado pelo CONSEPE e CONSUNI, em novembro de 2019.

## **9.2. Trabalho de conclusão de curso**

O trabalho de conclusão de curso (TCC) corresponde a uma produção acadêmica que expressa as competências e habilidades desenvolvidas pelo aluno, assim como os conhecimentos por este adquiridos durante o curso de graduação. Ao longo das vivências formativas, o acadêmico irá exercitando a construção de sínteses reflexivas textuais evidenciando tais expedientes objetivamente em avaliações elaboradas e supervisionadas para tal fim, bem como a elaboração de planos de trabalho, relatórios de atuação acompanhados pelo professor da disciplina.

O TCC caracteriza-se como um trabalho de iniciação científica escrito, individual, decorrente preferencialmente das atividades de Estágio Supervisionado com foco na prática reflexiva, que leva o acadêmico, a aprofundar e sistematizar os conhecimentos sobre a teoria e a prática educativa vivenciadas com a orientação do professor da disciplina, consoante a profissão e o curso de graduação.

A avaliação dos trabalhos será realizada por uma comissão de docentes. O objetivo da proposta apresentada centra-se em situações concretas para que o estudante busque refletir e compreender com ferramentas conceituais, os objetivos necessários para uma prática reflexiva dentro do universo profissional da sua escolha. Para tal prioriza-se o desenvolvimento da autonomia cognitiva, o despertar para a construção de cartografias de aprendizagem e a experimentação do aprender mediante suportes convencionais da presencialidade in loco dos acadêmicos.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) integra o Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) de licenciatura, tecnólogo e bacharelado da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), constitui atividade acadêmica de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo, sendo o resultado do desenvolvimento de um projeto de pesquisa bibliográfica, descritiva e/ou experimental, realizada sob orientação docente, cuja exigência é requisito obrigatório para integralização curricular dos cursos.

O TCC busca integrar diversas áreas do conhecimento e, principalmente, articular os conhecimentos vivenciados e relacionados às competências e habilidades desenvolvidas pelo acadêmico ao longo do curso, contribuindo, assim, para a sua formação profissional. Como produto final de um trabalho de pesquisa fundamentado no rigor metodológico da ciência, o TCC sistematiza concepções e práticas dos processos sociais.

No âmbito da Unitins, o TCC poderá ser apresentado no formato de monografia, artigo científico para publicação, resumo expandido. Todos os formatos devem seguir a finalidade, a abordagem, os objetivos e os procedimentos da pesquisa científica.

O trabalho de conclusão do curso deverá ser planejado e realizado conforme as diretrizes gerais do TCC da Unitins e manual próprio do curso, aprovado pelo NDE em 13 de setembro de 2022. Aprovado pela Câmara de Graduação em 29 de setembro de 2022.

### **9.3. Projeto integrador**

Para efeito de conceituação, considera-se o Projeto Integrador como uma estratégia pedagógica, de caráter interdisciplinar, constituída de etapas e fases e como um eixo articulador do currículo (disciplina ou tema), no sentido da integração curricular e da mobilização, realização e aplicação de conhecimentos que contribuam com a formação de uma visão do todo no decorrer do percurso formativo do educando. Por este enfoque, a utilização do Projeto Integrador sinaliza para a construção de competências pelo aluno a partir da realização conjunta do trabalho em equipe, da pesquisa sistematizada, do envolvimento do corpo docente, da adoção de escrita normatizada e de estratégias de apresentação oral de trabalhos interdisciplinares nos semestres letivos que compõem o curso. Na prática, observa-se que, além da interdisciplinaridade praticada, o PI induz o princípio da transversalidade entre os conteúdos de ensino através de um eixo integrador desse currículo, o qual visa estabelecer a interface (ponto de ancoramento comum) entre as disciplinas e promover a articulação de conhecimentos no semestre letivo trabalhado.

Assim, a matriz do curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio,

associada com uma ferramenta de articulação como o PI, levará o processo de ensino-aprendizagem à transdisciplinaridade do currículo e uma melhor compreensão dos conteúdos vivenciados pelo educando.

O projeto integrador será uma atividade que integrará os conteúdos das disciplinas dos semestres letivos anteriormente vivenciados bem como a integração dos acadêmicos com a sociedade (unindo ensino, pesquisa e extensão). Estruturado a partir de atividades que integram os conteúdos com vistas ao desenvolvimento da interdisciplinaridade e ao raciocínio crítico e reflexivo dos alunos, por meio da utilização de questões problemas relativos aos conteúdos ministrados.

O Projeto Integrador do curso deverá ser planejado e realizado conforme regulamento próprio do curso, aprovado pelo NDE em 21 de maio de 2022. Aprovado pela Câmara de Graduação em 30 de junho de 2022.

#### **9.4. Atividades complementares**

A formação profissional tendo como um dos seus princípios explicitar a unidade teoria-prática busca mediar o aprofundamento da formação acadêmica em áreas específicas relacionadas à formação para a docência, contemplados nos seguintes aspectos: iniciação científica, iniciação à docência e monitoria. Esses aspectos compõem na organização curricular as Atividades Complementares (AC). Em consonância ao parecer CES/CNE nº 239/2008 onde apresentou a oferta e a carga horária das Atividades Complementares para os CST onde os Art. 1º Ficam instituídos, nos termos do Parecer CNE/CES nº 239/2008, a forma de oferta e os limites da carga horária das atividades complementares para os cursos superiores de tecnologia. Art. 2º As atividades complementares poderão ser desenvolvidas em instituições de ensino superior ou empresas, públicas ou privadas, ou na própria instituição de origem, visando a propiciar complementação da formação do discente, atendendo ao perfil de atividades estabelecido pela IES.

As Atividades Complementares (AC) desenvolvidas pela IES, possibilitam ao estudante fazer escolhas, conforme suas motivações e necessidades pessoais e profissionais no contexto das opções acadêmicas. Tais atividades ampliam o espaço de participação do aluno no processo de ensino-aprendizagem, no qual deve ser sujeito da relação pedagógica, consoante a tendência da legislação e das políticas educacionais no sentido de flexibilizar os cursos, dando oportunidade ao aluno de buscar uma formação de acordo com suas escolhas profissionais. Assim, as atividades complementares constituem prática relevante para o aprendizado e desenvolvimento permanente de

conhecimentos, além de proporcionar autonomia e flexibilidade para o aluno integralizar o curso.

São previstas para integralização curricular, as Atividades Complementares (AC) que são compostas em três grupos: ensino, pesquisa, extensão. Para efeitos de integralização das atividades complementares, serão valorizados e computados:

I. Participação em Programas de Extensão, Iniciação Científica, projetos, oficinas ou grupos de estudo orientado; em congressos, seminários, simpósios, jornadas, cursos, minicursos, produção técnica ou científica; em projetos de ensino, pesquisa e extensão; Estudo em laboratório de informática; Monitorias; Estágio não obrigatório, e outros, no seu conjunto agregam e ao mesmo tempo compõem as áreas de conhecimento do curso.

### **9.5. Programas ou projetos de extensão**

Com base no princípio e na função social, a Unitins procura sistematizar suas diretrizes e desenvolver suas ações de extensão, de acordo com: a Constituição da República Federativa do Brasil (1988, Art.207); com a Política Nacional de Extensão Universitária (Forproex /2012); Plano Nacional de Educação Lei Nº 13.005/2014 (Meta 12; Estratégia 12.7) e com seu estatuto entre outras.

A Pró-Reitoria de Extensão da Unitins organiza seus Programas de Extensão, seguindo as orientações das áreas temáticas, definidas pelo Forproex, conforme classificação a seguir:

Comunicação; Cultura;  
Direitos Humanos e Justiça; Educação;  
Meio Ambiente; Saúde;  
Tecnologia e Produção; Trabalho.

As ações/atividades extensionistas da Pró-Reitoria de Extensão da Unitins se concretizam em consonância com o Plano Nacional de Extensão, e seguem as seguintes modalidades de ações estruturais de extensão: programas; projetos; cursos e oficinas; eventos; prestação de serviços; produtos acadêmicos.

## **10. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO**

### **10.1. Avaliação do processo de ensino-aprendizagem**

Os princípios defendidos no Projeto Pedagógico Institucional e pela prática acadêmica, ao que se refere a avaliação do processo ensino/aprendizagem concebida pela Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, resguarda a contextualização da avaliação para estimular o desenvolvimento de habilidades e competências, através de

técnicas e metodologias de intervenção em situações possíveis de atuação.

As avaliações são efetuadas ao final de cada unidade programática, em número de duas a cada período letivo. A composição das avaliações é expressa em notas e desenvolvida em cada unidade programática.

Para aprovação, o aluno deverá obter média igual ou superior a 6,0 (seis), resultante da média aritmética das avaliações do semestre (A1 e A2), além de no mínimo, 75% de frequência. Para os estágios curriculares e para os cursos que tenham Trabalho de Conclusão de Curso – TCC os critérios para aprovação estão descritos das diretrizes gerais do Trabalho de Conclusão de Curso.

## **10.2. Sistema de autoavaliação do curso**

A metodologia utilizada pela comissão de avaliação institucional é uma metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa, e se dará globalmente a cada semestre, ou, ainda, a qualquer momento em função de uma necessidade identificada. Os métodos adotados para a autoavaliação partem do individual para o coletivo, favorecendo a convergência de informações em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados.

Passos para a Realização da Avaliação Interna:

1ª Etapa: Preparação:

- Constituição da CPA.
- Elaboração do Plano de Trabalho.
- Sensibilização.

2ª Etapa: Desenvolvimento:

- Realização de seminários, reuniões e debates.
- Sistematização de demandas/ideias/sugestões.
- Definição dos grupos de trabalho e dos instrumentos de coleta de dados.
- Elaboração dos relatórios de cada tema.
- Apresentação e discussão dos resultados.

3ª Etapa:

- Elaboração, divulgação e análise do relatório parcial.
- Balanço crítico do processo avaliativo.

Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações

O objetivo dessa etapa é incorporar os resultados encontrados na avaliação e buscar, a partir deles, a melhoria da qualidade na IES. As ações previstas nessa etapa são:

- organização das discussões dos resultados pela comunidade acadêmica;
- elaboração de um relatório final que deve expressar os resultados das discussões e a análise e interpretação dos dados;
- divulgação para a comunidade dos resultados obtidos;
- planejamento da aplicação dos resultados visando ao saneamento das deficiências encontradas.

### **10.3. Avaliações oficiais do curso**

A proposta de avaliação do curso atende a uma exigência formal de caráter acadêmico e se impõe como necessidade política e pedagógica no sentido da contínua busca de aperfeiçoamento do trabalho pedagógico na direção de novas oportunidades de conhecimento. Para tanto, se constituirá num marco favorável à explicitação da unidade teoria-prática e ao diálogo entre alunos e professores com a finalidade de compreender os processos desenvolvidos na relação pedagógica e os resultados alcançados.

Nesse sentido, a avaliação interna será constante, com momentos específicos para discussão, contemplando a análise global e integrada das diferentes dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades e finalidades da instituição e do respectivo curso em questão. Para isso, a Comissão Permanente de Avaliação (CPA), Comissão Própria de Avaliação (CPA), com atuação autônoma e atribuições de conduzir os processos de Autoavaliação Institucional, sendo responsável pela coordenação do processo de autoavaliação da instituição, desde a elaboração do método, implementação e sistematização dos resultados e elaboração do Relatório Anual de Autoavaliação Institucional. Estas ações são realizadas com base nos princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Além disso, serão consideradas nas avaliações externas, os resultados obtidos pelos alunos do curso no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e os dados apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O resultado dessas avaliações periódicas apontará a adequação e pertinência do projeto do curso e para que se preveja as ações acadêmico-administrativas necessárias a serem implementadas.

### **10.4. Comissão permanente de avaliação CPA**

A Autoavaliação Institucional, também denominada avaliação interna, é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói o autoconhecimento de sua realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para

melhorar a qualidade educativa e de gestão e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica tanto as fragilidades quanto as potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas.

O processo de autoavaliação, ou avaliação interna, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Unitins. No âmbito da Unitins, a Autoavaliação Institucional da Universidade, realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), segue as determinações estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituídos pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que tem por objetivo assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, avaliar as instituições de educação superior, os cursos de graduação e o desempenho acadêmico.

Essa lei que avalia a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, a efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e das responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

O processo de autoavaliação institucional, que compreende um autoestudo, abrange cinco Eixos que contemplam as definidas no art. 3º da Lei 10.861/2004 que institui o Sinaes.

### **Eixos e Dimensões Sinaes**

#### **Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional**

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

#### **Eixo 2: Desenvolvimento Institucional**

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

#### **Eixo 3: Políticas Acadêmicas**

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

#### **Eixo 4: Políticas de Gestão**

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

**Eixo 5: Infraestrutura Física**

Dimensão 7: Infraestrutura Física

Dentro de cada um dos eixos relacionados acima, avalia-se 10 dimensões postuladas pelo Sinaes. Estas dimensões são utilizadas como referencial para a análise crítica da qualidade da atuação acadêmica e social da Unitins, com vistas ao cumprimento de sua missão.

**As 10 dimensões avaliadas são:**

**Dimensão 1:** A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), avalia o atendimento institucional no que se refere a missão, visão e valores estabelecidos no PDI, assim como o planejamento didático-instrucional e as políticas de ensino de graduação e de pós-graduação.

**Dimensão 2:** A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão, avalia as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

**Dimensão 3:** A responsabilidade social da instituição, avalia especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

**Dimensão 4:** A comunicação com a sociedade, avalia o processo e nível de eficiência da comunicação das ações institucionais com a comunidade interna e externa.

**Dimensão 5:** As políticas de pessoal, avalia as políticas e os programas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo, associando-os a planos de carreira condizentes com a magnitude das tarefas a ser desenvolvidas e a condições objetivas de trabalho.

**Dimensão 6:** Organização e gestão da instituição, avalia especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

**Dimensão 7:** Infraestrutura física, analisa a infraestrutura da instituição, relacionando-a às atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e às finalidades próprias da IES, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

**Dimensão 8:** Planejamento e avaliação, avalia a evolução institucional a partir

dos processos de planejamento e avaliação institucional a partir de seus projetos/processos de autoavaliação institucional, o nível de participação da comunidade acadêmica, além da avaliação externa com a análise e divulgação dos resultados e a elaboração do relatório de autoavaliação, ou seja, busca-se os resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

**Dimensão 9:** Políticas de atendimento aos estudantes, avalia as formas como os estudantes estão sendo integrados à vida acadêmica e aos programas nos quais a Unitins busca atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil.

**Dimensão 10:** Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior, esta dimensão avalia a capacidade de gestão e administração do orçamento e as políticas e estratégias de gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e na obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas.

As Avaliações Internas realizadas pela Universidade Estadual do Tocantins – Unitins tem como objetivos centrais:

- Produzir conhecimento.
- Discutir os sentidos do conjunto de atividades e finalidades da IES.
- Identificar as causas de seus problemas e suas deficiências.
- Aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo.
- Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais.
- Tornar mais efetiva a vinculação da IES com a comunidade.
- Avaliar a relevância científica e social de suas atividades e produtos.
- Utilizar os resultados da Avaliação Institucional para a elaboração de metas e ações da Instituição com a finalidade de corrigir falha ou de melhorar o ensino, a pesquisa e a extensão.
- Tornar mais efetiva a vinculação da IES com a comunidade.
- Prestar contas à sociedade.

A composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA), tem seus critérios definidos no Art. 7º, da **RESOLUÇÃO/CONSUNI/Nº 010, DE 22 DE JUNHO DE 2022.**

Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Coordenador geral – Servidor efetivo indicado pelo reitor;

- Um representante do corpo Docente;
- Um representante do corpo Técnico-administrativo;

- Um representante do corpo Discente;
- Um representante da Sociedade Civil Organizada;

Em cada Campus da IES há a composição da CPA seguindo os mesmos moldes citados acima com exceção da figura do coordenador.

Com base na análise dos dados compilados da Primeira Avaliação Institucional da Unitins 2021, as seguintes ações foram propostas pela CPA, Coordenações dos 16 cursos da IES, Reitoria e Pró-Reitorias, Diretores, Coordenadorias de Curso e Coordenadores de Setor (como o eixo e a dimensão trabalhada no ano de 2021 é bastante específico da CPA, grande parte das ações aqui descritas partiram diretamente dos integrantes da comissão).

As ações foram correlacionadas às suas respectivas fragilidades diagnosticadas nas respostas de toda a comunidade acadêmica e serão implementadas ao longo do ano de 2022 e demais períodos dependendo dos prazos determinados para implantação.

Estas ações estão sendo previstas a partir da análise dos dados e das informações, visando à melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da instituição. Tanto as questões elencadas na Primeira Avaliação Interna da UNITINS do ano de 2021 quanto às ações estratégicas que objetivam superar pontos fracos foram relacionadas às ações e estratégias contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI de forma que se possa fortalecer os objetivos institucionais através do diagnóstico e percepção dos colaboradores desta IES.

Por fim pode ser percebido que o curso de Tecnologia em Gestão de Agronegócio do campus de Paraíso do Tocantins, da Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS, teve participação de 77,08% dos discentes e 100% dos docentes, na última avaliação de 2021. A partir das respostas dos questionários, e até mesmo no decorrer das reuniões com os membros da CPA, demonstra que existe o envolvimento na busca do desenvolvimento institucional da UNITINS.

Os planos de melhorias referente as avaliações oriundas da CPA farão parte do plano de ação da coordenação que deverá elaborá-las junto ao NDE e respectivo Colegiado de Curso, de forma a representar o espírito de coesão e esforço mútuo para a obtenção das melhorias e correções como ato contínuo e sistemático à cultura gerencial do curso.

#### **10.5. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes**

A Unitins possui uma política baseada no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, voltada especificamente para o Exame Nacional de

desempenho de estudantes – ENADE, cujo objetivo é aferir o desempenho dos estudantes em relação a conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidas ao longo do curso, ou seja, acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação e suas habilidades para ajustamento às exigências necessárias. Seus resultados permitirão a construção de referenciais que permitam a definição de ações voltadas à melhoria da qualidade dos cursos de graduação por parte de professores, técnicos, dirigentes e autoridades educacionais.

O Enade é componente curricular obrigatório aos cursos de graduação, conforme determina a Lei nº 10.861/2004. É aplicado periodicamente aos estudantes de todos os cursos de graduação, durante o primeiro (ingressantes) e último (concluintes) ano do curso. Será inscrita no histórico escolar do estudante somente a situação regular em relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

A referida política possui um plano contendo ações permanentes que perpassam por todos os cursos desde o ingresso do acadêmico na instituição até a integralização de seu curso e ações específicas para os cursos a serem avaliados conforme o cronograma do INEP. Tal política reafirma a responsabilidade e o compromisso acadêmico e social dessa instituição de educação superior.

## **11. CORPO DISCENTE**

### **11.1. Atenção aos discentes**

A Unitins entende a necessidade da promoção de políticas de democratização para o ingresso e permanência dos discentes nessa IES, por isso proporciona diferentes formas de acesso aos estudantes das diferentes regiões do Tocantins e do país.

Compõem a política de atendimento aos discentes todos os esforços da Universidade que se empenham para garantir o acesso, a permanência e a conclusão da educação superior pública, de modo a alcançar o melhor desempenho acadêmico, culminando na assistência estudantil. No sentido de ampliar e consolidar a Política de atendimento ao discente, foi instituído em 2015 no âmbito da Pró-reitoria de Extensão, a Coordenação de Assuntos Estudantis e Registros, atualmente a Coordenadoria de Assuntos Estudantis e Esporte, responsável pela coordenação, planejamento, execução, controle, avaliação e monitoramento das ações e serviços inerentes aos assuntos estudantis, de esportes, bem como das ações relacionadas ao estágio não

obrigatório e projetos direcionados aos discentes no âmbito da Unitins. Tendo suas atribuições especificadas no Art. XVIII do Regimento da Extensão da Unitins.

Em 2017, iniciou-se um processo de construção da Política de Assistência Estudantil, com a participação dos acadêmicos da Unitins. Essa Política de Assistência Estudantil visa à implementação de ações e serviços, integrados e indissociados do ensino, da pesquisa e da extensão, que impactem na diminuição da evasão, da retenção nos cursos da IES, no enfrentamento das desigualdades estruturais e regionais, produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico, e na promoção da participação, da autonomia, e do respeito às pluralidades e diversidades.

A Universidade desenvolve ações e serviços orientados ao bem-estar, à segurança, à afirmação da cidadania e à autoestima do discente. Busca, entre outros, a retenção do estudante na Universidade, bem como potencializar o seu aprendizado e, enfim, sua formação profissional e humana, proporcionando equidade de oportunidades.

A política de atenção ao discente da Unitins se efetiva por meio de ações que estimulam a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, permitindo a permanente e contextualizada atualização profissional específica. Além disso, têm as atividades de extensão e curricularização, projetos sociais, artísticos, culturais, iniciação científica, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, representação estudantil, entre outros, como o Núcleo Docente Estruturante, o Projeto de Nivelamento, da inclusão digital, acessibilidade, cultura e apoio pedagógico e psicológico.

A Instituição mantém programas sistemáticos de iniciação científica como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic Unitins/CNPq, com a concessão de bolsas aos estudantes e disponibilização de recursos pelo governo do estado. A Unitins conta também com programa de monitoria acadêmica nos cursos presenciais desde 2013 e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão Universitária, PIBIEX.

## **11.2. Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro**

Por meio da Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação da Unitins é desenvolvido Programa Institucional de Bolsas e Voluntários de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação -PIBIC/PIBITI/PIVIC, com enfoque para o apoio pedagógico e financeiro. A Iniciação Científica é entendida como um instrumento formativo, que possibilita ao estudante de graduação da IES o engajamento na pesquisa e o contato direto com a atividade científica, aprimorando os conhecimentos acadêmicos e as práticas

profissionais em suas respectivas áreas de conhecimento. O programa de iniciação científica da Unitins conta com três modalidades de pesquisa:

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC);

Programa Institucional de Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti);

Programa Institucional de Voluntário em Iniciação Científica (Pivic).

No ano de 2017, um total de 75 (setenta e cinco) propostas de projetos foram submetidas para dois editais de seleção de bolsistas e voluntários, do ciclo 2017- 2018. Dessas, um total de 55 (cinquenta e cinco) projetos foram contemplados dentre as três modalidades vigentes e preenchendo diferentes áreas do conhecimento. Por sua vez, dentre os 55 (cinquenta e cinco) projetos em vigor são disponibilizados um total de 45 (quarenta e cinco) bolsas com recursos do Tesouro Estadual, das quais 43 (quarenta e três) correspondem à modalidade PIBIC e 02 (duas) à modalidade PIBITI. Os programas oferecidos seguem normas estabelecidas na Resolução Normativa 017/2006 (CNPq).

A Pró-reitoria de Extensão vem empreendendo diversos esforços para ampliar as condições de permanência na Universidade, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX), que visa apoiar o desenvolvimento de projetos de Extensão no âmbito da Unitins, e de modo estratégico, estimular discentes e docentes a integração no contexto da Extensão Universitária, voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, prioritariamente as populações em situação de vulnerabilidade social. Desenvolvendo ainda cursos de Inglês, Espanhol e Libras por meio da Escola de Línguas, na modalidade presencial e EAD, que em 2017 ofertou 210 (duas mil e dez) vagas, possibilitando o conhecimento e o aperfeiçoamento em Línguas Estrangeiras e Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A temática da formação docente inicial apresenta-se num campo de embate acadêmico pedagógico em constante movimento. É nesse contexto que na Unitins, por meio da Pró-reitoria de Graduação, surge o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, que foi inicialmente lançado como um programa de formação e depois transformado em política pública de educação. Segundo Saviani (2007), políticas públicas como o Pibid devem ser propostas para articular e socializar experiências, extrapolando os muros das Universidades e rompendo as barreiras interpostas na relação Universidade-escola, sobretudo no tocante a formação docente inicial.

Ao promover a inserção dos estudantes no contexto universitário a Unitins tem como objetivo aprimorar a formação acadêmica propiciando a convivência e o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas. Assim, o PIBID emerge como

uma possibilidade de superar as mazelas e sanar as principais lacunas no processo de formação docente inicial havendo maior integração entre teoria e prática, entre Universidade e escola, entre conhecimentos e cotidiano escolar.

A monitoria, também desenvolvida no bojo das ações e serviços da Pró-reitoria de Graduação, consiste em uma atividade discente, por direito, que tem como objetivo auxiliar o professor no monitoramento de grupos de estudantes em projeto acadêmico, visando à melhoria da qualidade do ensino de graduação. Nesse programa, o monitor tem a oportunidade de vivenciar, precocemente, o trabalho da docência. Por estar em contato direto com outros acadêmicos, estando também na condição de acadêmico, o estudante-monitor é suscitado a reflexões profundas a respeito do modelo de formação acadêmica e dos processos de ensino e aprendizagem.

Estimulando a vocação acadêmica do aluno monitor, por meio do seu engajamento em práticas docentes, sobretudo de gestão acadêmica, integradas à pesquisa, ensino e extensão, atreladas às disciplinas de licenciaturas e bacharelados.

A Unitins almeja ofertar aos discentes a oportunidade para pleitearem bolsas de intercâmbio nacional e internacional, além de outros programas de incentivo à docência para os cursos de licenciatura.

### **11.3. Inclusão e Cidadania**

Como caminho para promover a acessibilidade e a inclusão social dos diferentes sujeitos que compõem o corpo discente da Universidade, contribuindo para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas, bem como para a promoção da igualdade étnico-racial e de gênero, da diversidade sexual, das ações afirmativas e da formação para a cidadania, a Unitins tem empreendido diversas ações.

A instituição busca promover a inclusão ao cumprir com o expresso no Decreto no. 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário, e Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

A Unitins adota o Sistema especial de reserva de vagas que tem como proposta democratizar o acesso à educação superior pública, destinando 50% das vagas dos cursos de graduação da IES para egressos da rede pública de ensino, cota racial e Sistema de Seleção Unificada – SISU e as demais 50% são destinadas a ampla

concorrência.

Compreendido o papel da Universidade, especialmente da que é pública, que é proporcionar a formação acadêmica científica não somente para o mercado de trabalho, mas para a cidadania, para a participação e a transformação social, a Unitins tem trabalhado para o fortalecimento do movimento estudantil e suas instâncias representativas, com vista à sua autonomia e protagonismo. Deste modo, a IES vem concedendo orientações, fomentando a participação política na Universidade, garantindo espaços de diálogo e deliberação no âmbito da Unitins, bem como dando aporte estrutural para o funcionamento das instâncias representativas.

A Unitins também tem desenvolvido ações afirmativas para fomentar o respeito às diversidades de forma articuladas por meio do Núcleo de Estudos em Direitos Humanos - NEDIH e o Núcleo de Apoio Psicossocial (NAPE).

Estímulos à Permanência (Programa de Nivelamento e Atendimento Psicopedagógico).

A Unitins propõe um projeto de nivelamento para auxiliar àqueles alunos ingressantes na IES, esse projeto será coordenado pelo Núcleo de Apoio Psicológico e psicopedagógico ao discente-NAPE que visa atender e diagnosticar evidentes problemas de aprendizagem dos acadêmicos que chegam a IES e que não conseguem acompanhar o ritmo de aprendizado da turma da qual estão inseridos. O Projeto de Nivelamento tem como objetivo:

- Proporcionar um aumento qualitativo no crescimento do aluno em relação ao ensino básico da Língua Portuguesa, Física, Matemática; Inglês e Espanhol;
  - Desenvolver as habilidades em leitura, interpretação de textos;
  - Desenvolver as habilidades em operações matemáticas básicas;
  - Apreciar diversos tipos de texto através de um trabalho integrado e interdisciplinar;
  - Provocar uma modificação de atitude do aluno em relação ao processo de ensino e aprendizagem, isto é, a autoaprendizagem;
    - Proporcionar interatividade entre docentes e alunos nesse processo de ensino e aprendizagem;
    - Estimular os alunos a raciocinar em tempos lógicos;
    - Desenvolver a capacidade de análise de problemas e de sua resolução através de estudo de caso;
      - Proporcionar experiências para a aquisição dos fundamentos essenciais e básicos da língua inglesa e língua espanhola.
      - Evidenciar o conhecimento da língua inglesa e língua espanhola como

oportunidade para o crescimento pessoal e profissional na contemporaneidade, visando o pontapé inicial para participação do programa de Ciências Sem Fronteiras, pois sabemos que, para participar deste programa o aluno deverá possuir certificado em proficiência no idioma do país que pretende ingressar.

Com essa iniciativa vamos proporcionar aos nossos acadêmicos melhores condições aproveitamento no decorrer de sua graduação.

#### **11.4. Assistência Prioritária**

No âmbito da assistência prioritária, que visa à redução das desigualdades sociais e à inclusão social na educação superior, a Unitins desenvolve ações voltadas para viabilizar transporte para a participação nas atividades acadêmicas.

#### **11.5. Promoção e Prevenção**

No que toca a qualidade de vida, esporte e cultura, vislumbrando a integração estudantil são realizados os Jogos Internos da Unitins – JIUNI em duas etapas, sendo a primeira local, e a segunda estadual; a recepção aos calouros tem como intuito proporcionar uma integração entre calouros, comunidade e Universidade. Para recepção dos estudantes, em especial dos/as calouros/as, como proposta de substituição ao trote; o Caipiritins, ação festiva em alusão a cultura junina regional; e a sala de convivência dos/as estudantes, espaço que visa à socialização e acolhida dos/as estudantes, atualmente institucionalizada apenas no Câmpus Palmas.

Outras ações e serviços desenvolvidos pela Unitins para a promoção e prevenção e apoio, para viabilizar a participação de estudantes da IES em eventos acadêmicos, e a disponibilização do laboratório de informática para uso dos estudantes que não tem acesso as tecnologias para o desenvolvimento de atividades acadêmicas.

A Unitins desenvolve no âmbito do apoio psicossocial, no câmpus de Palmas, ações e serviços por meio do Núcleo de Apoio Psicossocial e Educacional – NAPE, espaço que se articula com a rede de saúde e assistência social, em especial da saúde mental, para garantir maior capilaridade do atendimento às demandas apresentadas pelos/as discentes da IES, além de promover ações diversas para potencializar o desempenho acadêmico.

#### **11.6. Núcleo de Apoio Psicossocial e Educacional - NAPE**

Integra a Pró-reitoria de Graduação-PROGRAD, é uma estrutura de caráter permanente, de natureza institucional e multiprofissional, destinado a atender a comunidade acadêmica da Universidade em cada câmpus. O NAPE tem como

finalidades:- oferecer serviço de apoio e orientação psicológica, social e educacional aos discentes, docentes e servidores do quadro técnico-administrativo da instituição;

- promover o envolvimento do público alvo nas ações ofertadas pela instituição.
- contribuir com a permanência dos discentes no ciclo acadêmico e sua autonomia; potencializar o desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal do seu público alvo.

O público-alvo do NAPE é constituído pelos: os discentes regularmente matriculados nos cursos presenciais oferecidos pela UNITINS multicampi; os docentes que apresentarem demandas de ordem pessoal e/ou laborativas, relacionadas ao desempenho de suas atribuições; os servidores do quadro técnico- administrativo da instituição.

O acesso aos serviços do NAPE serão realizados a partir das demandas apresentadas por cada público-alvo: os discentes, por indicação dos docentes, coordenadores dos cursos, assessoria pedagógica e direção dos câmpus; os docentes, por indicação dos coordenadores dos cursos, assessoria pedagógica e direção dos câmpus; os servidores técnico-administrativos, por solicitação das chefias imediatas ou pela Diretoria de Recursos Humanos. Todas as pessoas que compõem o público alvo do NAPE poderão acessar os serviços ofertados: por livre iniciativa ou através de encaminhamentos pelos docentes, coordenadores dos cursos, assessoria pedagógica, direção dos Campus e também por indicação de outro discente.

São atribuições do NAPE:

- realizar acompanhamentos psicossocial e pedagógico a discentes, docentes e servidores do quadro técnico-administrativo, oriundas das demandas relativas ao seu desempenho nesta IES;

- promover estudos e pesquisas sobre os processos de ensino-aprendizagem no ensino superior;

- emitir parecer e/ou laudo de atendimento para discentes, docentes e servidores do quadro técnico-administrativo, quando solicitados em processo;

- conhecer o perfil socioeconômico e cultural dos discentes de graduação da IES;

V – contribuir na ambientação de novos discentes quanto ao funcionamento da Universidade e orientar quanto à finalidade do NAPE;

VI – contribuir para maior adesão dos discentes aos respectivos cursos e à instituição, com vista à prevenção da evasão e melhor desempenho acadêmico;

promover espaços de discussão sobre os aspectos sociais, pedagógicos e psicológicos que interferem no processo ensino – aprendizagem;

Apoio a projetos e articulação de parcerias que visem ações de prevenção às diversas faces da violência, do uso e abuso de álcool e outras drogas, bem como

esclarecimentos e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública;

- orientar ações de intervenção socioeducativas nas áreas: social, pedagógica ou psicológica nos casos de necessidades educativas especiais;

- colaborar nos projetos de capacitação pedagógica aos docentes visando a prática da interdisciplinaridade;

- estimular e colaborar para o desenvolvimento de projetos e ações que contribuam para a convivência da comunidade acadêmica com a diversidade biopsicossocial e cultural;

- Apresentar proposta de parcerias e convênios com instituições públicas e privadas, em concordância com a política institucional.

- colaborar na recepção, ambientação e orientação de novos docentes quanto ao funcionamento, às práticas didático-pedagógicas e administrativas da instituição;

- colaborar na orientação dos docentes quanto à compreensão e manejo de questões didático-pedagógicas no contexto educativo dos alunos com deficiência, numa perspectiva inclusiva;

- atender os discentes, acompanhando o seu desempenho no processo ensino-aprendizagem e fazendo, quando necessário, encaminhamentos aos serviços especializados externos;

- proporcionar aos discentes oportunidades de reflexão acerca de seus percursos de carreira e planejamento do seu futuro profissional;

- fomentar junto à Diretoria de Recursos Humanos e Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal, ações que atendam às demandas dos docentes e servidores do quadro técnico-administrativo, com a finalidade de sua integração ao ambiente de trabalho, à plena expressão de suas capacidades laborais, qualificação e aperfeiçoamento.

O NAPE deve ser constituído por uma Equipe Executiva, de caráter colegiada, com suas respectivas competências sistematizadas neste regimento. A Equipe Executiva tem o caráter de planejamento e execução das ações pertinentes, devendo ser multiprofissional, composta, no mínimo, por: 01 (um/a) Assistente Social; 01 (um/a) Pedagogo(a); 01 (um/a) Psicólogo(a); 01 (um/a) Assistente Administrativo(a).

A Equipe Executiva do NAPE figura como órgão deliberativo e propositivo às ações do próprio setor, competindo a ela a proposição, aprovação e execução das atividades a que se destina o núcleo.

### **11.7. Núcleo de Estudos em Direitos Humanos (NEDIH)**

O Núcleo de Estudos em Direitos Humanos (NEDIH) - constitui-se de um programa diretamente vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, com caráter permanente e interdisciplinar.

O NEDIH foi institucionalizado em Novembro de 2011 na UNITINS e objetiva agregar atividades e estudos voltados à proteção e defesa dos direitos humanos no Estado do Tocantins. Em novembro de 2011 o NEDIH realizou o I Simpósio de Direitos Humanos, que discutiu os direitos humanos da criança e do adolescente, por meio do lançamento de duas atividades de extensão vinculadas ao Núcleo: a Escola de Conselhos e o Observatório Estadual da Criança e do Adolescente (OECA).

O NEDIH tem como objetivos: desenvolver estudos e pesquisas relacionadas aos direitos humanos; promover o intercâmbio técnico-científico entre instituições de ensino e pesquisas entidades de defesa e promoção em Direitos Humanos; contribuir e participar da elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas em cidadania e direitos humanos; organizar e participar de eventos científicos; apresentar proposta de parcerias e convênios com instituições públicas e privadas.

O NEDIH tem como finalidade:

- a) desenvolver estudos e pesquisas relacionadas aos direitos humanos;
- b) promover o intercâmbio técnico-científico entre instituições de ensino e pesquisas, entidades de defesa e promoção em Direitos Humanos, públicos e privadas, em nível nacional e internacional;
- c) fomentar a pesquisa em direitos humanos, divulgar a produção científica e a produção bibliográfica produzida pelos seus membros e de interesse institucional;
- d) contribuir e participar da elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas em cidadania e direitos humanos;
- e) emitir e apresentar, anualmente, à Pró-Reitoria de Extensão, o relatório das atividades desenvolvidas no período;
- f) organizar e participar de eventos científicos, atribuindo publicidade institucional aos resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo;
- g) fomentar o debate sobre os direitos humanos na comunidade acadêmica, bem como na sociedade em geral;
- h) apresentar proposta de parcerias e convênios com instituições públicas e privadas, em concordância com a política institucional.

A relação com a graduação ocorre a partir do Grupo de Estudos em Direitos Humanos (GEDIH), quando na oportunidade a partir das linhas temáticas expostas no núcleo são formados grupos entre os acadêmicos para discutir os direitos humanos e

os mesmos terem conhecimento de maneira ampla acerca da importância de se debater esses direitos nos mais variados setores como os idosos, a criança e o adolescente, a pessoa com deficiência, entre outras minorias sociais existentes na sociedade.

Além do grupo de estudos, a pesquisa, da mesma forma, está sendo disseminada a partir da criação de um grupo de pesquisa nessa área para fomentar o interesse dos acadêmicos em pesquisas e, terem o conhecimento “in loco” das vulnerabilidades sociais existentes.

### **11.8. Organização Estudantil (Espaço para Participação e Convivência Estudantil)**

A Unitins, conforme previsto no Regimento Acadêmico da Unitins, p.33-34 Art.149), garante a participação do corpo discente junto aos órgãos Colegiados. Sendo assim, a política institucional prevê em seu regimento:

1º A representação estudantil tem por objetivo congregar os acadêmicos e expressar os interesses e anseios do corpo discente bem como promover a cooperação entre administradores, professores e alunos nas atividades acadêmicas e na integração comunitária.

§ 2º A representação estudantil será definida pelos próprios acadêmicos e seu respectivo regimento deverá ser apresentado e aprovado pelo Conselho Universitário e registrado na Reitoria (Regimento Acadêmico da Unitins, p.33-34 Art.149).

A Unitins considera que a educação desenvolve atitudes, princípios e valores que impulsiona o crescimento humano. Dessa forma, valoriza a participação estudantil permeada pelo respeito ao próximo, a solidariedade e a autonomia com responsabilidade. Os espaços de convivência e participação estudantil acontecem nas localidades onde os alunos residem ou estudam, uma vez que a IES tem área de atuação em nível local e regional.

### **11.9. Ouvidoria**

Ouvidoria Geral é órgão responsável pela promoção, integração e defesa dos direitos dos estudantes, docentes, servidores técnico-administrativos e comunidade externa em suas relações com a Unitins, em suas diferentes instâncias administrativas e acadêmicas voltadas a excelência e transparência do Serviço Público ofertado pela IES.

### **11.10. Acompanhamento de egressos**

As políticas e as ações de acompanhamento dos egressos na Unitins se

concretizam na forma de avaliações contínuas das condições de oferta dos cursos, pois o objetivo é formar profissionais capazes de se integrarem no mercado de trabalho. Nesse sentido, a Unitins procura aprimorar a formação oferecida aos alunos.

Esse programa vai se constituir em uma ferramenta cujo os dados e informações servirão para a autoavaliação da Universidade. Ressaltamos ainda, que é por meio dessa Política de Acompanhamento que a Unitins vai buscar dados sobre a inserção de seus egressos no mercado de trabalho, ou seja é por meio dessas informações e dados que a IES tem a oportunidade de acompanhar a trajetória profissional dos seus egressos (dos cursos de graduação e pós-graduação) identificando assim a evolução de sua situação no mercado de trabalho.

O resultado dessas avaliações promovidas junto aos egressos será comparado com as avaliações dos cursos. Ciente do resultado dessas avaliações a Unitins pretende investir no aprimoramento e na melhoria de seus cursos e de seus egressos, por meio de uma série programas, capacitações, cujo o objetivo é formação de profissionais cada vez mais qualificados e competentes para o exercício de suas atribuições, bem como a continuidade da relação institucional. Esses estudos comparativos entre a atuação do egresso e a formação recebida irão possibilitar a contínua avaliação dos cursos e da própria IES.

A Universidade estadual do Tocantins - Unitins, ciente de sua missão institucional para com a formação de cidadãos qualificados e comprometidos com a sociedade, estabelece uma política de acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação em conformidade com (SINAES).

Em cumprimento de sua responsabilidade social, a Unitins está sempre buscando conhecer a situação profissional dos egressos, sua inserção no mundo do trabalho e os índices, de empregabilidade associada à sua formação profissional.

Para tanto, esta situação implica na obrigação social da Universidade em ofertar uma educação superior de qualidade, integrada a um processo de indissociabilidade com a pesquisa e a extensão, e a implementação de políticas que estimulem o desenvolvimento de competências e de habilidades em conhecimentos acadêmicos aprendidos na Universidade durante a graduação, em conformidade com a profissionalização.

Desse modo, a política de acompanhamento do egresso da Unitins, representa a possibilidade de se ter um feedback acerca da formação ofertada. Portanto o objetivo é manter aberto o canal de comunicação, ou seja, fortalecer a relação com os egressos que concluíram seus cursos nessa Instituição. Esse retorno é importante para avaliar a qualidade dos cursos ofertados, para a formulação e implementação de políticas

institucionais bem como para conhecer resultados do compromisso da missão da Unitins com as comunidades locais e regionais do Tocantins.

A Pró-Reitoria de Graduação, responsável pela gestão da política de acompanhamento dos egressos, pretende nesse trabalho em parceria com as demais instâncias, propor constantemente, estratégias de planejamentos, pesquisas e ações que favoreçam os egressos da Unitins.

#### **11.11. Registros acadêmicos**

A organização acadêmico-administrativa está apoiada no Sistema de Gestão Acadêmica RMClassis da TOTVS. A plataforma de operação do sistema é baseada num Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGDB) que garante a unicidade e a confiabilidade das informações, além de contar com um sistema de backup da base de dados. O sistema RM como ferramenta de gestão, permite aos professores, coordenadores de curso e diretores acompanharem os apontamentos de notas e faltas dos alunos, bem como permite aos alunos acompanharem o seu desempenho acadêmico.

O controle acadêmico é exercido pela Secretaria Acadêmica da IES, apoiando os demais órgãos da Instituição, que é estruturada pelas atividades de atendimento, protocolo e arquivamento de documentos. É a responsável pelo controle e expedição de toda a documentação acadêmica, tais como: registro da documentação legal exigida pelos órgãos oficiais; emissão de documentos e relatórios relativos à vida acadêmica dos alunos; recebimento e arquivamento dos registros de frequência às atividades didáticas e pedagógicas; processos de matrícula, de trancamento e de transferência; entre outros. Por meio das atividades de protocolo e atendimento os alunos são recebidos e podem fazer qualquer tipo de solicitação: da matrícula de ingresso na Instituição à solicitação do seu diploma, ao final do curso. Esse setor é responsável pela guarda dos documentos oficiais da instituição, incluindo o dossiê de todos os alunos.

#### **11.12. Acesso dos alunos a TIC**

Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) como um conjunto de recursos tecnológicos que, quando integrados entre si, proporcionam a automação e/ou a comunicação nos processos existentes nos negócios, no ensino e na pesquisa científica e etc. São tecnologias usadas para reunir, distribuir e compartilhar informações.

No processo de ensino-aprendizagem (EA), é importante destacar a importância do aprender fazendo, do aprender a aprender, do interesse, da experiência e da participação como base para a vida em uma democracia.

A Instituição considera que a existência humana adquire significados e sentidos, à medida que o ser humano passa a atuar de forma crítica e consciente na construção da sociedade em que está inserido. A Unitins assume a educação como fenômeno e processo de formação e interação social que conduz as pessoas à plena participação produtiva e crítica na sociedade. Princípios e valores, como a dignidade, a solidariedade, a justiça, o respeito ao próximo e a autonomia com responsabilidade, permeiam por todas as ações ofertadas a fim de contribuir para o crescimento humano e profissional dos indivíduos em suas respectivas comunidades.

O conhecimento evolui rapidamente, exige uma educação voltada para a autonomia do acadêmico, o que implica uma metodologia do “aprender a aprender”, ancorada na produção do conhecimento, por meio da investigação e da solução de problemas. Paralelamente, grandes mudanças têm ocorrido no campo virtual a partir dos avanços das tecnologias da informação e da comunicação, trazendo um desafio enorme para as áreas de conhecimento.

As metodologias devem auxiliar nos processos de democratização do conhecimento acadêmico, promoção da interdisciplinaridade, valorização da dimensão tempo/espço escolar-acadêmico, como construção subjetiva; (re)significação de paradigmas educacionais e ampliação do processo dialético teoria-prática. Com isso, amplia-se mais seu compromisso político-social, o acesso e a permanência com êxito no ensino superior; respeitar a diversidade e os ritmos próprios nos processos de aprendizagem discentes; utilizar as tecnologias de informação e comunicação como apoio à ação pedagógica; e socializar o conhecimento por meio da convergência das mídias, complexo de laboratórios e núcleos na prestação de serviços à comunidade e à sociedade.

### **11.13. Núcleos acadêmicos**

#### **DCE – Diretório central dos estudantes**

O DCE é a entidade estudantil representante dos alunos de sua IES - Instituição de Ensino Superior seja ela, um Centro Universitário, uma Faculdade ou Universidades.

O DCE tem como funções a orientação do corpo discente para debater e se mobilizar a respeito de desafios e/ou problemas que estejam relacionados com sua Instituição. O DCE é a entidade estudantil que representa todos os câmpus da Instituição.

#### **DA – Diretório Acadêmico**

O Diretório Acadêmico é a parte responsável por representar os cursos, em

relação aos interesses do seu câmpus, ou seja, melhorias na estrutura física, limpeza interna e externa, iluminação, acessibilidade, equipamentos de multimídia, informática, articulação quanto à participação dos acadêmicos em eventos fora do domicílio, além de outros assuntos acadêmicos.

### **CA – Centro Acadêmico**

O Centro Acadêmico tem por finalidade representar os acadêmicos especificamente, em relação aos interesses do seu próprio curso, nos assuntos acadêmicos, organização de eventos relacionados ao curso, bem como a articulação nas participações em congressos, seminários fora do domicílio do seu câmpus.

## 12. GESTÃO DO CURSO

### 12.1. Quadro de docentes

#### DOCENTES DO CURSO SUPERIOR TECNOLOGIA EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

Docente	Graduado em	Titulação	Experiência Profissional*	Tempo de Magistério	Experiência em EaD	Experiência em Tutoria	Regime de Trabalho
Eskálath Morganna Silva Ferreira	Engenharia de Alimentos	Doutor	Não possui	7 anos	2 anos	6 meses	40H
Luís Henrique Froes Michelin	Engenheiro Agrônomo	Mestre	Possui cargo efetivo de Eng. Agrônomo na ADAPEC	12 anos	Não possui	2 anos	20H
Albert Lennon Lima Martins	Engenheiro Agrônomo	Doutor	Experiência como técnico na EMATER	8 anos	3 anos	2 anos	40H

Eliane Regina Archangelo	Engenheiro Agrônomo	Doutor	Experiência em empresa de destilação de cana de açúcar.	16 anos	3,5 anos	4 anos	40H
Diony Alves Reis	Engenheiro Agrônomo	Doutor	Proprietário da empresa Alosix (Site de análise solos)	15 Anos	Não possui	6 meses	40H
Adriano Sérgio Bernardo Queiroz	Eng. Agrônomo	Mestre	Atuou como supervisor de armazenagem de sementes na empresa DASOJA	3,5 anos	6 meses	6 meses	20H
Stelamar do Amordivino	Administração	Mestre	Experiência como administradora em Empresas de Marketing, Comercio de veículos entre outoa.	9 Anos	4 anos	3 anos	40H
Denilda Caetano de Faria	Administração	Doutor	Possui cargo efetivo de Administradora na UFT	10 Anos	4 anos	2 anos	20H
Wolfgang Teske	Ciências do Ambiente	Doutor	Experiência como diretor, assessor na prefeitura de Palmas- TO	30 anos	2,5 anos	Não possui	20H
Paulo Cesár Bonfim Romão	Administração	Mestre	Proprietário da empresa MC & BONFIM Consultoria	13 Anos	12 anos	12 anos	20H

Fredson Vieira Costa	Sistemas de Informação	Especialista	Experiência como Eng. De Software	18 Anos	3 anos	4 anos	20H
Joaquim Morivaldo Junior	Zootecnia	Especialista	Proprietário da empresa JL CONSULTORIA e INSTRUTORIA	6 meses	Não possui	Não possui	40H
Carlos Manuel Carvalho Correia	Administração	Especialista	Possui cargo efetivo de Administrador na SEAGRO	10 Anos	2 anos	Não possui	20H

### 12.2 Tabela de produção científica, cultural, artística ou tecnológica

PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA						
DOCENTE	TITULAÇÃO	ARTIGO ÚLTIMOS 3 ANOS	RESUMO SIMPLES E EXPANDIDO ÚLTIMOS 3 ANOS	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E CONGRESSOS DOS ÚLTIMOS 3 ANOS	LIVROS OU CAPÍTULOS DE LIVRO DOS ÚLTIMOS 3 ANOS	PARTICIPAÇÃO DE BANCA DOS ÚLTIMOS 3 ANOS
Eskálath Morganna Silva Ferreira	Doutor	8	4	6	7	7
Luís Henrique Froes Michelin	Mestre	----	4	31	1	1
Albert Lennon Lima Martins	Doutor	19	6	12	13	7

Eliane Regina Archangelo	Doutor	----	12	8	10	14
Diony Alves Reis	Doutor	1	18	4	3	----
Adriano Sérgio Bernardo Queiroz	Mestre	2	----	1	2	1
Stelamar do Amordivino	Mestre	---	---	12	1	---
Denilda Caetano de Faria	Doutor	6	4	6	1	---
Wolfgang Teske	Doutor	3	1	12	8	21
Paulo Cesar Bonfim Romão	Mestre	3	---	10	---	4
Fredson Vieira Costa	Especialista	---	---	6	---	8
Joaquim Morivaldo Junior	Especialista	---	---	---	---	4
Carlos Manuel Carvalho Correia	Especialista	---	---	---	---	1

## 12.2. Titulação do corpo docente

Titulação	Quantitativo	Percentual
Mestres	04	30,76%
Doutores	06	46,15%
Especialistas	03	23,09%
Total		100%

## 12.3. Núcleo Docente Estruturante – NDE

O CONAES entende que o NDE é um bom indicador de qualidade de um Curso de Graduação e um elemento de diferenciação quanto ao comprometimento da instituição com o bom padrão acadêmico.

Para além do formalismo legal que determinou a criação do NDE (Cf. Regulamento do NDE), o Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio entende que este núcleo representa um papel importante no modelo de gestão participativa que se está implementando no curso. Coerente com a missão e os valores institucionais que primam pela formação integral da pessoa, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio entende que o NDE é, de fato, e não apenas de direito, um órgão comprometido com a qualidade da melhoria do curso e que, portanto, propõe, avalia e direciona as ações educativas que atendam aos princípios norteadores da formação humana.

□ O Núcleo Estruturante Docente é composto sempre por uma representatividade significativa do colegiado do curso, primando, em sua constituição, pela titulação acadêmica, que atenda aos requisitos formativos de caráter institucional, pela disponibilidade da carga horária vinculada à instituição, por sua efetiva contribuição e experiência formativa na docência. Todos os requisitos estão igualmente interpretados a partir dos dispositivos legais que instituem o NDE agregados a natureza institucional do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio.

O Núcleo Estruturante Docente se reunirá ordinariamente duas vezes por semestre letivo, convocado pelo coordenador do curso que, como presidente nato, previamente comunicará aos membros do NDE a pauta da reunião. Pode, igualmente, um dos membros solicitar ao coordenador do curso, uma reunião extraordinária do NDE para debater, discutir

e

propor melhorias no processo de gestão do curso. Uma vez proposta a reunião, caberá ao coordenador do curso, articular com os demais membros o melhor horário para tal encontro. Vale ressaltar que as reuniões serão devidamente registradas em ata. A partir dos pressupostos descritos anteriormente e sendo coerente com o que se acredita colaborar com a formação integral da pessoa, o atual NDE do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio.

Docentes	Titulação	Regime de Trabalho
Adriano Sérgio Bernardo Queiroz – Coordenador	Mestre	40h
Diony Alves Reis - Professor	Doutor	40h
Albert Lennon Lima Martins	Doutor	40h
Eskálath Morganna Silva Ferreira	Doutora	40h
Denilda Caetano de Faria	Doutora	40h

#### 12.4 Composição e funcionamento colegiado de curso

O Colegiado de Curso por sua vez, como órgão deliberativo responsável pela organização didático-pedagógica, além das competências de organização e acompanhamento da qualificação didático-pedagógica dos docentes e articulador da formação acadêmica, precisa acompanhar e monitorar, juntamente com a Coordenação, o processo ensino-aprendizagem para que a formação do futuro profissional prevista no PPC ocorra de forma plena.

Colegiado de Curso é composto por:

- pelo Coordenador de curso;
- pelos docentes lotados no respectivo colegiado;
- por 1 (um) representante discente, dentre alunos matriculados no Curso, eleito pelos seus pares.

A reuniões de colegiado acontecem ordinariamente todo mês, convocado pelo coordenador do curso que, como presidente nato, previamente comunicará aos membros do Colegiado a pauta da reunião.

As atribuições dos Colegiados de Cursos são definidas conforme RESOLUÇÃO CONSEPE/Nº 003/2010 da UNITINS.

### **13. INFRAESTRUTURA**

#### **13.1. Espaços físicos utilizados no desenvolvimento do curso**

Para formação do PROFISSIONAL é necessário criar as condições objetivas, referentes a infraestrutura para operacionalização das atividades de docentes e discentes.

Nesse contexto, a Universidade Estadual do Tocantins-Unitins disponibiliza, uma infraestrutura física, administrativa e de programas especiais, necessários e capazes de garantir formação devidamente qualificada para o acesso, gestão e permanência dos discentes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio.

#### **13.2. Estrutura geral do Câmpus**

O Câmpus possui estrutura administrativa composta pela Direção do Câmpus, constituída pelo Diretor; Coordenadores de cursos, Assessor Pedagógico; Coordenador de Estágios; Assessor de Biblioteca; Assessor de Secretaria Acadêmica; colegiados dos cursos de graduação; servidores docentes, técnicos e Assistentes administrativos; auxiliares de serviços gerais além das estruturas complementares/suplementares, caso necessário. Para todos os efeitos a organização administrativa e didático-científica, estará dotado de servidores docentes e técnicos administrativos, com a responsabilidade de realizar a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão.

#### **13.3. Instalações físicas**

Para o funcionamento da Sede Administrativa da Unitins foi cedido pela Secretaria de Estado da educação, uma escola da rede estadual de ensino localizado no seguinte endereço: Rua Bernardino Maciel nº 392 – Centro – Paraíso do TO - CEP 77.600.000, Paraíso do TO.

<b>TIPO</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Predial	Sala de Aula	12
Predial	Biblioteca	01
Predial	Sala administrativa	03
Predial	Direção	01

Predial	Secretária Acadêmica	01
Predial	Nape	01
Predial	Sala de Tecnologia da Informação	01
Predial	Coordenação de Curso	03
Predial	Sala para docentes	01
Predial	Auditório	01
Predial	Instalação sanitária	06
Predial	Laboratório de informática	01
Predial	Área de lazer	02
Predial	Estação experimental	01
TOTAL	-----	35

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/2022

#### 13.4. Equipamentos

Computadores para acesso ao estudante:	
Local	Quantidade
Direção	01 máquina c/ acesso a internet Mesa média, 1 arquivos com portas, Cadeira Diretor
Computadores para utilização dos professores:	
Local	Quantidade
Sala dos Professores	De 03 a 05 máquinas c/ acesso a internet (uso comum) Mesa grande, 1 arquivos com gavetas e, 15 cadeiras
Coordenações de curso e NAPE	6 máquinas c/ acesso a internet, uma para cada Coordenador e NAPE; 6 mesas, 12 cadeiras, 3 arquivos com gavetas e 7 arquivos com portas. 2 impressoras (uso comum)
Secretaria Acadêmica	12 arquivos, mesas, 2 computadores, 04 cadeiras, 1
Adjunta	impressoras, scanner, 2 armários com porta.
Outros equipamentos de apoio ao docente:	
Caixa de som p/	1

computador/notebook	
Data Show	6
Notebook	5
KIT MÍDIA (TV, CPU, teclado e mouse, telão, caixa de som)	14 – um kit para cada sala

### 13.5. Biblioteca

O Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Estadual do Tocantins (SIBUNI), formado pelas Bibliotecas, possui como objetivo principal a interação de suas bibliotecas de acordo a política educacional e administrativa da Universidade, servindo de apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, busca fomentar a colaboração e a produção técnico-científica, cultural, literária e artística, através do desenvolvimento de serviços e produtos de informação.

Funcionalmente o SIBUNI vincula-se à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e, administrativamente, à Direção dos respectivos Câmpus, conforme Estatuto Geral da Universidade Estadual do Tocantins.

O Sistema de Integral de Bibliotecas da Unitins adapta-se ao papel que a sociedade atual tem reservado às bibliotecas universitárias – ser um centro de informação e disseminação do conhecimento e da cultura – com adoção de modernas tecnologias e informatização de serviços. Possui uma área disponível para estudo onde possibilita ao aluno um ambiente climatizado e confortável para a produção do conhecimento.

No semestre 2019/2 a IES contratou o Sistema de Biblioteca Digital (Virtual) Pearson contendo mais de 8 mil títulos disponíveis aos discentes. A biblioteca virtual atenderá alunos e professores da instituição, cobrindo todos os cursos que hoje são ofertados regularmente.

### 13.6. Formação e desenvolvimento de Acervo

A política de desenvolvimento de coleções determina todo o planejamento do acervo, é parte de um processo consecutivo e cotidiano. A política de seleção está voltada a campos específicos do conhecimento, compondo o acervo de títulos e assuntos das áreas dos cursos ofertados. O acervo e os serviços desenvolvidos são orientados pela busca constante em atender às necessidades de informação e pesquisa dos usuários da instituição. A formação de acervo se dá por aquisição por compra, doação ou permuta, de acordo as bibliografias descritas nos Planos de Cursos.

Visando atender as novas diretrizes expressas nos Instrumento de avaliação de cursos utilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no que tange sobre a necessidade e importância da utilização de Bibliografias Virtuais, por Instituições de Ensino Superior. Recentemente foi incorporado ao acervo bibliográfico da Unitins quase 5000 (cinco mil) títulos de e-books, que poderão ser acessados virtualmente de qualquer lugar ou tempo, permitindo acesso simultâneo ao mesmo documento eletrônico criando assim instancias múltiplas de cópias do documento solicitado. Essa disponibilização online dos livros digitais, reflete na democratização do conhecimento e universalização da informação, já que os acadêmicos terão acesso irrestrito a livros digitais completos que podem subsidiar a produção de seus trabalhos acadêmicos e pesquisas científicas, a qualquer hora, dia ou lugar. Outros benefícios desse acervo é a redução de espaços físicos, e diminuição de custos com aquisição, processamento técnico e preservação de acervo.

### **13.7. Estrutura física**

A Biblioteca tem o objetivo de assegurar o acesso às informações científicas, tecnológicas e culturais, apoiando o ensino, a pesquisa e a extensão. Atende, prioritariamente, a comunidade acadêmica (docentes, discentes e funcionários da Unitins) e está também aberta à comunidade externa, para consulta, pesquisa e acesso à internet.

No processo de aquisição de material bibliográfico via compra, é adotada a política definida pela Reitoria, nas proporções expostas a seguir.

Bibliografia básica: são adquiridos os títulos indicados nas bibliografias básicas das disciplinas, tanto para consulta interna quanto para o sistema de empréstimo. A permanência de pelo menos um exemplar dos títulos indicados nas bibliografias básicas para consulta interna, é política interna da biblioteca.

Bibliografia complementar: são adquiridos exemplares dos títulos indicados nas bibliografias complementares das disciplinas.

### **13.8. Estrutura Organizacional**

Funcionalmente o Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Estadual do Tocantins (SIBUNI) vincula-se à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), e possui uma estrutura administrativa formada por coordenador Geral de Bibliotecas, supervisores de bibliotecas; assistentes administrativos; pessoal de apoio. Todos esses com funções

administrativas previamente dispostas no Regimento de Interno de Bibliotecas da Unitins.

### **13.9. Equipe Técnico-Administrativa**

A equipe técnica administrativa da biblioteca é formada por pessoal contratado pela instituição, com formação superior completa ou em andamento. A contratação de pessoal é feita pelo setor de Recursos Humanos, depois de terem passado por processo seletivo, conforme Legislação Trabalhista.

### **13.10. Secretaria acadêmica**

A Secretaria Acadêmica é o setor responsável por gerenciar e supervisionar as demandas de contexto acadêmicos administrativos referentes ao ingresso, ao registro e à diplomação do/a discente. Cabe ao setor realizar o processamento dos serviços abertos na Central de Atendimento Integrado, bem como informar à comunidade acadêmica os prazos, fluxos, normas, e o calendário acadêmico.

Além disso, também fornece atualizações e informações gerais sobre os processos de matrícula, serviços existentes, notícias, e demais atividades acadêmicas.

### **13.11. Registros acadêmicos**

A organização acadêmico-administrativa está apoiada no Sistema de Gestão Acadêmica RMClassis da TOTVS. A plataforma de operação do sistema é basEaDa num Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGDB) que garante a unicidade e a confiabilidade das informações, além de contar com um sistema de backup da base de dados.

O sistema RM como ferramenta de gestão, permite aos professores, coordenadores de curso e diretores acompanharem os apontamentos de notas e faltas dos alunos, bem como permite aos alunos acompanharem o seu desempenho acadêmico.

### **13.12. Organização do controle acadêmico**

O controle acadêmico é exercido pelo Secretaria Acadêmica da IES, apoiando os demais órgãos da Instituição, que é estruturada pelas atividades de atendimento, protocolo e arquivamento de documentos. É a responsável pelo controle e expedição de toda a documentação acadêmica, tais como: registro da documentação legal exigida pelos órgãos oficiais; emissão de documentos e relatórios relativos à vida acadêmica dos alunos;

recebimento e arquivamento dos registros de frequência às atividades didáticas e pedagógicas; processos de matrícula, de trancamento e de transferência; entre outros.

Por meio das atividades de protocolo e atendimento os alunos são recebidos e podem fazer qualquer tipo de solicitação: da matrícula de ingresso na Instituição à solicitação do seu diploma, ao final do curso. Esse setor é responsável pela guarda dos documentos oficiais da instituição, incluindo o dossiê de todos os alunos.

### **13.13. Laboratórios para o curso**

Em abril de 2004, no Centro Agrotecnológico de Palmas foi criado o Complexo de Ciências Agrárias (CCA), resultante do Acordo entre SEAGRO e a Fundação Universidade do Tocantins. O CCA é um Centro de Pesquisa Agroambiental, situado na Rodovia TO 010, km 23, estrada vicinal a 8 km, no Centro Agrotecnológico de Palmas/TO. O CCA – Complexo de Ciências Agrárias será disponibilizado também para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio. O CCA apresenta as seguintes instalações:

Prédio Central Analítica de Pesquisa Agroambiental – CEPAM

Arquivo Banheiros Biblioteca Setorial Copa

Depósito de Solos GERELAB

Laboratório Agroambiental Laboratório de Dados Laboratório de Diagnose Animal

Laboratório de Diagnose de Plantas Laboratório de Modelagem Laboratório de Física do Solo

Sala da Coordenadoria de Estação Experimental Sala da Coordenadoria de Pesquisa Agropecuária

Sala da Coordenadoria de Transferência de Tecnologia e Negócios Tecnológicos  
Sala da Diretoria de Pesquisa Agropecuária

Sala da Secretaria da DPA Sala de apoio

Sala de apoio aos técnicos

Sala de balanças Sala de microscopia Sala de reuniões

Salas de Pesquisadores (14) Protocolo

Unidade de laboratórios I

Banheiros

Laboratório de Biodiversidade e Conservação Laboratório de Fitotecnia

Laboratório de Pastagem e Forragicultura Salas de Preparo de Experimentos

Unidade de laboratórios II

Herbário

Laboratório de Tecnologia de Alimentos Laboratório de Entomologia

Laboratório de Hidrologia e Limnologia Laboratório de Sementes

Centro de treinamento e capacitação

Auditório/sala de mídia Banheiros

Biblioteca

Sala de apoio administrativo Salas de aula

Núcleo estadual de meteorologia e recursos hídricos

Auditório Banheiros

Laboratório de Geoprocessamento Sala de aula

Outras estruturas de pesquisa Banco de Germoplasma Laboratório de Agroenergia

Laboratório de Biotecnologia Vegetal Laboratório de Mecanização

Viveiro de Mudas e Plantas Casa de Vegetação Aprisco

Aviário

Unidade de produção de alevinos

Estruturas de apoio Recepção e controle de campo Alojamento

Refeitório

Depósito de Ferramentas e Fertilizantes Depósito de Reagentes Químicos Depósito do Viveiro de Mudas e Plantas

#### 13.14. Complexo de Ciências Agrárias – CCA

IDENTIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO
Laboratório Biofábrica	Tem por finalidade a criação, multiplicação e manutenção de fungos e insetos para controle biológico.
Laboratório de Biodiversidade	Tem por finalidade de conhecimento da diversidade da fauna de vertebrados silvestres.
Laboratório de Diagnose Animal	Tem por finalidades análises e diagnósticos de sanidade animal.
Laboratório de Germoplasma	Serve como um reservatório de genes aos quais os melhoristas podem acessar quando precisam resolver problemas específicos.

Laboratório de Hidrologia	Contribui com soluções tecnológicas para a gestão de recursos hídricos, licenciamento ambiental, monitoramento hidrológico, meteorológico, sedimentológico e qualidade das águas em rios, lagos, reservatórios e aquíferos.
Laboratório de Sementes	Visa a definição, estudo das partes constituintes e classificação das sementes.
Laboratório Agroambiental	Tem por finalidade a realização de análises químicas de solo, biogeoquímica e agroecologia.
Laboratório de Diagnose de Plantas	Desenvolve atividades de pesquisas para a diagnose de doenças de plantas causadas por bactérias, fungos e nematoides, bem como análises patológicas de sementes.

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa/2019

Os alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio Câmpus Paraíso farão uso do Complexo de Ciências Agrárias – CCA da UNITINS, para o desenvolvimento de suas atividades práticas previstas para cada um dos 06 (seis) períodos do curso. As atividades de estágio supervisionado obrigatório poderão ser realizadas no CCA utilizando-se de toda a infraestrutura disponível no local. Além desta, o discente poderá desenvolver neste espaço suas atividades de pesquisa e extensão sempre que necessário objetivando execução e publicação de trabalhos científicos.

#### 14. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, art. 205. Acesso em 2019.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96), arts. 3º, inciso VII, 9º, 13, 43, 47, 61, 62, 64, 65 e 67. Acesso em 2019.

BRASIL. Resolução RESOLUÇÃO CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais. Brasília/DF: 2021.

BRASIL. Lei n. 11.788 de 25 de setembro de 2008 - Lei que dispõe sobre o estágio de estudantes. Acesso em 2019.

BRASIL. Resolução Nº 175 do Conselho Estadual de Educação – CEE. Tocantins,

2013.

BRASIL. Censo demográfico. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2019. Disponível: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) Acesso em 2020.

UNITINS. Projeto Pedagógico Institucional da UNITINS – PPI – 2012/2016. Palmas: Fundação Universidade do Tocantins / UNITINS, 2012.

UNITINS. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI-2018-2022. Palmas: Universidade Estadual do Tocantins / UNITINS, 2019.

BRASIL. Parecer CNE/CES nº 436/2001, aprovado em 2 de abril de 2001. Orientações sobre Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf> Acesso: novembro de 2022.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 29/2002, aprovado em 3 de dezembro de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_cp29.pdf?query=EaD](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_cp29.pdf?query=EaD). Acesso em novembro de 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>. Acesso em novembro de 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>. Acesso em novembro de 2022.

BRASIL. Portaria nº 10, de 28 de julho de 2006. Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/rede/legisla\\_rede\\_port10.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_port10.pdf). Acesso em novembro de 2022.

BRASIL. Portaria nº 12, de 14 de agosto de 2006. Dispõe sobre a adequação da denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, nos termos do art.71, §1º e 2º, do Decreto 5.773, de 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/rede/legisla\\_rede\\_port12.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_port12.pdf).

Acesso em novembro 2022.

BRASIL. Parecer CNE/CES 277/2006. Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_pces27706.pdf?query=teste](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_pces27706.pdf?query=teste).

Acesso em novembro de 2022.

BRASIL. Lei nº 3.660, de 29 de abril de 2020 que altera a Lei 3.124, de 14 de julho de 2016. Disponível em: [http://servicos.casacivil.to.gov.br/leis/resources/pdf/lei\\_3660.pdf;jsessionid=C3F5B4E8BF28E28FEF50D9EE6712C918](http://servicos.casacivil.to.gov.br/leis/resources/pdf/lei_3660.pdf;jsessionid=C3F5B4E8BF28E28FEF50D9EE6712C918). Acesso em novembro de 2022.

BRASIL. [Lei nº 10.032, de 23 de outubro de 2000](#). Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10032.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10032.htm). Acesso em novembro de 2022.

BRASIL. Lei nº 326, de 24 de outubro de 1991. Publicado no Diário da Assembléia nº 223 Reestrutura a Universidade do Tocantins, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.al.to.leg.br/arquivos/6584.pdf>. Acesso em novembro 2022.

BRASIL. Lei nº 874, de 06 de dezembro de 1996. Publicado no Diário Oficial nº 567 Altera a Lei nº 873, de 25 de novembro de 1996. Disponível em: [https://www.unitins.br/portal/legislacao/7131\\_le874\\_96.pdf](https://www.unitins.br/portal/legislacao/7131_le874_96.pdf). Acesso em novembro 2022.

BRASIL. Lei nº 872, de 13 de novembro de 1996.\* Publicado no Diário Oficial nº 562 Revogada pela Lei nº 1127, de 1º/02/2000. Determina o processo de extinção da autarquia em que se constitui a Universidade do Tocantins. Disponível em: <https://www.al.to.leg.br/arquivos/7129.pdf>. Acesso em novembro 2022.

BRASIL. Lei nº 1.160, de 19 de junho de 2000. Publicado no Diário Oficial nº 937 Reestrutura a Fundação Universidade do Tocantins e adota outras providências. Disponível em: [https://www.unitins.br/portal/legislacao/7406\\_Lei1160\\_00.pdf](https://www.unitins.br/portal/legislacao/7406_Lei1160_00.pdf). Acesso em novembro de 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.482, de 14 de julho de 2022. Recredencia a Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS e seus Campi de Araguatins, Augustinópolis, Dianópolis e Palmas. Disponível em: <http://servicos.casacivil.to.gov.br/decretos/decreto/6482>. Acesso em novembro de 2022.

BRASIL. Lei nº 2.317, de 30 de março de 2010. Publicado no Diário Oficial nº 3.107 Institui o Plano de Empregos, Carreiras e Salários da Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS e adota outras providências. Disponível em:

[https://www.al.to.leg.br/arquivos/lei\\_2317-2010\\_39939.PDF](https://www.al.to.leg.br/arquivos/lei_2317-2010_39939.PDF). Acesso em novembro de 2022.

BRASIL. Resolução nº 003/2010/Conselho Curador abertura de cursos presenciais que especifica, e autoriza a realização de processo seletivo. Disponível em: <https://www.unitins.br/cms/Midia/Arquivos/7YNDREHA79E36QUTILS0EMUPJ3OGSRK4BU6IGSOU5O.pdf>. Acesso em novembro de 2022.

BRASIL. Lei nº 2.892, de 19 de agosto de 2014. Publicada no Diário Oficial nº 4.196 Institui o Plano de Empregos, Carreiras e Salários – PECS do Quadro Técnico-Administrativo da Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS, e adota outras providências. Disponível em: [https://www.al.to.leg.br/arquivos/lei\\_2892-2014\\_47457.PDF](https://www.al.to.leg.br/arquivos/lei_2892-2014_47457.PDF). Acesso em novembro de 2022.

BRASIL. Lei nº 3.124, de 14 de julho de 2016. Publicada no Diário Oficial nº 4.662 Transforma em autarquia a fundação que especifica, e adota outras providências. Disponível em: <https://www.unitins.br/cms/Midia/Arquivos/LDAI9RTGFY3G6YGFY3F5TJZAIKW3MRBJLB39H5RICS.PDF>. Acesso em novembro de 2022.